

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação

Lydiane Maria Azevedo

Juventude e Segurança Pública:
interpretando os sentidos constitutivos e avaliações técnicas do
Programa Fica Vivo

Belo Horizonte

2011

Lydiane Maria Azevedo

Juventude e Segurança Pública:

interpretando os sentidos constitutivos e avaliações técnicas do
Programa Fica Vivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves

Coorientação: Prof. Dra. Wânier Aparecida Ribeiro

Belo Horizonte

2011

A994J
T

AZEVEDO, LYDIANE MARIA, 1975-

JUVENTUDE E SEGURANÇA PÚBLICA [MANUSCRITO] : INTERPRETANDO OS SENTIDOS
CONSTITUTIVOS E AVALIAÇÕES TÉCNICAS DO PROGRAMA FICA VIVO / LYDIANE MARIA
AZEVEDO. - BELO HORIZONTE, 2011.

124 F., ENC, IL.

DISSERTAÇÃO - (MESTRADO) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, FACULDADE
DE EDUCAÇÃO.

ORIENTADOR : LUIZ ALBERTO OLIVEIRA GONÇALVES.

COORIENTADORA: WÂNIER APARECIDA RIBEIRO.

BIBLIOGRAFIA : F. 115-124.

1. PROGRAMA CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO! (MINAS GERAIS) -- AVALIAÇÃO --
TESES.

2. EDUCAÇÃO -- TESES. 3. EDUCAÇÃO E CRIME -- TESES. 4. SERVIÇO SOCIAL COM A
JUVENTUDE -- TESES. 5. JUVENTUDE -- ASPECTOS SOCIAIS -- TESES. 6. ASSISTÊNCIA A
MENORES -- TESES.

7. DELINQUENTES JUVENIS -- ASPECTOS SOCIAIS -- TESES. 8. JUVENTUDE -- PREVENÇÃO DO
CRIME -- TESES. 9. CRIMINALIDADE URBANA -- PREVENÇÃO -- TESES. 10. CRIMINALIDADE --
ASPECTOS SOCIAIS -- TESES. 11. DELINQUENCIA JUVENIL -- ASPECTOS SOCIAIS -- TESES. 12.
SEGURANÇA PÚBLICA -- TESES. 13. EDUCAÇÃO E ESTADO -- ASPECTOS SOCIAIS -- TESES. 14.

CDD- 362.7

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Dissertação intitulada “Juventude e Segurança Pública: interpretando os sentidos constitutivos e avaliações técnicas do Programa Fica Vivo”, de autoria de Lydiane Maria Azevedo, apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Dissertação submetida a exame em 30 de agosto de 2011. Integrantes da Banca Examinadora:

Professor Doutor Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves – Orientador (FAE/UFMG)

Professora Doutora Wânier Aparecida Ribeiro – Coorientadora (FAE/UFMG)

Professor Doutor Francis Albert Cotta (Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais e Faculdade Batista de Minas Gerais)

Professor Doutor Leôncio José Gomes Soares (FAE/UFMG)

Professora Doutora Isabel de Oliveira e Silva (FAE/UFMG)

Professor Doutor Windson Jefferson Mendes de Oliveira (Academia da Polícia Militar de Minas Gerais)

“Quando penso em você, fecho os olhos de saudade...”

Este trabalho é dedicado ao meu pai amado, Luiz Gonzaga Azevedo, que acompanhou o seu início, mas não pôde esperar até o fim.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, meu orientador, por não ter desistido de mim, e por apontar, com sua sabedoria, caminhos para este trabalho que eu certamente não perceberia sem a sua ajuda.

À Professora Dra. Wânier Aparecida, um exemplo de superação e força, que soube mesclar, nas suas intervenções, conhecimento, pulso firme e afeto.

À minha mãe Heroína, amor da minha vida, que não mede esforços para tornar a minha existência mais feliz e tranquila, e que me ensina, todos os dias, com seus exemplos e conselhos, a ser uma pessoa melhor; aos meus irmãos queridos, Fernando e Leandro, pelo carinho, companheirismo, paciência e apoio técnico; aos sobrinhos amados, que enchem minha vida de alegria, por serem motivos mais que justos de minhas saídas de frente do computador, para enchê-los de abraços e beijos; à Míriam, irmã por escolha, pelo afeto e torcida, e à Ilda, tia querida, pelo bem que me deseja, e por estar sempre pronta a atender os meus pedidos.

Ao amigo Jésus Trindade Barreto Júnior, pelo aprendizado cotidiano, e por tratar com atenção e respeito tudo aquilo que é importante para mim; ao Cláudio Adriano, querido Claudinho, por toda a gentileza e cuidado com que sempre me tratou na FAE e fora dela.

Pelos dados, fontes e informações disponibilizados para a elaboração do trabalho, agradeço à Simone Soares, do CRISP, e ao pessoal da SEDS, especialmente, à Núbia Vieira de Souza.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, à Paola, que com sua amizade tornou mais leve o percurso deste trabalho; ao Gustavo Teixeira, pelas conversas revigorantes e conselhos preciosos; aos amigos da Chefia Adjunta da Polícia Civil de Minas Gerais, que se reorganizaram e assumiram minhas funções para que eu pudesse me dedicar à finalização deste trabalho, e a todos os demais amigos queridos que sempre torcem por mim.

Os mais especiais agradecimentos vão para Deus, que com sua misericórdia colocou todas essas pessoas na minha vida, e a Nossa Senhora, que nos cobre, a todos, com seu manto de proteção.

RESUMO

Esta dissertação lança olhar crítico sobre o Programa Fica Vivo, enunciado nos domínios da política de segurança pública do Estado de Minas Gerais a partir do ano de 2003, quando se verifica mudança na orientação predominantemente repressiva que até então prevaleceu como fundamento da ação do sistema de justiça criminal desta unidade federada.

O interesse pelo programa em questão está justamente nas suas bases principiológicas que, ultrapassando a centralidade da máquina pública no empenho de políticas sociais, se ampara em novos mecanismos de articulação com a rede não governamental, justamente objetivando dar respostas menos conservadoras ao fenômeno crescente da criminalidade, manifestada de maneira aguda sobre a juventude, que aparece, explicitamente, tanto como polo ativo quanto polo passivo da violência.

Nessa perspectiva, o trabalho pretende analisar os fundamentos constitutivos e, ainda, a visão avaliativa que se tem dessa trajetória de quase dez anos, porque acredita que é nesse universo simbólico de sentidos que se forjam e se reconstroem os passos de uma política pública tão significativa quanto são as que objetivam emancipar os jovens em situação de vulnerabilidade social.

Investigar como se tecem as redes do poder público com os movimentos sociais e as ações coletivas significa, primeiramente, verificar se elas realmente existem, se estão se efetivando. Em segundo lugar, perceber em que nível se dão esses encontros e como a educação poderá realmente “politizar” um cidadão que, esquecido no vácuo da cidadania, se torna refém de si mesmo e de formas degradantes de existência, que culminam nos espaços perversos do crime e da insegurança coletiva.

Palavras-Chave: Juventude e Vulnerabilidade, Prevenção Social da Criminalidade, Programa Fica Vivo.

ABSTRACT

This paper casts a critical eye on the Programa Fica Vivo (Staying Alive Program), as set out in the fields of public security policy of the State of Minas Gerais from the year 2003, the change in orientation occurs predominantly repression that prevailed so far as the foundation of the action system criminal justice in this federal unit.

Interest in the program in question is precisely the bases of principles that, beyond the centrality of public administration in the pursuit of social policies, it supports new mechanisms of interaction with non-governmental network, just aiming to give less conservative responses to the growing phenomenon of crime, which manifests itself acutely on youth, which appears explicitly, as both active and passive pole of violence.

In this perspective, the paper aims to analyze the grounds of incorporation and also the vision that has this evaluative history of almost ten years because it believes that the symbolic universe of meanings that are forged and reconstruct the steps of a public policy are as significant as those that aim to empower young people in situations of social vulnerability.

To investigate how the networks are woven by the government in social movements and collective action means first check if they are really happening, if you are effecting. Second, realize at what level do these meetings are and how education can really “politicize” a citizen who, forgotten in a vacuum of citizenship, becomes a hostage himself and degrading forms of existence culminating in the spaces of crime and evil collective insecurity.

Key-words: *Youth and Vulnerability, Social Prevention of Crime, “Fica Vivo” Program.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Produção acadêmica analisada.....	27
GRÁFICO 1 - Taxas de homicídios evidenciadas no Estado de Minas Gerais, entre o período de 1980 e 2004.....	47
GRÁFICO 2 - Distribuição dos crimes de homicídio em Belo Horizonte, no período de 1990 a 2004.....	50
FIGURA 1 - Distribuição espacial dos crimes de homicídio em Belo Horizonte, no período de 1995 a 2001.....	55
FIGURA 2 - Mapa das áreas do município de Belo Horizonte, dentre as consideradas <i>hotspots</i> , que receberam as intervenções do Fica Vivo até 2005.....	75
QUADRO 2 - Caracterização das pesquisas sobre o Programa Fica Vivo.....	83
TABELA 1 - Médias de homicídios no Morro das Pedras, nas favelas violentas, favelas não violentas e bairros de Belo Horizonte entre 2000 e 2006.....	86
FIGURA 3 - Método das Diferenças.....	88
QUADRO 3 - Descrição do Programa Fica Vivo nas percepções das pesquisadoras.....	90
QUADRO 4 - Resultados e constatações sobre o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo, Belo Horizonte-MG, evidenciados nas teses de Andrea Silveira e Betânia Peixoto.....	95
QUADRO 5 - Considerações.....	99
GRÁFICO 3 - Investimentos no Programa Fica Vivo – 2004 - 2011.....	100
GRÁFICO 4 - Distribuição dos adolescentes entrevistados por nível de escolaridade, Belo Horizonte, 2010.....	102
GRÁFICO 5 - Distribuição percentual das idades dos adolescentes, Belo Horizonte, 2009-2010.....	103
TABELA 2 - Evolução do Programa Fica Vivo	105
GRÁFICO 6 - Distribuição percentual das ocorrências por tipo de ato infracional, Belo Horizonte, 2009-2010.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

CEAPA – Programa Central de Penas Alternativas.

CEJUVENT – Comissão Especial de Juventude.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CEURB – Centro de Estudos Urbanos.

CPEC – Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública.

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

DCCV – Delegacia de Crimes contra a Vida.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional.

DPSJ – Diretoria de Promoção Social da Juventude.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FAE/UFMG – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

FJP – Fundação João Pinheiro.

GEPAR – Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IHA – Índice de Homicídio na Adolescência.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

NPC's – Núcleos de Prevenção à Criminalidade.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte.

PCMG – Polícia Civil de Minas Gerais.

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais.

PRVLAJ – Programa Redução das Violências Letais contra Adolescentes e Jovens.

PrEsp – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional.

PROJOVEM – Programa de Inclusão de Jovens.

SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

SEDS/MG – Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

SEE – Secretaria de Estado de Educação.

SIM/SUS - Sistema de Informações sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde.

SPEC – Superintendência de Prevenção à Criminalidade.

SUAPI – Subsecretaria de Administração Prisional.

SUASE – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Construindo o objeto de estudo.....	17
1.2 Problema de pesquisa.....	20
2 METODOLOGIA.....	21
3 REFERÊNCIAS, CONCEITOS E INTERAÇÕES RELEVANTES.....	28
3.1 Referências sobre a escola.....	28
3.2 Referências sobre a família.....	29
3.3 Conceituando juventude.....	30
3.3.1 Violência e criminalidade envolvendo a juventude.....	32
3.3.2 Políticas Públicas com foco na juventude.....	33
3.4 Instâncias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	41
3.5 Instâncias religiosas.....	42
3.6 A era dos projetos sociais.....	44
4 O PROGRAMA FICA VIVO.....	47
4.1 Identificação do problema.....	49
4.2 Metodologia de implantação do programa.....	57
4.3 Desenvolvimento da fase de planejamento de ações.....	61
4.4 O Morro das Pedras.....	64
4.5 Intervenção.....	65
4.6 O Programa e suas fases.....	69
4.7 Expansão do Programa Fica Vivo.....	71
4.8 Institucionalização do Programa.....	71
4.9 Profissionalização do Programa: construindo as redes de proteção.....	73
4.10 Das oficinas à criação dos Núcleos de Prevenção	74
4.11 O Programa Fica Vivo dentro do Núcleo de Prevenção.....	77
4.12 Breve Descrição dos demais Programas de Prevenção desenvolvidos pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade/SEDS.....	78
4.12.1 Programa Mediação e Cidadania.....	78
4.12.2 Programa Central de Penas Alternativas – CEAPA.....	78
4.12.3 O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp.....	79
5 ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES.....	81

5.1 Caracterização das pesquisas.....	82
5.2 Descrição do Programa Fica Vivo nas percepções das pesquisadoras.....	89
5.3 Resultados e constatações.....	95
5.4 Outras considerações.....	99
6 CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo a identificação e a interpretação dos sentidos políticos, ideológicos, enfim, estratégicos, que sustentaram e vêm sustentando a edição da política de prevenção criminal em Minas Gerais, a partir do ano de 2003. É nesse período que o Estado redefine os termos de sua ação no campo da segurança pública, anunciando novo modelo institucional destinado a superar os mecanismos jurídico-repressivos como único método de enfrentamento da criminalidade. Para tanto, a administração pública passa a afirmar a emergência de instrumentos de prevenção social da violência, mediante criação de estruturas administrativas incumbidas de realizar serviços específicos, destinados a interceptar carreiras criminais emergentes entre a juventude. O centro desta iniciativa pode ser localizado no Programa Fica Vivo, empenhado e administrado pela Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, sob o pressuposto de um trabalho em rede com o universo não governamental.

Observa-se claro conteúdo educacional nos enunciados principiológicos desse novo desenho da ação política, na expectativa de que a reversão do processo de redução e superação da violência passe pela afirmação das potencialidades dos jovens e de sua inserção na cidadania. Esta categoria sociológica, a juventude, aparece, então, como novo protagonista no rol das intenções “protetivas” do poder público, à vista das fartas estatísticas que a colocam como centro no drama da violência. Com esse mote, a respectiva política pública tenta caminhar pela ideia de formação de redes, buscando acolher e fomentar articulações de enfrentamento, não só entre as agências do Estado como também as da sociedade civil.

O objetivo é, repita-se, identificar, analisar e interpretar a prática desta trajetória estatal, tentando esclarecer quais são os fundamentos de sua emergência, qual a coerência de suas medidas, qual o peso de seus resultados frente à cultura secular que naturaliza o problema do crime como devido, exclusivamente, ao sistema penal.

Sendo política em nascimento, ainda que derivada de farto material crítico, seja do plano acadêmico, seja da prática dos movimentos sociais e das ações coletivas, sua sustentação é vacilante, tanto como um discurso quanto como uma aplicação executiva pelos agentes do Estado. De fato, os dados são raros e incertos, notando-se, de plano, a predominância de

avaliações surgidas do ambiente universitário, nos centros de estudo especializados na temática ou, aqui e ali, numa dissertação de mestrado ou tese de doutorado.

Observaremos que os próprios termos das análises disponíveis revelam incertezas, ambiguidades e vácuos, de modo que não se pode, ainda, admitir que exista uma taxonomia adequada à melhor categorização desse processo preventivo no contexto das ações do poder público no campo da violência e da criminalidade.

As inclinações em favor da afirmação teórica e prática da prevenção da criminalidade têm fundamento ético e franca adesão à afirmação dos direitos humanos como um valor da civilização que precisa se expandir na sociedade contemporânea. Portanto, o trabalho que aqui se inicia tem o interesse de contribuir para a compreensão desse processo político e administrativo que, embora enunciado com certa determinação, exige novas leituras e releituras, na ambição de se aprimorar como instrumento da democracia, especialmente, pelo fato de que o fenômeno da violência e da criminalidade, no domínio das contradições políticas das cidades contemporâneas, vem se constituindo em forte elemento de ruptura das expectativas de uma democracia econômica e politicamente sustentada.

Embora a questão da violência e criminalidade no Brasil tenha gravíssimas repercussões nas mais diversas faixas etárias e classes sociais, estudos sobre esse tema têm mostrado que a necessidade de uma resposta mais universal por parte do poder público, auxiliada por especialistas e pela sociedade civil organizada, em virtude das implicações desse fenômeno junto à população juvenil (SAPORI, 2007; ZALUAR, 1998).

Segundo dados compilados em 2009 e divulgados em janeiro de 2010, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, a partir da década de 1990, o Brasil vivencia um fenômeno geográfico denominado “onda jovem”. Os pesquisadores do IPEA afirmam que o país experimentou o maior pico de população jovem entre 15 e 29 anos, devendo ter alcançado, no decorrer de 2010, 51 milhões de indivíduos nesta faixa etária.

Esse grande contingente jovem poderia representar um fenômeno extremamente positivo, entretanto, a pesquisa revela que os jovens são o grupo mais afetado pela violência, tanto no tocante à autoria de crimes como em relação à vitimização (IPEA, 2009).

Nesse mesmo sentido, um estudo publicado pela editora UNESCO, em 2002, já mostrava que os jovens em situação de vulnerabilidade social¹, são ainda mais susceptíveis aos efeitos da violência e criminalidade (ABRAMOVAY, 2002).

A elevação dos indicadores estatísticos da criminalidade, assim como as consequências práticas e simbólicas de seus efeitos, vêm atraindo grande atenção e, assim, pressionando governos e especialistas a trabalharem no desvelamento da complexa teia de questões que habitam o imaginário coletivo, fomentando ações e movimentos coletivos com desdobramentos na gestão pública sobre o problema.

No Brasil, estudos realizados nos últimos anos mostram esforços, no campo dos setores público e privado, que tentam fazer frente a esse fenômeno que afeta diretamente a população juvenil (GONÇALVES; SPOSITO, 2002). Do ponto de vista das necessidades de fortalecimento da democracia, torna-se premente ampliar o leque de conhecimentos sobre a questão e, especialmente, avaliar os efeitos dessas iniciativas na busca de uma interferência mitigante no processo de reprodução da violência entre os jovens.

Atualmente podemos contar com um número significativo de organizações da sociedade civil, sob o formato dos chamados “Observatórios da Violência Escolar”², que reúnem dados de pesquisas, enquetes e avaliações de políticas públicas que geram dados importantes para definições técnicas sobre a posição em que o Brasil se encontra nos desafios de redução da violência entre jovens, permitindo analisar a efetividade dessas iniciativas. A produção desses

¹ O conceito de vulnerabilidade social pode ser entendido como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLE, 2001; FILGUEIRA, 2001).

² Cf. Observatório da violência escolar do Estado do Pará, obsdeviolencia@unama.br; observatório da violência institucional de Ribeirão Preto /SP, sites.ffclrp.usp.br/observatorioviolencia/.../pesquisa.html; observatório de violência escolar de Marília/SP, osp@observatoriodeseguranca.org; observatório de violência escolar de Itararé/SP, observatorio@aie.edu.br; observatório ibero-americano da violência escolar, <http://www.violencia.nas.escolas.org.br/>

observatórios será um dos tópicos do presente trabalho. Tentar-se-á um exame geral das experiências diversas partes do país, buscando extrair desse universo, elementos analíticos e indicadores qualitativos que tenham relevo na tentativa de prevenção do problema.

A presente dissertação se enquadra no esforço de acompanhar iniciativas públicas de redução da violência entre os jovens e ainda está em consonância com o “Grupo de Pesquisa Juventude e Educação na Cidade”, coordenado pelo prof. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, do qual fazemos parte, e que se constitui em um núcleo da Faculdade de Educação da UFMG que estuda a temática desde 1998.

O objeto da nossa pesquisa teve como foco o Programa Fica Vivo, estabelecido em alguns municípios de Minas Gerais, cujo objetivo central é reduzir as taxas de homicídio que afetam os adolescentes, a partir da criação de alternativas de intervenção com vistas à prevenção da criminalidade.

Trata-se de um programa ainda recente, mas que já conta como uma série de iniciativas e de articulações entre comunidade, poder público e universidade, razões pelas quais se entendeu fundamental examinar o seu processo de constituição, bem como avaliações realizadas até aqui. Tem-se a intenção de verificar que contribuições essa experiência poderá nos trazer para a compreensão da educação, no seu sentido mais amplo, dos jovens na sociedade contemporânea.

O Fica Vivo, como se verá mais à frente, é um programa que tem forte potencial educativo, mas que não se reduz à educação formal. Ao contrário, ele pressupõe um envolvimento integral da comunidade porque esta é pensada como a protagonista da transformação. É no seu trabalho educativo e na sua intervenção consciente que se busca mudar as condições dos jovens imersos na criminalidade, bem como oferecer aos que se encontram passíveis de serem cooptados, outras alternativas, que não a violência e o crime.

Quando ainda em fase de projeto, este trabalho de pesquisa tinha uma pretensão empirista. A pesquisadora intencionava ir a campo para investigar características da formação e articulação da rede de atores públicos e da sociedade civil, mesclada às ações coletivas e dos movimentos

sociais. Contudo, a trajetória de reflexões e estudos na fase de cumprimento dos créditos acadêmicos descortinou a conveniência de uma leitura mais principiológica, baseada na busca do conhecimento sobre fundamentos e sentidos da nova política pública. Isso porque ficou patente a necessidade de ampliação de conhecimento sobre as bases teóricas da política e, particularmente, sobre como ela é percebida em termos das avaliações até aqui disponíveis.

Desse modo, a presente dissertação, com o aval do professor que a orienta, transformou-se em uma pesquisa documental com objetivo de acompanhar, lendo, relendo, interpretando e reinterpretando, alguns textos de sustentação institucional e de avaliação do Programa Fica Vivo. Nesse percurso, os poucos porém fecundos documentos encontrados são suficientes para a construção de uma visão crítica sobre esse importante vetor da ação política do Estado e da sociedade civil. É preciso, de modo particular, detectar os pontos de conexão entre as estratégias de construção da segurança pública e as de ofertas educacionais, na tentativa de ampliar as concepções não punitivas como estratégia de superação da violência.

Esse é o motivo pelo qual a dissertação tenta perceber a afluência da educação como elemento de uma nova forma de se antecipar às ofertas da criminalidade, como instância de sedução em um mundo geralmente desprovido de fruição da cidadania.

Como é do conhecimento geral, o Fica Vivo é um Programa que se construiu no campo das políticas de segurança pública, o que faz com que a totalidade dos documentos sobre ele tenha esse recorte como traço mais forte. Este trabalho busca localizar o ponto de inflexão entre os discursos da educação e da segurança pública, na expectativa de interpretar os sentidos criativos de uma política que se pretende inovadora.

1.1 Construindo o objeto de estudo

Alguns passos foram empreendidos para conceber o objeto de pesquisa como um problema de investigação na área da educação.

Buscou-se compreender com mais profundidade o universo de uma política declaradamente preventiva, investigar a que ponto o discurso oficial guardaria coerência com o acúmulo de conhecimentos sobre as categorias juventude, violência e prevenção da criminalidade. Nesse sentido, a nova política de segurança pública de Minas Gerais se mostrou um espaço privilegiado para o trabalho, já que incorporara de forma vigorosa, a partir de 2003, o fundamento político e academicamente sustentado da prevenção social da violência, em particular com os programas da então Superintendência de Prevenção da Criminalidade³, unidade da Secretaria de Defesa Social. Naquela Superintendência vamos encontrar o Fica Vivo.

De fato, o Fica Vivo se apresenta como um programa (do poder público) que pressupõe a participação dos vários setores da sociedade, envolvendo diferentes atores sociais e é constituído sob a forma de rede social caracterizada pela interdependência entre seus componentes. O conceito de interdependência que nos orientou nessa escolha vem de Norbert Elias. Segundo esse autor:

[...] cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependentes de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu numa rede de dependências (ELIAS, 1994, p.22).

Seguindo a noção contemporânea de rede social, todos os pontos que se enlaçam são importantes e não se sobrepõem. Tampouco se hierarquizam, mas apenas se conectam (LOIOLA; MOURA, 1997). Com esse referencial, decidimos observar se os documentos que a constituem, sob os diferentes ângulos de análise e conexões, importam em efetiva proteção aos jovens que por ela circulam, particularmente no que se refere à aplicação de práticas pedagógicas emancipadoras.

Pensada a rede como o campo orientador da nossa reinterpretação do programa, surgia outro desafio: sendo o Fica Vivo uma ação da segurança pública, como enxergar nela a dimensão educativa e libertadora em favor dos jovens cooptados pela violência e a criminalidade?

³ Com advento da Lei Delegada 180, de 20 de janeiro de 2011, a então Superintendência de Prevenção à Criminalidade/SEDS é alçada à condição de Coordenadoria, passando a ser denominada Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade.

A construção do objeto demandou a consideração de uma área já delimitada pelas teorias de segurança, a saber: a segurança em contexto territorial. Nos estudos da violência juvenil esses territórios hoje são classificados como *hot site*, ou seja, espaços nos quais os jovens se expõem à criminalidade violenta. Essa, tal como definida nos tratados de criminologia, suscetibiliza os jovens, lançando-os aos perigos da sedução a atos criminosos, que, por vezes, são concebidos por eles como a única reação possível ao fracasso estrutural a que são submetidos, especialmente quando em situação de vulnerabilidade social. São nessas situações que os jovens correm o risco de serem iniciados naquilo que Howard Becker (2008) denominou de carreira desviante. Para esse autor, uma vez iniciada a rota de imersão na cultura do crime, as chances de os jovens continuarem nesse caminho é muito concreta, caso não exista um olhar crítico e necessário para interrompê-lo. Sobre esse percurso nos diz Becker:

O indivíduo inserido numa carreira desviante mantém um desvio por um longo período de tempo, faz do desvio uma maneira de viver, organiza sua identidade em torno de um padrão de comportamento desviante. (BECKER, 2008, p. 40).

A carreira desviante, ainda que possível de ser trilhada por nossos jovens, exige, de nossa parte, um olhar específico e crítico, uma vez que o processo desviante não é, para Becker, natural, tampouco definitivo

Foi pensando não em termos de pessoas, mas em termos de organizações, que se buscou identificar iniciativas públicas que envolvessem tanto os organismos do poder público quanto as entidades da sociedade civil, que se articulassem de forma interdependente, aproximando-se da configuração de uma rede social, no caso, de proteção a jovens em áreas de vulnerabilidade social. Foi daí que se chegou ao Programa Controle de Homicídios, Fica Vivo, criado a partir da parceria do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – CRISP, das Polícias Civil e Militar, do Ministério Público, do Poder Judiciário e das Prefeituras Municipais. Ressalta-se que o diferencial desse programa está na participação ativa de organizações da sociedade civil, que realizam trabalhos no campo do esporte, da cultura, arte, da música, de oficinas de Direitos Humanos e outros.

O objeto de estudo não se reduz a ação dessa ou daquela organização, mas visa à interação entre elas, as interdependências. A hipótese central do presente estudo é que elas formam uma rede social de proteção aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Assim, espera-se que esta pesquisa possa gerar conhecimento para a fundamentação de novas articulações entre a rede social e o próprio poder público, potencializando a ideia de uma educação plural, não adstrita aos aspectos meramente formais, mas que, efetivamente, lance incentivos morais, éticos e culturais às camadas expostas, especialmente a juventude, “competindo” de alguma forma com as seduções da vida criminal.

1.2 Problema de pesquisa

Como dito anteriormente, o Programa Fica Vivo tem duas frentes bem definidas. Uma é a redução das taxas de homicídio e a outra é a proteção social dos adolescentes em áreas de risco. A primeira, como se verá mais à frente, tem sido avaliada por meio de acompanhamento dos indicadores das polícias. E a segunda, mais complexa e menos objetiva, ainda precisa ter mais visibilidade. E foi sobre ela que a presente dissertação se debruçou.

Imaginando-se que o Fica Vivo tenha constituído uma rede social de proteção aos jovens, as perguntas que orientaram nossa pesquisa, ao analisar os documentos sobre o andamento do programa, são as seguintes: teria de fato se constituído uma rede no sentido de organizações interdependentes para a prevenção da violência em meio juvenil? Em caso positivo, como a rede social existente tem se articulado para minimizar os efeitos da criminalidade e violência no tocante aos jovens em situação de vulnerabilidade social?

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi integralmente construído a partir de pesquisa documental. As bases e as fontes de dados contam com mapeamentos, levantamentos de indicadores da criminalidade juvenil, dados acerca da política de segurança pública implementada no Brasil a partir da década de 1990 e, especialmente em Minas Gerais, a partir de 2003, diagnósticos realizados para a implantação do Programa Fica Vivo, avaliações parciais feitas ao longo dos últimos quatro anos, sob a forma de dissertações, teses e monografias de graduação e especialização.

Inicialmente faz-se necessário apresentar aspectos da posição do autor frente ao objeto de estudo, um dilema recorrente do ponto de vista metodológico. Discutir elementos da criminalidade violenta, especialmente quando relacionada à juventude, bem como os aspectos da política na área de segurança pública, tendo em vista o seu enfrentamento, sendo eu, Investigadora da Polícia Civil de Minas Gerais e Professora da Disciplina Direitos Humanos, exigiu de minha parte o tão referido exercício de distanciamento, de forma que as impressões prévias quanto ao objeto de pesquisa não constituíssem impedimentos para uma análise tão isenta quanto possível.

A opção de fazer um estudo com base em registros institucionais e produções acadêmicas deveu-se, especialmente, ao fato de o objetivo central deste trabalho não ser concernente a uma avaliação do Programa Fica Vivo, mas sim à análise das avaliações realizadas sobre o mesmo, que só seria possível a partir do acesso aos documentos já produzidos nesse sentido.

Um desafio da pesquisa documental é tornar explícito o que se entende por documento, no quadro de um estudo sistemático e de natureza acadêmica. Nesse sentido, Flick (2009), percorrendo a obra de vários autores sobre os procedimentos em pesquisa documental, sintetiza alguns pontos que ajudam a esclarecer os diferentes sentidos que, segundo ele, o termo documento vem assumindo nas pesquisas qualitativas.

O primeiro deles trata documentos como sendo “artefatos” que padronizam alguns formatos com significados bastante diferentes, mas que, nem por isso, deixam de ser documentos. Com

base nessa definição, os documentos podem aparecer sob o formato de certidões, anotações, atas de reunião, resoluções, textos legais, pareceres técnicos e relatórios, seja de pesquisa ou administrativos (FLICK, 2009).

Outro sentido dado à definição de documento, segundo Flick (2009), guarda relação com o seu caráter dinâmico, ou seja, eles integram redes de ação. Dessa forma, não são estáticos, mas revelam parte do sentido mais amplo da ação que os desencadeia. Nesse sentido, na fase de pesquisa foram examinados documentos que registram diagnósticos das realidades das comunidades destinatárias do Programa Controle de Homicídios, envolvendo a população juvenil, bem como avaliações efetuadas após as primeiras fases de implantação do programa. Os referidos documentos foram produzidos por pesquisadores e por técnicos, de alguma forma vinculados ao programa, que ao escreverem sobre ele o fizeram dentro de um contexto, o qual foi considerado quando de nossa análise desse material, uma vez que é esse contexto, como se verá mais adiante, que dá sentido aos documentos a partir dele gerados.

Parte dos documentos que foram analisados pode facilmente ser consultada. As teses de autoria de Andrea Maria Silveira e Betânia Totino Peixoto estão disponíveis, respectivamente, nos endereços eletrônicos http://www.crisp.ufmg.br/artigos_publicações/teses_monografias e <http://www.cedeplar.ufmg.br/pos-em-economia/teses/teses-aprovadas-008.php>; a dissertação de Márcia Cristina Alves e a monografia de Ana Carolina Utsch Corrêa estão disponíveis em <http://www.bibliotecavirtual.mg.gov.br/consulta/consultaResultadoBasica.php>.

Tratam-se de teses, dissertação e monografia que foram realizadas sobre o Programa Fica Vivo e apresentadas entre 2007 e 2008. Outros documentos pesquisados fazem parte do arquivo da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade – CEPC/SEDS; da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas – SUASE/SEDS; da Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI/SEDS e do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP/UFMG. Quanto aos documentos disponibilizados pelo CRISP, no tocante aos Diagnósticos Qualitativos das Condições Socioeconômicas das áreas de intervenção do Fica Vivo, elaborados antes e depois da implantação do programa, foi necessário que eu assinasse um termo de responsabilidade, por meio do qual me comprometi a preservar o anonimato e a confidencialidade dos indivíduos, porventura citados nos referidos

relatórios, bem como a utilizar o referido material, única e exclusivamente, para as atividades de pesquisa desta dissertação.

Retomando a discussão acerca das peculiaridades dos estudos documentais, um dos problemas a ser enfrentado é descobrir como se afastar da tendência positivista vinculada a essa modalidade que, durante muito tempo, fez crer que esse tipo de procedimento protegia o pesquisador da sua intencionalidade, tal como ressaltado abaixo:

A valorização do documento como garantia de objetividade, marca indelével dos historiadores positivistas, exclui a noção de intencionalidade contida na ação estudada e na ação do pesquisador, sendo esse processo construído historicamente. A palavra documento com o sentido de prova jurídica, representação que se mantém até a atualidade, já era usada pelos romanos, tendo sido retomada na Europa Ocidental no século XVII. Assim, os historiadores positivistas, ao se apropriarem do termo, conservam-lhe o sentido de prova, agora não mais jurídica, e sim com *status* científico. O próprio fato de nomear a palavra documento aos testemunhos históricos traduz uma concepção de história que confunde o real com o documento e o transforma em conhecimento histórico. Captar o real nessa lógica cartesiana seria conhecer os fatos relevantes e fundamentais que si impõem por si mesmos ao conhecimento do pesquisador. Como resultado desse pensamento, só se considerava relevante para o campo da História aquilo que estava documentado, dando privilégio para os termos e ações da política governamental: ações do governo, atuações de personalidades, questões ligadas à política internacional, e outros assuntos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009, p. 34).

Na contramão da crença positivista, em nosso estudo, independentemente da origem dos documentos que foram analisados, todos foram tratados, como sugere Flick (2009), não como uma “representação dos fatos ou da realidade”, mas como algo produzido por alguém com objetivos claramente definidos. Dito de outra maneira, os documentos foram analisados em nosso estudo como “meios de comunicação” (FLICK, 2009, p. 232). Nesse sentido, as perguntas que orientaram a análise documental são as seguintes: a) Quem produziu o documento? Com que objetivo e para quem? Quais eram as intenções pessoais ou institucionais com a produção desse documento? Sintetizando, os documentos foram analisados como um dos tópicos da pesquisa. Por isso, ressaltaram-se “as suas características e as condições específicas nas quais foram produzidos” (FLICK, 2009).

A seleção dos documentos passou, também, por alguns procedimentos técnicos, conforme sugerido por especialistas da análise documental. David Silverman (2009) descreve amplamente sobre a confiabilidade na pesquisa qualitativa. Para garanti-la o pesquisador tem de cuidar da credibilidade de seus materiais, incluindo, os documentos. A autenticidade é um critério fundamental para o uso de documentos. Na maioria dos textos analisados verifica-se,

sem muita dificuldade, que os pesquisadores trabalham com dados secundários. Em geral, as estatísticas sobre homicídio envolvendo jovens são produzidas a partir dos registros das polícias ou então de fontes vinculadas ao Sistema de Saúde ou a órgãos do Ministério da Justiça. Sobre os dados, há uma série de questionamentos quanto à sua confiabilidade, seja pela forma como são coletados, que não garante a sistematização ou precisão no registro da informação, seja pela subnotificação que pode ocorrer, prejudicando, assim, a consistência da informação. Nesse sentido, o fato de nossa pesquisa pautar-se em documentos nos quais grande parte dos indicadores apresentados serem oriundos dessas fontes indica que esse, pode-se dizer, é um viés que tem de ser admitido de antemão e que é preciso ter cautela nas interpretações dos seus resultados, buscando articulá-los, o máximo possível, com outras fontes.

A credibilidade dos documentos, segundo John Scott (1990, *apud* FLICK, 2009), é outro critério importante para a análise documental. É necessário muito cuidado e rigor na averiguação de erros e imprecisões nos registros. Nesse sentido, nos documentos por nós examinados, aparecem divergências de informações sobre um mesmo aspecto. Evidenciou-se, por exemplo, no tocante ao mesmo evento, que as datas relacionadas em um determinado documento não correspondiam às indicadas em outro documento. Também as referências sobre o setor que deu início a uma dada ação não coincidem em documentos analisados. Tudo isso foi levado em consideração na pesquisa, tendo em vista que os registros e os documentos sobre o Fica Vivo são recentes. Na realidade, esse material representa os primeiros documentos que registram a história do programa, pode-se dizer que eles são documentos de “primeira mão”. Mais à frente far-se-ão indicações de como eles podem vir a ser parte de acervo sobre essa temática no campo das políticas para a juventude.

Por ora basta dizer que esses documentos buscam recompor a história do Fica Vivo, desvendam os seus objetivos iniciais, mostram o seu desenvolvimento. São estudos produzidos, quase todos, em um mesmo período – entre 2007 e 2008. Além das fontes documentais e dos bancos de dados comuns, esses documentos trazem informações diferenciadas, como entrevistas com membros das comunidades, técnicos e adolescentes envolvidos no programa. Entretanto, essas informações nem sempre são transcrições das falas dos sujeitos entrevistados. Essas aparecem em alguns momentos dos documentos e de forma

bastante fragmentada. A maioria das referências desses sujeitos esta sob a “interpretação dos pesquisadores”. Nesse sentido, os aportes teórico-metodológicos que se apresentam no corpo do documento passaram a fazer parte do *corpus* do nosso estudo, pois foi, a partir deles, que se buscou compreender o que os sujeitos falam sobre o Fica Vivo.

Outro aspecto agregado à metodologia de pesquisa desta dissertação se refere ao movimento de estabelecer aquilo que Flick chamou de “intertextualidade de documentos” (FLICK, 2009, p. 234).

Assim, na análise das avaliações e dos diagnósticos feitos em relação ao Fica Vivo, buscou-se verificar como (ou se) esses documentos se referem uns aos outros? Se eles se limitam a falar das experiências sem dialogar entre si? Se há pontos em comum em termos de referências bibliográficas, teórico-metodológicas? Se há divergências, e caso elas existam, em que grau se constituem? As avaliações seguem um padrão ou são orientadas por procedimentos metodológicos diferentes? No fundo, o objetivo dessa análise foi saber como “os documentos constroem as realidades sociais”, após a implantação do Programa Fica Vivo.

Para realizar a análise documental focou-se, de início, no conteúdo que pode ser medido a partir da frequência com que aparece no corpo do texto, bem como no peso que o autor atribui e ele. Em seguida, buscou-se mostrar a existência de ambiguidades em determinadas situações, tendo em vista que diferentes temas às vezes se rivalizam dentro de um mesmo conteúdo, indicando que não há consenso nem decisões definitivas.

Chizzotti (2006) chama atenção para o fato de que na análise do documento deve-se considerar que os autores estão conscientes quando o elaboram e se dirigem a um público em situações particulares. A leitura dos documentos deve nos levar a abordá-los tendo como base o contexto da sua produção.

Recorrendo mais a uma vez a Flick (2009), vale lembrar que, segundo ele, o documento é uma versão específica de realidades que são produzidas no próprio documento para responder objetivos específicos. Nesse sentido, a avaliação que pesquisadores fazem das comunidades que tiveram intervenções do Fica Vivo não reproduz, necessariamente, a realidade tal qual ela

é, uma vez que eles a interpretam segundo os seus objetivos específicos, ou seja, eles “olham” para os dados no intuito de saber se eles comprovam ou não suas hipóteses ou se respondem às expectativas que os formuladores do programa tinham em mente quando o projetaram. Esse universo que aparece nos seus trabalhos não é a realidade das comunidades, mas sim uma de suas versões. Essas, possivelmente, têm outras dimensões que podem não ter sido cogitadas nas avaliações que foram feitas delas.

Dito isso, ficam claros os limites de nosso próprio estudo que, também, é uma interpretação das interpretações (meta-interpretação) que foram feitas do Fica Vivo. Trata-se de um método específico, limitado, que não chega às experiências nem aos processos. Mas, entende-se, que apesar desse limite, o método de análise documental é um procedimento não intrusivo que possibilita “trabalhar com os dados produzidos por outros pesquisadores com finalidades práticas no campo do estudo”. Por isso, a partir dele pode-se introduzir novos dados e quem sabe entender melhor que procedimentos podem ser acrescentados aos já existentes para se aprimorar o acompanhamento do “Programa Fica Vivo”.

QUADRO 1
Produção acadêmica analisada

Documento	Tipo	Publicação	Objetivo	Autor/Vínculo como programa	Divulgação	Alcance
Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras, em Belo Horizonte.	Tese	2007	Verificar a ocorrência da redução dos homicídios no Aglomerado Morro das Pedras, localizado na região oeste de Belo Horizonte, a partir da implementação do Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo, em agosto de 2002.	Andréa Maria Silveira / Professora Adjunta da UFMG e Pesquisadora do CRISP	http://www.crisp.ufmg.br/artigos_publicacoes/teses_monografias	Acadêmicos; Gestores e Técnicos do Programa Fica Vivo, bem como de outros programas de prevenção social à criminalidade
Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade.	Tese	2008	Contribuir para um melhor entendimento da vitimização nas cidades brasileiras; Avaliar o impacto do Programa Fica Vivo nas sete áreas de favela do município de Belo Horizonte onde foi implantado até o ano de 2005; Indicar as razões custo-efetividade e custo-benefício do Fica Vivo no Morro das Pedras, entre 2004 e 2006.	Betânia Totino Peixoto / Gestora de ensino e pesquisa da Fundação João Pinheiro	http://www.cedeplar.ufmg.br/pos-em-economia/teses/teses-aprovadas-008.php	Acadêmicos; Gestores e Técnicos do Programa Fica Vivo, bem como de outros programas de prevenção social à criminalidade
Programas de prevenção à criminalidade: dos processos sociais à inovação da Política Pública. A experiência do Fica Vivo!	Dissertação	2008	Analisar os elementos que podem compor o desenho e a implementação de programas de prevenção ao crime e à violência, partindo do estudo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo.	Márcia Cristina Alves / Foi Superintendente de Prevenção à Criminalidade na SEDS, de 2003 a 2007.	http://www.bibliotecavirtual.mg.gov.br/consulta/consultaResultadoBasica.php	Acadêmicos; Gestores e Técnicos do Programa Fica Vivo, bem como de outros programas de prevenção social à criminalidade
Desafios e revisões do Programa Fica Vivo à luz dos seus anos de existência.	Monografia	2008	Reavaliar a metodologia do Programa Fica Vivo, refletindo acerca dos impasses relacionados a sua implantação e execução, ao longo de seis anos.	Ana Carolina Utsch Corrêa / Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG, graduada pela FJP e ex. estagiária do Programa Fica Vivo.	http://www.bibliotecavirtual.mg.gov.br/consulta/consultaResultadoBasica.php	Acadêmicos; Gestores e Técnicos do Programa Fica Vivo, bem como de outros programas de prevenção social à criminalidade

3 REFERÊNCIAS, CONCEITOS E INTERAÇÕES RELEVANTES

Como o objetivo da pesquisa é pensar o papel de uma rede social local no enfrentamento da violência e criminalidade envolvendo os jovens, trataremos, a seguir, de aspectos relacionados à escola, família, juventude, instâncias do Estatuto da Criança e Adolescente, vivências religiosas e projetos sociais.

3.1 Referências sobre a escola

Existe uma boa dose de consenso entre os pesquisadores quanto à importância da carência de acolhimento vivida na infância e na adolescência para a construção de uma trajetória vinculada à violência. Nesse sentido, três arenas sociais ou atores coletivos cumprem papéis chave na formação de predisposições relevantes para a adesão dos jovens a um padrão violento de comportamento: a família, a comunidade e a escola.

A escola brasileira tem sido refratária a uma discussão mais geral da criminalidade e violência envolvendo a juventude. A temática somente a alcança, em regra, por meio do fenômeno conhecido como violência em meio escolar (GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

Recentemente foi publicado um estado da arte sobre discussão da juventude na pós-graduação brasileira, no qual os pesquisadores, responsáveis pelo levantamento dos trabalhos acadêmicos sobre o tema, recensearam, entre 1999 e 2006, 2 teses e 33 dissertações que abarcaram, segundo eles:

Concepções de jovens e/ou da comunidade escolar sobre a violência, as expressões de violências praticadas e sofridas na escola, as relações da violência extramuros com aquela intramuros, as relações entre violência e gênero e até mesmo as vivências da paz no interior da escola, explicitando de alguma a ótica dos jovens sobre tais fenômenos (DAYRELL; NONATO; DIAS; CARMO, 2009).

Alguns desses estudos mostram que a escola tem enorme dificuldade para lidar com o tema da violência que envolve crianças e adolescentes (ARAÚJO, 2000; RIBEIRO, 2002; COUTO, 2003; COSTA, 2005; CAVALCANTI, 2006).

A dificuldade do tratamento da temática aumenta, a partir do momento em que escola tem que responder aos direitos da criança e do adolescente, estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, conforme demonstra Maria José de Jesus Alves Cordeiro, ao investigar os imbróglis que Estatuto cria ao colocar a escola na rota da ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei (CORDEIRO, 1999).

O Programa Fica Vivo focava, inicialmente, os jovens envolvidos com criminalidade violenta, especialmente os que participavam de gangues. Posteriormente foram alcançados os adolescentes cumprindo uma medida socioeducativa: Liberdade Assistida. Os diagnósticos feitos na implantação desse programa mostram que os adolescentes dessa medida são exatamente aqueles que engrossam as estatísticas da evasão escolar. As suas trajetórias escolares são acidentadas, interrompidas e, ainda, a escola, para esses adolescentes quando ouvidos em entrevista, não têm sentido nenhum. O estudo de Cordeiro (1999) analisa a rejeição da escola a alunos que ali chegam com essa recomendação judicial. Na maioria das vezes são os próprios agentes escolares que os discriminam. O acompanhamento desses adolescentes fica cada vez mais difícil de processar.

Essa foi uma das razões que nos fez buscar, no material analisado, os registros que se tem da escola na composição da rede de proteção que o programa prevê e, além disso, verificar se, de fato, ela tem desempenhado algum papel nesse sentido.

3.2 Referências sobre a família

O outro nó dessa rede de proteção é a família. Estrutura presente em todas as sociedades, a família configura-se como o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais (AMAZONAS *et al.*, 2003; KREPPNER, 1992, 2000). Trata-se da primeira instituição social, responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades (KREPPNER, 2000). Acredita-se, assim, que ela tenha um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.

Estudos realizados por Dias (1999) indicam que a interação com a família constitui um dos fatores que, juntamente com a escolaridade, mais contribui para o comportamento dos adolescentes em conflito com a lei. A pesquisadora, ao realizar uma investigação com 4.245 jovens autores de atos infracionais, identificou que 35% deles vivenciaram algum problema intrafamiliar. O estudo evidenciou, igualmente, que a maioria das famílias dos jovens que praticaram alguma infração era formada apenas por um dos pais, a chamada família monoparental.

Assim, família ocupa a instância diferenciada quanto à proteção da criança e do adolescente, uma vez que, por meio do convívio e do cuidado - ou da sua ausência - são projetadas as relações e os valores sociais. Mediante a convivência afetiva a criança e o adolescente podem absorver, entre outros aspectos, tanto os múltiplos limites quanto às diversas possibilidades de cooperação, de aceitação e tolerância, de alteridade e solidariedade. Ao se compreender a família como uma instância de vínculo afetivo estável, independente ou não do caráter biológico de sua constituição original, considera-se que o perfil comportamental do adolescente pode ser um indicador da natureza de suas relações familiares. (LIMA, *et al.*, 2006).

Importantes estudos, como o realizado por Amparo *et al.* (2008), têm demonstrado que a família é um fator determinante para o aumento de posturas resilientes, no que concerne aos jovens em situação de risco psicossocial, o que, dentre outras razões, justifica a importância da discussão dessa instituição na presente pesquisa.

3.3 Conceituando juventude

Antes de apresentar o recorte que foi feito no presente estudo, tendo como foco os jovens que participam do Programa Fica Vivo, vale a pena levantar as questões conceituais que a área da educação tem trazido sobre o tema da juventude.

A conceituação da categoria juventude não é questão pacífica dentre os estudiosos do tema. Marília Pontes Sposito (1997), reconhecendo que a definição dessa categoria implica num problema sociológico passível de investigação, salienta que a forma como se dá a passagem

da heteronomia relacionada à criança para a autonomia do adulto, bem como a determinação de sua duração e características, têm variado nos processos e formas de abordagem dos trabalhos que tradicionalmente se dedicam ao tema.

O foco na juventude exige do pesquisador filiação a uma de suas possíveis conceituações, pois como ressaltam Castro e Abramovay (2005), o conceito de juventude é, em princípio, provisório. Geralmente se refere ao corte de 15 a 24 ou de 15 a 19 anos (conceito demográfico com aportes da psicologia, da antropologia e da sociologia). Mas o que, segundo as autoras, possibilitará uma maior compreensão da multiplicidade do real será o aprofundamento da análise e a compreensão sobre significados, construções simbólicas, relações sociais estabelecidas pelos jovens, identidades elaboradas com base em gênero, estrato socioeconômico, raça e etnicidade, dentre outras possíveis referências.

Na esteira das possibilidades conceituais, Juarez Dayrell (2007) indica que as concepções de juventude, além de serem marcadas pela diversidade, são categorias dinâmicas, que se transformam de acordo com as mutações sociais que ocorrem ao longo da história. Assim, para o autor, a juventude não é uma categoria que identifica indivíduos detentores de características homogêneas.

Assim, Dayrell (2007) nos diz ser mais adequado falarmos em “juventudes”, tendo em vista que essa fase da vida não é vivenciada da mesma forma por todos os sujeitos. A experiência de ser jovem é construída por cada sujeito de acordo com o contexto em que ele está inserido, e guarda dependência com a relação estabelecida com os recursos existentes no ambiente social, cultural e histórico. Dessa forma, podem surgir diferentes maneiras de ser jovem, tornando essa fase um momento rico de experiências e de construção de “si”.

Outra pesquisadora do tema da juventude, Abramo (2003), cujas reflexões passaram a ser o foco das pesquisas no âmbito da Sociologia da Juventude, prefere falar não sobre jovem, mas sobre a condição juvenil. São essas condições que se transformam em objeto de estudo, porque, segundo essa autora, foram elas que sofreram grandes transformações nas últimas décadas; hoje é difícil dizer que se resume à preparação para uma vida adulta futura: a juventude se alargou no tempo e no espaço social e ganhou uma série de conteúdos próprios. Deixou de ser um momento breve de passagem, restrito às classes altas e médias, não só

porque a educação foi expandida, pois não é mais definida exclusivamente pela condição estudantil, mas por uma série de movimentos de inserção em diversos planos da vida social.

Em síntese, na presente dissertação o conceito de juventude será tratado em todas as dimensões acima citadas.

A pluralidade, a identidade em construção, a dinâmica das relações que os jovens estabelecem com o mundo e as transformações das condições juvenis nas últimas décadas.

3.3.1 Violência e criminalidade envolvendo a juventude

Com base na literatura pesquisada, e consideradas as peculiaridades que envolvem a juventude, deve-se reafirmar a preocupação com a crescente participação dos jovens, quer como autores, quer como vítimas, nos eventos relacionados à violência e criminalidade.

Ainda que o problema da violência ou da criminalidade violenta no Brasil diga respeito a todos, a vitimização mais grave, cujos efeitos são letais, apresenta um elevado grau de concentração. Também nesse caso, são os pobres e os negros que pagam, com suas vidas, o preço mais alto. Nosso problema mais dramático, na área da segurança, é o verdadeiro genocídio a que vem sendo submetida a juventude brasileira, especialmente a juventude pobre do sexo masculino e, em particular, os jovens negros (SOARES, 2004).

Conforme demonstram estudos, Cardia, Adorno e Poletto (2003) e Soares (2004), a maior incidência de criminalidade violenta, especialmente os crimes de homicídio, concentra-se nas áreas mais pobres dos aglomerados urbanos, tendo como principais autores e vítimas os indivíduos negros, do sexo masculino, com idade entre 15 e 24 anos.

Segundo Saporì (1997), no caso brasileiro⁴, a consolidação do tráfico de drogas nessas comunidades periféricas e os conflitos e disputas ocasionados por essa modalidade criminosa explicam as razões de os jovens negros e pobres tornarem-se mais violentos na década de 1980 e 1990.

⁴ De acordo com o autor, não se pode concluir que uma epidemia de homicídios é intrínseca à consolidação do tráfico de drogas num determinado espaço social, citando, nesse sentido, o caso europeu.

Além disso, a introdução de armas para proteção do negócio e pelas disputas entre quadrilhas pelo domínio territorial trouxe maior violência aos espaços urbanos, utilizados como bases de apoio “logístico” para as atividades relacionadas ao tráfico de drogas. A participação no varejo do tráfico atrai jovens das camadas populares, seduzidos pelas oportunidades de prestígio e visibilidade social, proporcionadas pela atividade, que configura novas formas de poder naquele universo social (SOARES, 2000; ZALUAR, 1998).

Diante desse quadro que vem afetando, desde o final do século passado, a todos em geral, mas de forma ainda mais devastadora a população juvenil, organismos internacionais e de governo têm-se mobilizado com o objetivo de pensar estratégias que possam fazer frente a essa realidade que agrassa contingentes de jovens em diferentes partes do mundo. Dessas iniciativas surgem, em níveis nacionais, políticas públicas com foco na juventude.

3.3.2 Políticas Públicas com foco na juventude

A partir dos anos 90 intensificou-se, na esfera pública, o debate sobre o jovem na sociedade. Entretanto, segundo Rua (1998), no Brasil as políticas públicas em geral e, especificamente, as políticas juvenis, são fragmentadas, estão à mercê da competição interburocrática, padecem da descontinuidade administrativa, agem em resposta a certas ofertas e não em relação a demandas específicas e revelam as clivagens entre a sua formulação e a sua implementação.

Conforme Gonçalves e Sposito (2002), nos últimos anos estudos mostram esforços, tanto do setor público quanto do privado, para fazer frente a esse fenômeno que afeta diretamente a população juvenil brasileira. Diante desses esforços, torna-se premente a necessidade de ampliar o leque de estudos que têm sido realizados em nível nacional e também internacional para avaliar os efeitos que essas iniciativas têm produzido para interferir nesse processo de reprodução da violência entre os jovens.

No Brasil, o tema da juventude foi introduzido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, pelo encaminhamento da Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”, o que ainda resultou, naquele mesmo ano, na criação do Fórum Permanente de Entidades não

governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, culminado na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990.

Questão curiosa, que vale ser destacada, está relacionada à origem de uma das políticas de redução da violência escolar, uma das vertentes da ampla gama de “violências” que vitima a juventude. Conforme Gonçalves e Sposito (2002), no nível de governo federal, a iniciativa de induzir políticas de redução da violência escolar não partiu do Ministério da Educação, mas, sim, do Ministério da Justiça. Para os autores, uma possível explicação para a iniciativa ter partido da Justiça e não da Educação pode ser o fato de ter havido considerável aumento dos índices de violência envolvendo jovens com o crime organizado e homicídios, quer como vítimas, quer como protagonistas, fenômeno reforçado pela imprensa, que, na década de 1990, deu ênfase em noticiários que mostravam o envolvimento sistemático de jovens em práticas criminosas, tendo sido dos mais emblemáticos, o caso ocorrido em 1997, com o índio pataxó Galdino, queimado e assassinado por cinco jovens pertencentes a camadas médias da cidade de Brasília. Diante desses eventos, o Ministério da Justiça começa a voltar suas atenções de forma mais sistemática para o tema da violência entre os jovens, não podendo, por óbvio, deixar de considerar a questão escolar.

Ainda em relação às políticas mais globais, de natureza federal, vale citar a criação, em 2003, na Câmara dos Deputados, de uma Comissão Especial de Juventude – CEJUVENT, que realizou diversas audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais e uma Conferência de Juventude para elaborar projetos de lei dirigidos às demandas juvenis.

A partir de 2005, também no âmbito do Governo Federal, foi iniciada a construção de uma Política Nacional de Juventude, com as seguintes diretrizes: a singularidade da juventude; os jovens como sujeitos de direitos; a valorização da diversidade juvenil; o fortalecimento dos segmentos vulneráveis; a transversalidade das políticas e a participação juvenil.

Ainda em 2005, a Lei nº 11.129 estabeleceu O Programa de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, criado como um dos pilares da Política Nacional de Juventude, junto à Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.

Em setembro de 2007 o Governo Federal divulgou uma atualização do PROJOVEM, que passou a ser o Programa Integrado de Juventude, englobando outras iniciativas e programas já existentes.

Também a análise de práticas educativas institucionais não formais, evidenciadas em algumas comunidades, são extremamente relevantes e recorrentes, dado ao atual cenário de violência e criminalidade envolvendo os jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Um dos exemplos dessas práticas é o Programa Fica Vivo, foco da presente dissertação.

No tocante às políticas públicas que buscam enfrentar a crescente violência envolvendo a juventude, a literatura tem registrado a importância, para sua eficiência, de que se enfatize o desejo e a vontade dos jovens, quando da elaboração, aplicação e avaliação de políticas públicas (CEPAL, 2000).

Nesse sentido, de acordo com Leão (2004), faltam políticas estratégicas e efetivas que não submetam os jovens como indivíduos carentes, meros beneficiários de projetos e programas, mas que os entendam como sujeitos de direitos, agentes estratégicos da construção social.

Independentemente das divergências existentes na literatura no que concerne à conceituação de juventude, as peculiaridades dessa categoria, bem como o desenvolvimento de políticas públicas que abarquem suas necessidades, são demandas prementes da contemporaneidade.

A seguir, serão analisados estudos que focalizaram jovens que se encontram em situação de risco. O objetivo é o de mostrar trabalhos que antecederam a nossa pesquisa e ajudaram a pavimentar o caminho que foi traçado para sua conclusão.

Em recente “estado da arte”, Marília Pontes Sposito organiza, auxiliada por um grupo de pesquisadores da área da educação, um denso ensaio acerca da produção sobre juventude na pós-graduação brasileira, entre 1999 e 2006 (SPOSITO, 2009). A obra, dividida em dois volumes, cobre áreas não apenas da Educação, mas vai ao cerne da produção das Ciências Sociais, abrangendo Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Serviço Social.

O período mapeado (1999- 2006) foi muito significativo, tendo em vista as mudanças conceituais e políticas que ocorreram nesse interregno histórico, envolvendo avanços nas Declarações Internacionais visando à defesa das Crianças e dos Adolescentes, as lutas nacionais e locais, com objetivo de criar suportes de proteção aos grupos infanto-juvenis vulneráveis e a adoção de novas políticas nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas ao atendimento desse contingente populacional.

É nesse mesmo período que se observa o agravamento das implicações da violência e criminalidade envolvendo a população jovem. Nesse contexto, emergem movimentos juvenis, sobretudo nas áreas urbanas, implicando no desenvolvimento de multiplicidade cultural, marcada por diversidade de expressões humanas que modificam o próprio conceito de juventude.

No capítulo inicial do estado da arte supracitado, Sposito chama atenção para alguns aspectos que nos ajudaram a delimitar mais claramente o objeto deste trabalho. A autora ressalta que o tema da juventude entrou para os debates acadêmicos e, conseqüentemente, virou tema de pesquisa, quando ele passa a ter visibilidade “como produto da interseção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores”. Do lado das políticas públicas, o tema entra em pauta como “parte da questão social e do crescimento da violência no país” (SPOSITO, 2009 p. 17). Nesse mesmo período começam a aparecer iniciativas públicas, em âmbito estadual e municipal, com programas voltados a essa população, que se intensificam com a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude a partir de 2005.

O tema de nosso estudo tem, portanto, como referência esse segundo recorte posto por Sposito (2009), qual seja, o foco é um programa engendrado pelo Estado de Minas Gerais, que tem por objetivo reduzir indicadores de homicídio que afetam os jovens (como vítimas e como protagonistas), a partir da criação de redes de proteção, que funcionem tanto no aspecto preventivo como também no oferecimento de formas de inserção social.

Buscando aproximar o presente estudo aos grupos temáticos recenseados no estado da arte supracitado, pode-se dizer que ele se encontra na mesma esteira dos estudos que foram agrupados em torno do tema Adolescentes em Processo de Exclusão Social.

Para se ter uma ideia da expansão desse tema na pesquisa acadêmica (teses e dissertações), reproduz-se, a seguir, a quantidade de trabalhos apresentados sobre esse viés temático, entre 1999 e 2009, em diferentes programas de pós-graduação, conforme classificação dos autores, no estado da arte acima citado. Eles elencam, somente na área da Educação, 73 dissertações e 10 teses de doutorado, na área de Ciências Sociais, 7 teses e 35 dissertações e, na área do Serviço Social, 9 teses e 47 dissertações (SPOSITO, 2009)

Nesse conjunto de pesquisas elencadas, grande número trata do adolescente em conflito com a lei. Esse é um subtema que agrega mais de 30 estudos nos 10 anos analisados no estado da arte referido. Dentro desse subtema aparecem dois subconjuntos que predominam, o primeiro refere-se ao adolescente privado de liberdade e o segundo, ao adolescente em medidas socioeducativas em meio aberto (SPOSITO *et al.*, 2009, p. 131). Na presente dissertação, focar-se-ão apenas os estudos voltados para o segundo subconjunto, visto que ele está vinculado à política em relação a qual pretendemos analisar alguns dos resultados, com base em avaliações realizadas.

Trata-se do Programa Fica Vivo, criado em 2002 e institucionalizado, a partir de 2003, pelo Estado de Minas Gerais, por meio de sua Secretaria de Estado de Defesa Social. Mais à frente falaremos sobre ele, com detalhes. Por ora basta ressaltar o público alvo quando da sua implantação: jovens, de 15 a 29 anos, envolvidos com criminalidade violenta, especialmente participantes de gangues, e os adolescentes em liberdade assistida (SIMÕES, 2011).

A centralidade das pesquisas sobre esse tema levou Sposito *et al.* (2009) a levantar algumas hipóteses que a justifiquem. Segundo os pesquisadores, os estudos mostram que as medidas socioeducativas no Brasil vêm se constituindo em um problema. Os trabalhos por eles analisados são consensuais quanto à ineficácia dessas medidas e reconhecimento de que os avanços previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente não se concretizaram (SPOSITO *et al.* 2009, p.130). Diante desse quadro, a tendência dos autores é por em xeque o entendimento de que esse tema seja, de fato, crucial, pois buscam mostrar, em seus estudos, que “o número de adolescentes que praticam atos infracionais é bem menor do que se imagina”. Essa ideia aparece, também, em alguns outros estudos que buscam estudar a criminalidade juvenil em contextos urbanos.

Heronilza Nascimento Castro da Silva (2000) estuda a condição de jovens que cometeram atos infracionais e moram na periferia da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Seu estudo leva a questionar os estereótipos que se criam sobre esses jovens. A autora busca compreender como eles se constroem, mostrando que as imagens que se produzem sobre eles são fortemente distorcidas e afirma, além disso, que esses adolescentes estão menos envolvidos com homicídios do que se imagina. Maristela Colombo (2001) estuda o modo como os adolescentes em conflito com a lei, em liberdade assistida, formulam suas concepções de mundo e, ainda, analisa em profundidade as noções que eles têm a respeito de regras de convivência e de como reagem às exigências de sobrevivência em um mundo que os descreve como “indivíduos perigosos”. Dinah Bacellar (2006), na mesma linha de questionamento, busca desmistificar a suposta realidade de abandono dos adolescentes em conflito com a lei, mostrando que muitos deles têm, em redor de si, uma estrutura familiar e de convivência.

Na linha das pesquisas sobre adolescentes que cumprem medida de liberdade assistida, alguns estudos apresentam contribuições importantes que nos ajudam a precisar melhor o tema do nosso estudo, tendo em vista que o Fica Vivo tinha como foco inicial os adolescentes que respondiam a essas medidas. Por isso, entendeu-se ser fundamental apresentar algumas reflexões feitas sobre adolescentes que se encontram nessa condição.

A Liberdade Assistida é uma medida socioeducativa que sofreu mudanças importantes após a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente e que vem se constituindo em dos maiores desafios para os gestores públicos, tendo em vista a necessidade urgente de se encontrar modelos de atendimento integrado com políticas efetivas, que de fato adotem ações concretas para se atingir os fins da ressocialização.

Liberdade Assistida é um conceito que vem sendo posto em prática desde o início da década de 1990 e que, ainda depois de dois decênios, encontra muitas dificuldades para se concretizar. Leila Mara Torraca de Brito, analisando o referido conceito no “Horizonte da Doutrina da Proteção Integral” (BRITO, 2007) recupera a história desse tipo de atendimento ao adolescente, destacando que no Código de Menores, de 1927, o atendimento em meio aberto era denominado de “Liberdade Vigiaada”. Segundo a autora, também o Código de Menor que vigorou no Brasil de 1979 a 1990, dispunha, em seu artigo 38, “sobre a medida de

liberdade assistida, que podia ser empregada tanto para os acusados da prática de delitos como para casos de desvio de conduta” (BRITO, 2007, p. 134).

Com a promulgação do ECA introduziram-se novos parâmetros para o atendimento da criança e do adolescente, com base na Doutrina da Proteção Integral. Com essa nova exigência, continua a autora, a liberdade assistida “deve estar voltada para os saudáveis vínculos a serem mantidos ou estabelecidos entre ao adolescente e o seu grupo doméstico e comunitário” (BRITO, 2007, p. 135).

Grande parte dos estudos que surgem no final da década de 1990 ressalta que o novo modelo de Liberdade Assistida deveria incorporar ao atendimento do adolescente a construção de uma rede de apoio à família (TAKASHIMA, 1994, *apud* BRITO, 1996, p.80). Assim, completa a autora, trabalhar com uma rede de apoio à família torna-se, por conseguinte, fundamental. Dessa forma, é preciso localizar na comunidade iniciativas de organização governamental ou não governamental, para que possam formar uma rede de atendimento integrado (BRITO, 1996, p. 136).

Em termos político-doutrinário, a ideia nova, sobre o atendimento à criança e ao adolescente, parecia estar clara. Entretanto, as pesquisas sobre a juventude indicavam que ainda havia um grande caminho a ser percorrido. A seguir apresentam-se breves comentários sobre pesquisas na área da educação que sinalizam aspectos recorrentes na trajetória de adolescentes que passam pela Liberdade Assistida. Duas realizadas em Porto Alegre, em 2002 e em 2006, uma na cidade Marília e uma em João Pessoa. No conjunto, esses estudos indicam aspectos e situações que se reproduzem em vários lugares do país.

Estudo realizado por Liana Gonçalves (2002) focalizou os adolescentes do gênero masculino que tinham envolvimento com o universo do crime. Na sua maioria eram adolescentes e jovens das classes populares, com idade entre 12 e 21 anos. A pesquisa avaliou em relação a esses jovens, as condições familiares e dos suportes públicos. Avaliou-se, também, a pouca referência que a escola tinha para esses adolescentes e a ineficiência dos cursos profissionalizantes que lhes eram oferecidos. Dentre os aspectos mais persistentes nos relatos desses adolescentes, a pesquisa ressalta o sentimento de abandono, os jovens não se sentem reconhecidos e a aproximação com o mundo do crime se configura, para eles, em uma forma de “reconhecimento”.

Em 2006, Silvania Silveira apresenta uma dissertação que teve como foco o universo de adolescentes, do gênero feminino, que cumprem medidas socioeducativas no programa PSC – Prestação de Serviço à Comunidade, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse estudo a autora detectou, na conduta das adolescentes, uma tendência que chamou de “matizes das significações de ato infracional”. Na concepção de Silveira, matiz assume o seu sentido mais figurado, a saber: tonalidades diferentes de cor que dão ao universo em que as adolescentes vivem uma diversidade inimaginável. Os adolescentes revelam matizes que expressam necessidades imperiosas de se “sentirem pertencentes ao grupo de iguais e de se lançarem no experimento das coisas novas e desafiantes à característica peculiar da adolescência, bem como de buscarem subterfúgio para abrandar as construções vivenciadas nessa fase” (SILVEIRA, 2006, p. 125). Nesses desafios encontram-se, por exemplo, as drogas e a aproximação com o crime organizado.

A pesquisa realizada por Ana Lúcia Caurel (2003) analisa os impasses vividos pelos adolescentes em medida de Liberdade Assistida na cidade de Marília, no interior paulista, quando estes têm de se confrontar com a escola. Em geral, essa instituição aparece como uma das instâncias obrigatórias a ser frequentada por eles, segundo determinação do juizado da infância e da adolescência. A autora, por meio de uma pesquisa documental, constata que os adolescentes da Liberdade Assistida engrossam a fileira dos evadidos do sistema escolar. Seu estudo aponta, ainda, pistas que ajudam a entender porque as escolas, em geral, têm resistência em receber adolescentes das medidas socioeducativas. Segundo a autora, os adolescentes, em especial os do sexo masculino, declaram que usam a própria condição de estarem na Liberdade Assistida para mostrar aos pares, na escola, um certo “prestígio”, o qual é construído tendo como parâmetro aquilo que Alba Zaluar chamou de “ethos masculino” (ZALUAR, 2002).

Keyla da Silva Meneses (2006) entrevistou adolescentes da Liberdade Assistida e reconstruiu, a partir de seus relatos, os contextos dos atos de violência vividos por eles, antes e depois das práticas infracionais. O aspecto mais instigante da dissertação é a análise que a autora faz das relações institucionais na vida desses adolescentes. Família e escola não estavam isentas dessa violência. Os adolescentes descreviam atos que os faziam desacreditar nessas duas instituições.

Ainda que de forma sucinta, os retratos que esses quatro estudos traçam dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ajudam a compreender que o tema da nossa pesquisa não pode ser tratado de maneira isolada. Como se poderá ver a seguir, parte das preocupações que as pesquisadoras acima demonstram em suas investigações, pode ser também evidenciada em relação aos formuladores do Programa Fica Vivo.

3.4 Instâncias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente

Dentre as outras frentes institucionais previstas para compor a rede de proteção, relacionada aos jovens em situação de vulnerabilidade social, aparece o Conselho Tutelar, instância criada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece o Conselho Tutelar como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A mesma Lei determina que em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

Com a criação do Conselho tinha-se também em vista a desjudicialização das medidas sociais dirigidas à infância. Antes de sua criação, o sistema de justiça era acionado para resolver questões sociais e econômicas, oferecendo respostas insatisfatórias, haja vista que as medidas cabíveis eram quase sempre restritas à institucionalização.

Na nova composição, o Conselho Tutelar foi pensado para ser uma estrutura representativa da sociedade, com poderes para agir contra o próprio Estado e/ou a família, sempre que um direito ou necessidade básica esteja sendo violado ou sob ameaça de violação (VOGEL, 1995; SÊDA, 1996).

Ao Conselho Tutelar não cabe a execução de nenhum programa ou a prestação de assistência, mas cabe a ele tomar as devidas providências para que os direitos sejam atendidos, para que as necessidades de todas as crianças e adolescentes sejam satisfeitas e, ainda, zelar pelas suas condições de vida.

O lugar do Conselho Tutelar dentro da rede social é junto ao sistema de ajuda formal, mas com o papel de articular todos os recursos formais e informais na atenção à infância e adolescência, tanto nos casos atendidos pelo Conselho, como na virtualidade da proteção às crianças de toda uma comunidade.

Tendo em vista as atribuições do Conselho Tutelar e sua importância dentro de uma rede social com vistas ao enfrentamento da violência e criminalidade envolvendo crianças e jovens, buscou-se identificar nos documentos analisados que referências eles fazem da atuação dos Conselheiros, no âmbito do Programa Fica Vivo.

3.5 Instâncias religiosas

Embora a programa conclame a comunidade como um todo a mobilizar-se para reduzir os indicadores de homicídio, buscou-se destacar, na nossa análise, a participação de grupos religiosos nessa rede. Teriam eles algum papel nesse processo? O que os documentos têm a revelar sobre isso?

Segundo Hackmann (2000), apesar de existir uma infinidade de experiências de envolvimento de grupos de jovens com práticas religiosas, este tema ainda não recebeu um tratamento científico adequado, carecendo a temática, portanto, de estudos mais consistentes que indiquem a influência representada pelas experiências religiosas para a juventude.

De acordo com Novaes (2005), quando se pretende analisar as relações entre religião e juventude, não podemos deixar de lado as inseguranças oriundas dos desenraizamentos do mundo contemporâneo e as específicas dificuldades de inserção social que vivenciam, hoje, os jovens brasileiros.

Ainda segundo Novaes (2005), a demanda principal do jovem é o seu processo de inserção na sociedade. O problema é que essa sociedade vive um profundo problema de exclusão. Diante de uma situação de crise, a busca pelo religioso se configura numa tentativa de reconquistar o futuro como espaço de estabilidade social. Para a autora, na análise do tema juventude e religião é fundamental que se insiram os elementos da insegurança e dificuldades de inserção social presentes no Brasil.

O caminho percorrido nesse processo se dá a partir da crise educacional, da falta de trabalho formal, da não participação política e da falta de perspectiva de futuro. Disso pode decorrer o uso de drogas, o alcoolismo e a prostituição. Nessa situação a igreja passa a ser um ambiente de reencontro com a identidade e de resgate do projeto de vida.

Para Amparo *et al.* (2008), no tocante aos aspectos pessoais, a religiosidade e a espiritualidade parecem também atuar como elementos protetivos, quando os jovens qualificam esses aspectos, além de uma possível crença em "Deus", incluindo uma necessidade de bem estar e de crescimento. A religiosidade foi destacada por Bucher (1988) como um fator preventivo primário, na medida em que impediria o início do uso de drogas.

Para Hawkins e colaboradores (1992), os quatro elementos do vínculo social que se mostram inversamente correlacionados com o uso de drogas são: o vínculo forte com os pais; o compromisso com a escola; o envolvimento regular com atividades da igreja ou de outros movimentos; e a crença nas expectativas gerais, normas e valores da sociedade.

Salientamos que os aspectos mencionados são variáveis concorrentes, presentes na realidade dos aglomerados nos quais o programa foi implementado, e que disputam com a variável Programa Fica Vivo, na tentativa de explicação da redução da violência e envolvimento com a criminalidade, especialmente no tocante à questão das drogas. Ou seja, entram na pesquisa como variáveis de “confundimento”.

3.6 A era dos projetos sociais

Os projetos sociais, que a partir de 2003 foram intensificados no Brasil, com políticas mais agressivas e interventoras, merecem detida análise, considerando o objeto deste trabalho.

No caso específico do Fica Vivo, vale ressaltar que as populações que sofreram sua intervenção não estavam, necessariamente, imunes a outros programas como, por exemplo, o Bolsa Família, dentre outros.

Na realidade, as estratégias de “projetismo”, tão em voga no atual contexto, se intensificam e ganham visibilidade nacional, com o modelo de gestão pautada nos conceitos de terceiro setor conforme Falconer (1999) e Oliveira (2007), de responsabilização social (Ethos, 2002) e o de Organizações Não Governamentais (ABONG, 1992). Esse modelo corresponsabiliza o setor privado pelas transformações de amplos setores da esfera pública. O incentivo aparece na gestão Fernando Henrique Cardoso e se prolifera, abundantemente, na gestão Lula. Os inúmeros projetos sociais financiados pelo Estado são gerenciados pelas ONGs que passam a atuar em áreas de riscos e/ou de vulnerabilidade social com ações visando à inclusão, sobretudo, da população infanto-juvenil.

Apesar da leitura crítica que hoje se tem em relação às ONGs, vistas por uns como desmobilizadoras dos movimentos sociais e, por outros, como organizações que preenchem, precariamente, as lacunas do poder público estatal, não se pode ignorar que uma parte significativa das políticas de inclusão social previstas em lei são hoje gerenciadas por essas organizações não governamentais.

Para melhor esclarecer o papel dessas organizações, vale trazer algumas reflexões sobre o tema, feitas por Maria da Glória Gohn (2005). Segundo a autora, as ONGs passam por mudanças significativas no desenrolar da história política brasileira. Na época da ditadura militar, entre 1970 e 1980, funcionavam como instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, ajudando a construir, “um campo democrático popular”. Auxiliavam no fortalecimento dos atores populares, inclusive na sua conscientização. Também nesse período apresentavam alternativas para as demandas populares. Na segunda metade da década de 1990 mudam o seus papéis. Essa mudança é descrita da seguinte maneira pela autora:

Novas pautas foram introduzidas, tais como a de trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idade, etc. Os novos tempos de desemprego e aumento da violência urbana, assim como o crescimento de redes de poder paralelo nas regiões pobres, ligadas ao narcotráfico de drogas e outros, também colaboraram, e muito, para desmotivar a população necessitada para participar de reuniões ou outras atividades dos movimentos e aderirem aos programas e projetos das ONGs (GOHN, 2005, p.145).

Com esse esmorecimento dos movimentos e das ONGs, quem passa a atuar nesse campo é o Terceiro Setor, que conta com aportes financeiros advindos de bancos e de grandes empresas. São os chamados “programas de responsabilidade social” que se constituíram naquilo que se chamou de “cidadania corporativa” (GOHN, 2005). Para a presente pesquisa, vale ressaltar que foi, nessa fase, que se registrou uma enormidade de projetos na área social. De acordo com Gohn, “em 2003”, fim da era FHC e início do governo Lula, só na área das crianças e dos adolescentes, a Revista Exame listou 134 grandes projetos patrocinados por empresas e companhias que possuem fundações atuando na área do Terceiro Setor (GOHN, 2005).

Ainda na era FHC há uma mudança de paradigma no tocante à distribuição e gestão de fundos públicos, que se expandiu de forma inusitada na gestão Lula. O Estado, por meio desses fundos públicos, convoca a sociedade civil como parceira para que estas, por meio de suas organizações, desenvolvam projetos focalizados em mulheres, crianças e jovens (GOHN, 2005). O que muda nesse contexto é a proposta política desses projetos e, consequentemente, sua linguagem, conforme assinala a referida autora:

As palavras de ordem destes projetos e programas passaram a ser propositivos, não apenas reivindicativos, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante. Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram a ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar populações para participar de programas e de projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005, p.146).

É com esse ímpeto que vão aparecer projetos, com apelos propositivos, no intuito de fazer frente à violência junto aos jovens: “Escola Viva, Comunidade Ativa”, “Fica Vivo”, “Cultura da Paz”, “Anjos da Escola”, “AfroReggae”, “Criança Esperança” e outros. Como ressaltava Gohn (2005), no bojo desses projetos, encontram-se modelos de inclusão dos jovens de forma propositiva. Embora não se tenha uma avaliação se, de fato, podem ser chamados de programas de inclusão, é certo que o objetivo imediatista de todos eles é criar para os jovens “alternativas” de inserção social e, consequentemente, um caminho que não o crime. As comunidades e escolas são tomadas por uma infinidade de oficinas, de todo tipo, para ocupar

os jovens quando esses não estão na sala de aula. As ONGs se profissionalizaram, uma vez que para participação dos fundos públicos que financiam esses projetos, são obrigadas a entrarem em editais públicos, cada vez mais exigentes quanto à qualidade do projeto, ao cumprimento de prazos e consecução de resultados. Emergiu, nesse cenário, uma rede cada vez maior de oficinairos para trabalhar com essa população. O campo ficou complexo, criou-se um mercado opulento de projetismo social: assessoria para produzir projetos segundo edital público, cursos para formar gestores de ONGs. Associaram-se a esse modelo ex-meninos de rua que se transformaram em celebridades, rappers, funkeiros e outros, havendo um “marketing” poderoso para a promoção dessas organizações e dessas imagens propositivas. Resta saber se elas estão, de fato, incidindo no objetivo que se pretendeu originalmente. O programa que pretendemos analisar no presente trabalho é majoritariamente desenvolvido por projetos dessa natureza. Seu sucesso ou insucesso tem relação com a ideologia de projetismo que domina a sociedade brasileira desde 2003.

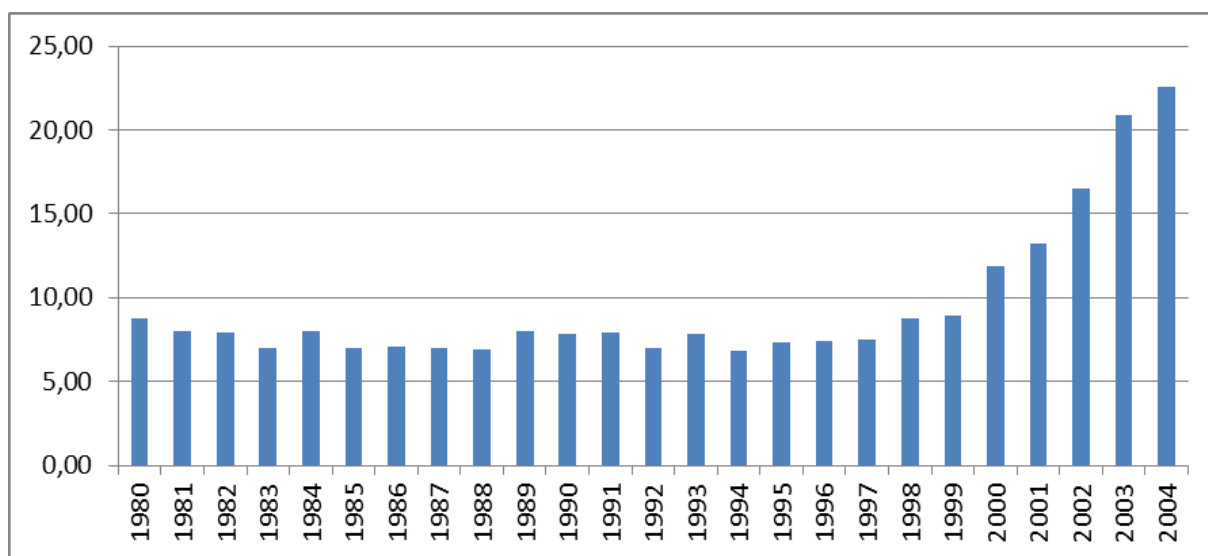
4 O PROGRAMA FICA VIVO

Os números alarmantes da violência e da criminalidade que já preocupavam, na década de 1980, outros Estados da Federação, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Alagoas, não tardaram a alcançar Minas Gerais.

Assim, os padrões satisfatórios de segurança pública que o Estado de Minas Gerais vivenciou ao longo da década de 1980 deterioraram-se rapidamente no decorrer da década de 1990, alcançando patamares ainda mais preocupantes nos primeiros anos do novo milênio (SAPORI, 2007, p. 129).

As taxas de homicídios permaneceram relativamente estáveis entre 1980 e 1999, entretanto, a partir de 2000 houve uma tendência de crescimento que se manteve, atingindo, em 2004, o patamar de 22,6 homicídios por 100 mil habitantes (SAPORI, 2007, p. 131), conforme se observa no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 - Taxas de homicídios evidenciadas no Estado de Minas Gerais, entre o período de 1980 e 2004



Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde, apud SAPORI, 2007, p. 131.

Conforme Saporì (2007, p. 131), a incidência dos crimes de homicídio compreendida no período de 1996 a 2004 foi particularmente intensa na Região Metropolitana de Belo Horizonte, havendo um crescimento real de 200% no referido período.

Nesse novo contexto da segurança pública é que se abre espaço para um outro enfoque do eterno dilema prevenção/repressão, seja na sua concepção filosófica ou em estratégias de ação governamental.

Contrapondo-se ao modelo tradicional de “segurança pública”, centrado no controle penal da criminalidade, novos argumentos enfatizam o caráter interdisciplinar e multifatorial do tema. A questão criminal passa a ser vista como uma das vertentes do fenômeno da insegurança no espaço urbano, que deixa de ser objeto exclusivo das instituições do sistema de justiça criminal para converter-se em tema transversal do conjunto de políticas públicas (DIAS NETO, 2005).

Tradicionalmente, as estratégias de repressão e prevenção têm sido tratadas dentro de uma concepção dicotômica, no sentido da impossibilidade de uma incorporação concomitante desses aspectos em políticas com vistas ao enfrentamento do fenômeno da violência e criminalidade. Segundo esse entendimento, ou as políticas e ações são de cunho repressivo ou de natureza preventiva.

Mais recentemente, um importante debate tem se aberto, não no que tange a valorar qual das estratégias surte melhores efeitos para segurança pública, mas sim, em torno de reflexões no sentido de que a relação entre prevenção e repressão, nesse campo, deve ser dialética.

Sapori (2007), com base em trabalho elaborado por Sherman (1996), destaca que as evidências empíricas disponíveis não permitem afirmar quais são as estratégias de controle da criminalidade mais eficientes, se as preventivas ou as repressivas, ressaltando, que não se deve tratar, numa boa política de segurança pública, a prevenção e repressão como “escolha de Sofia”, devendo, ao contrário haver a associação das duas estratégias, com ações rigorosas no combate à impunidade de forma concomitante ao fomento das ações referentes à valorização social dos jovens pobres da periferia urbana e da participação comunitária.

Segundo já apontado em momentos precedentes deste trabalho, a década de 1990 consolidou a tendência de uma leitura academicamente sustentada sobre a segurança pública e fenômenos que a caracterizam. O Programa Fica Vivo surge, justamente, da organização metódica de dados sobre a expressiva ocorrência de homicídios, sobretudo nas regiões de maior aglomeração populacional. A questão começa a ser assimilada como algo que transcende

medidas, exclusivamente, policiais ou do sistema de justiça criminal. Inicia-se, naqueles tempos, um diálogo mais próximo entre as organizações do sistema formal de controle social a universidade e as comunidades.

Nessa perspectiva, este capítulo se destina a descortinar a trajetória de implantação do Fica Vivo, identificando o problema que ensejou sua criação, a metodologia utilizada na formulação das suas estratégias interventivas, o objetivo e características das consequentes ações em áreas de risco e, finalmente, os sinais de expansão do programa.

4.1 Identificação do problema

O Fica Vivo foi idealizado como um “projeto piloto”, objetivando prevenir a violência urbana e, conseqüentemente, reduzir o número de homicídios em áreas consideradas de risco na cidade de Belo Horizonte.⁵

O projeto foi concebido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais e é Coordenado pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS. O diferencial desse programa é a sua abrangência. Envolve, conforme já mencionado, diferentes instituições, como o Ministério Público, as Polícias Civil e Militar, o Judiciário e organizações da sociedade civil.

Em termos cronológicos, o Fica Vivo foi implantado em agosto de 2002 em um aglomerado urbano com altas taxas de homicídio, tendo por objetivo “desenvolver políticas eficazes de prevenção à criminalidade por meio da implementação articulada de ações de natureza preventiva, repressiva e de suporte social em comunidades caracterizadas por altos índices de criminalidade violenta, na maioria das vezes, áreas de vilas e favelas”. (BEATO, 2004b, p. 3, MINAS GERAIS, 2009; MINAS GERAIS, 2002; MINAS GERAIS, 2003, 2004, 2005, 2006).

Belo Horizonte registrou, no período de 1992 a 2002, um aumento, de forma crescente e sustentada no número de homicídios, ocorrendo um salto ainda mais alarmante nesses

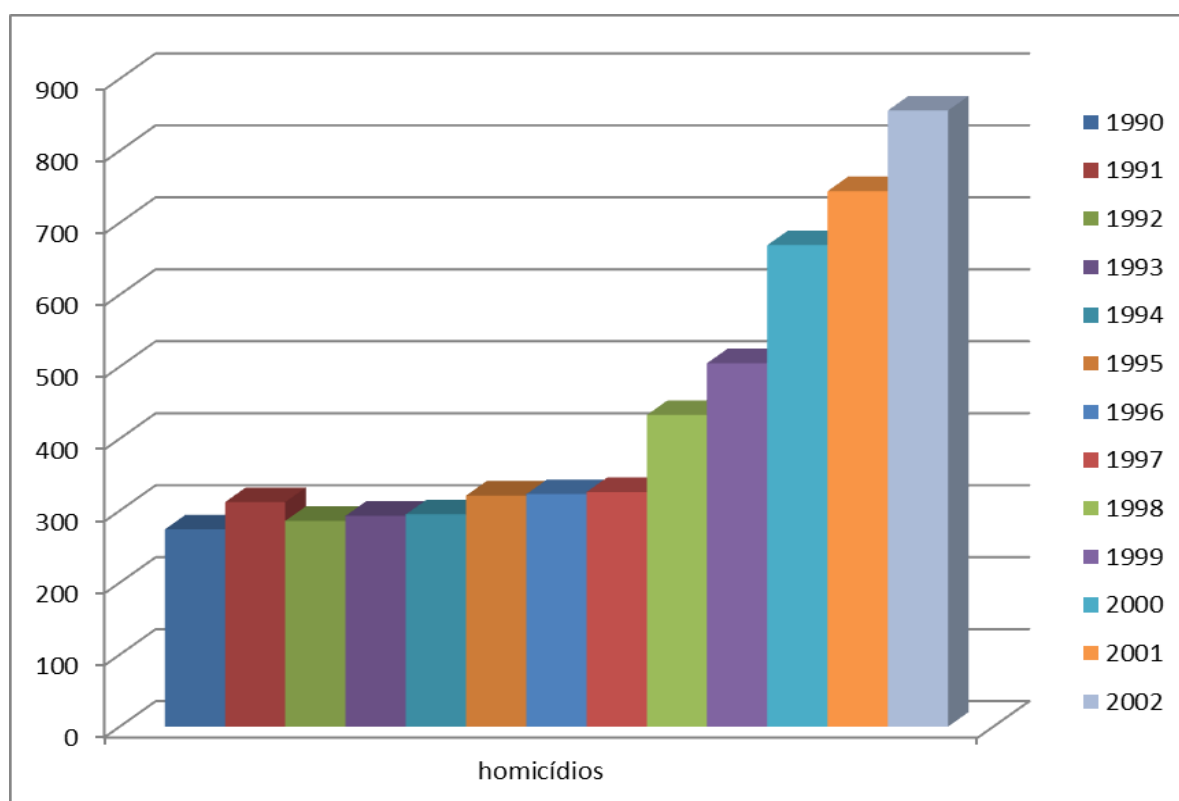
⁵ http://www.unodc.org/brazil/pt/best_practices_fica_vivo.html

números entre 1998 e 2002. Em 1998 foram registrados, em Belo Horizonte, 433 homicídios e, em 2002, o número foi de 856 (SILVEIRA, 2007; CRISP, 2002).

O programa nasce, assim, de uma confluência de dados fornecidos pela Delegacia de Crimes Contra a Vida da Polícia Civil de Minas Gerais e dos coletados pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG – CRISP/UFMG.

GRÁFICO 2

Distribuição dos crimes de homicídio em Belo Horizonte, no período de 1990 a 2004



Fonte: SILVEIRA, 2007, p. 125; DCCV; CRISP, 2002.

Além desses dados quantitativos, outro elemento importante que, a nosso ver, impulsionou o CRISP/UFMG na concepção do Programa Controle de Homicídios, posteriormente denominado Fica Vivo, foi o *survey* que ele mesmo realizou, em 2002, sobre a “Vitimização em Belo Horizonte”⁶. Esse documento inaugura, também, uma nova perspectiva para estudar a criminalidade em áreas urbanas. Inova na forma como se aborda tanto a questão da violência quanto a da segurança. Os *surveys* de vitimização, como ressalta Keli Rodrigues de Andrade (2008), são pesquisas que “buscam estimar o comportamento criminoso, utilizando

⁶ CRISP/UFMG, *Survey sobre Vitimização em Belo Horizonte*, BH: CRISP/UFMG, Relatório de Pesquisa, 2002.

técnicas independentes do processo que conduz ao crime oficialmente registrado” (ANDRADE, 2008, p. 83). Como destaca a autora, essa abordagem surge nos Estados Unidos da América do Norte e foi por meio dela que a análise criminológica pode relacionar “o comportamento das vítimas à ocorrência dos crimes”. Para os especialistas da “abordagem da vitimização”, a vítima tem um papel importante no ato do crime. Sua presença não é mera casualidade, mas, sim, “um componente fundamental para a consumação do ato criminoso” e, por isso, a vítima é igualmente importante “para explicar a dinâmica em que este ato se dá” (ANDRADE, 2008).

Para Andrade, os *surveys* da vitimização esclarecem aspectos que, por vezes, ficam ocultos nos boletins de ocorrência e nos processos judiciais (ANDRADE, 2008). Que aspectos são esses? Aprofundando essa abordagem, Cláudio Beato *et al.* (2008) analisam o impacto de teorias criminológicas na explicação da dinâmica do ato criminoso. Dentre essas, os autores destacam a Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras, que “explica a evolução das taxas de crime não pelas características dos criminosos, mas pelas circunstâncias em que ocorrem” (COHEN; FELSON, 1993⁷, *apud* BEATO *et al.*, 2004a, p. 74).

Para que um ato predatório ocorra é preciso que haja uma convergência no tempo e no espaço de três elementos: *ofensor motivado*, que por algum razão esteja predisposto a cometer um crime; *alvo disponível*, objeto ou pessoa que possa ser atacado, e *ausência de guardiões* que são capazes de prevenir violações (BEATO *et al.*, 2004a p. 74).

Dos três elementos acima, o segundo, “alvo disponível”, como ressaltam os autores, ganha destaque, vez que traz um novo componente para o debate sobre a prevenção à criminalidade.

A ação predadora dirige-se a **alvos**, ou seja, a **pessoas ou objetos** em dada posição no tempo e no espaço. Isso termina por retirar o aspecto moral que a palavra vítima carrega consigo: **um alvo** define-se como coisas que têm algum **valor**, além de algumas propriedades que o tornam adequado a uma ação predatória (BEATO *et al.*, 2004a. p. 74).

O terceiro elemento, a “ausência de guardiões”, trouxe também um novo componente para se pensar a prevenção. A Teoria das Abordagens Rotineiras entende que a proteção não é apenas ação de responsabilidade das polícias.

Realmente, as pessoas mais aptas para prevenir crimes não são os policiais (que raramente estão por perto para descobrir os crimes no ato), mas antes os vizinhos, os

⁷ CLARKE, Ronal; FELSON, Marcus. Routine activity and rational choice. New Brunswick/Londres, Transaction Publishers, 1993.

amigos, os parentes, os transeuntes ou o proprietário do objeto visado. Note que *ausência* de um guardião adequado é crucial. Definir um elemento-chave como ausência antes do que presença é claramente um princípio fundamental na despersonalização e na despsicologização no estudo do crime. Certos tipos de pessoas são mais prováveis de estar ausentes do que outras, mas o fato de uma ausência ser enfatizada é mais um lembrete de que o movimento das entidades físicas no tempo e no espaço é central para esta abordagem (CLARKE e FELSON, apud BEATO *et al.*, p.75).

Seguindo a trilha dessa teoria, Beato *et al.* identificam os fatores que mais podem influenciar os riscos de vitimização dos indivíduos. São eles: “exposição a atos ou situações criminosas, proximidade da vítima ao agressor, capacidade de proteção, atrativos das vítimas e, ainda, natureza dos delitos” (BEATO *et al.*, 2004a).

A exposição diz respeito ao tempo que os indivíduos ficam em locais públicos em contatos ampliados; a exposição está relacionada às interações. Assim, tanto a exposição quanto os outros fatores mencionados dependem, segundo esses autores, do estilo de vida dos indivíduos.

É com base nessas questões que se chega ao âmago do estudo de vitimização, ou seja, com eles é possível traçar o “perfil da vítima”. Isso é feito por meio da “estimação de modelos econométricos”⁸. Inicialmente são identificadas as categorias de crime que ocorrem em uma dada área geográfica. Essas categorias são analisadas de forma metódica, separadamente ou em relação. Na sequência, organizam-se essas categorias em uma ordem que vai dos crimes de menor periculosidade aos de maior periculosidade. Com base nessa organização, agregam-se em um só bloco todos os crimes praticados por tipo de motivação (BEATO *et al.* 2004a). Por exemplo, por motivação econômica, por motivos passionais, por de acertos de conta, por motivo de invasão de território e assim por diante.

Os “perfis das vítimas” que emergiram no *Survey* de Vitimização em Belo Horizonte de 2002 saíram desse modelo e parâmetro de análise. Como se verá mais adiante, eles serviram de base de comparação com os perfis de vitimização que emergiram nos diagnósticos que o CRISP faz nas áreas consideradas como pontos alta criminalidade (BEATO *et al.*, 2004b).

⁸ Modelos que permitem fazer previsões das oportunidades que um indivíduo tem de ser vitimizado com base em características socioeconômicas. Essas previsões podem ser interpretadas como riscos potenciais que um indivíduo tem de ser vítima em uma dada situação.

O *Survey* de Vitimização em Belo Horizonte ouviu uma amostra de 4000 pessoas, residentes na capital, maiores de 15 anos de idade. As variáveis selecionadas no estudo foram: características pessoais, infraestrutura, percepções e opiniões dos respondentes acerca da vizinhança em que se estabelecem.

Para se entender a dinâmica da violência das áreas pesquisadas, conforme Silveira (2007), foram utilizados depoimentos de moradores, gestores, lideranças comunitárias, técnicos, policiais atuantes nas áreas e, ainda, matérias divulgadas na imprensa diária, de onde se depreendeu que embora alguns dos homicídios fossem ocasionados por vingança, punição aos maus pagadores, disputas amorosas, dentre outras razões, a maior parte deles deveu-se a disputas pelo controle dos pontos de vendas de drogas ilícitas.

Outro aspecto evidenciado pelo *survey* de vitimização nos *hotspots* foi relacionado ao uso de armas de fogo no cometimento dos homicídios. A pesquisa apontou que dos moradores que não moram em favelas, 7,2% possuíam arma de fogo; no caso dos moradores de favelas não violentas este percentual foi de 3,8%; e nas favelas violentas, de 2,3%. Dos moradores das favelas violentas 45,8% declararam possuir armas de fogo e que as portavam sempre ou quase sempre. Dos moradores das favelas não violentas, 41,6% disseram possuí-las e fizeram a mesma afirmação no tocante ao porte. No caso dos entrevistados não residentes em favelas que declararam possuir armas de fogo, o número dos que afirmaram portá-las sempre ou quase sempre foi menor, 21% (SILVEIRA, 2007).

Ainda nesse sentido, segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade – SIM/SUS, 79,7 % dos homicídios na cidade de Belo Horizonte, registrados em 2000, foram cometidos com armas de fogo.

Sintetizando os principais resultados do “*Survey* de Vitimização de 2002”, Alves (2008), oferece o seguinte retrato: constata-se um crescimento de 100% do aumento de homicídios entre 1997 e 2001; aumenta a participação de jovens, entre 14 e 24 anos, como autores e vítimas dos homicídios; predominam, na motivação das mortes, disputas territoriais envolvendo drogas e gangues locais; evidenciam-se ocorrências concentradas em seis “zonas quentes de criminalidade” e, ainda, aumentam-se denúncias da comunidade em relação a arbitrariedades policiais (ALVES, 2008).

Como se pode ver, o “*survey* de vitimização de 2002” foi um balizador para o Projeto Controle de Homicídios que, mais adiante, se transformou no Programa de Intervenção Fica Vivo. Na implantação desse programa, em cada área foi realizada uma “comparação entre os respectivos residentes e moradores dos demais bairros, no que diz respeito ao nível de satisfação e condições de infraestrutura de suas vizinhanças”. Isso só foi possível em razão do conhecimento acumulado pelo *Survey* de Vitimização (BEATO *et al.*, 2004).

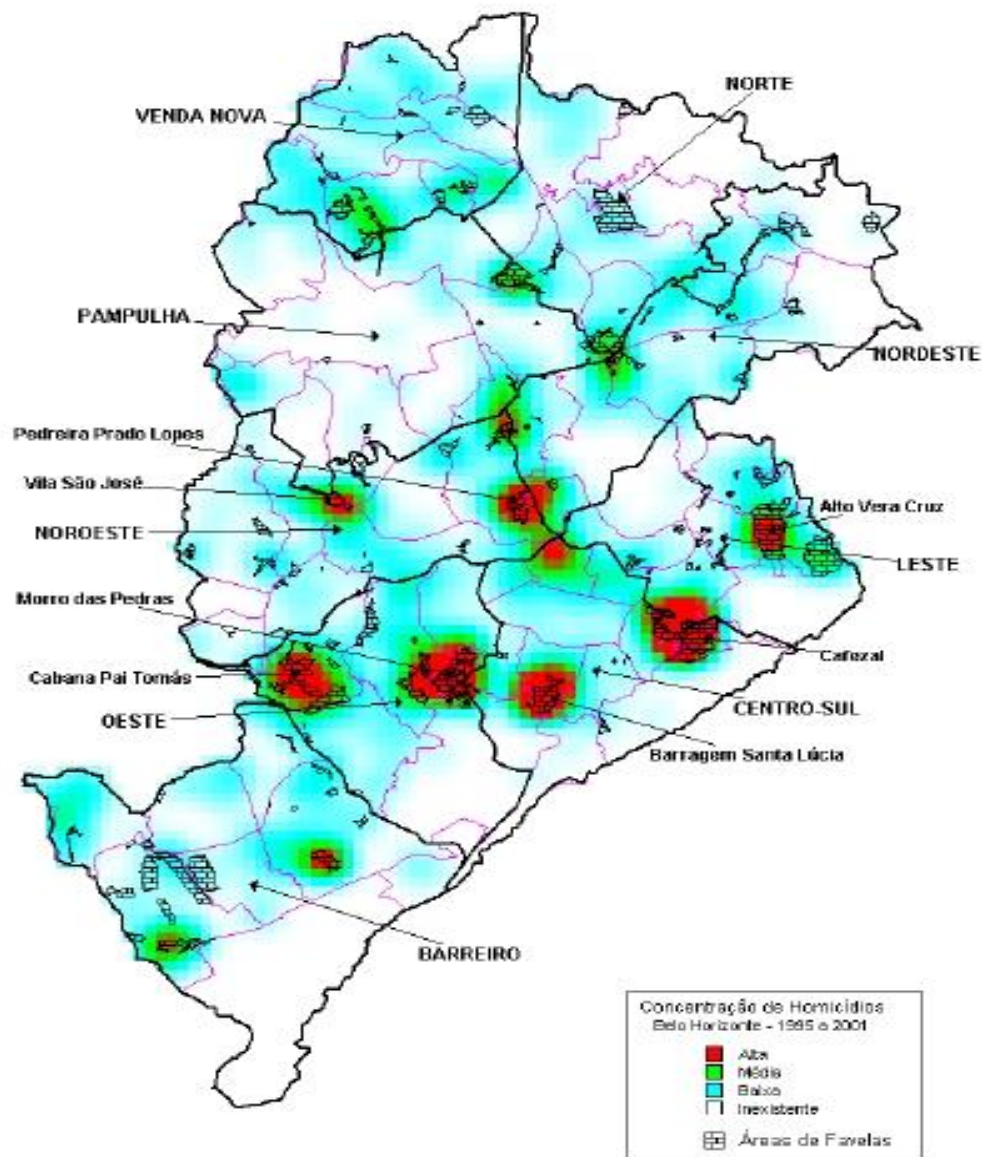
Recompondo o histórico desse programa, de acordo com registros sobre o Fica Vivo mapeados em nossa pesquisa, esse quadro sobre o aumento da criminalidade violenta, especialmente no tocante aos crimes de homicídio, experimentado por Belo Horizonte a partir da década de 1990, impulsionou o poder público e especialistas da área de segurança a discutirem o fenômeno na busca do seu entendimento, bem como da elaboração de estratégias hábeis ao seu enfrentamento e controle.

Diante desse quadro, o CRISP/UFMG liderou um processo de pesquisa-intervenção em parceria com o poder público, até aquele momento inédito no cenário das políticas de segurança pública no Estado, cujas características mais importantes são descritas por Silveira (2007), da seguinte maneira:

1- modelização de uma intervenção com base em sólida revisão bibliográfica, fundada em experiências internacionais bem sucedidas e amparada por um minucioso estudo do cenário e das informações disponíveis (através de dados secundários produzidos pelas polícias, IBGE e Prefeitura de Belo Horizonte), dados primários oriundos de *survey* de vitimização e entrevistas com técnicos e outros informantes chaves, 2- identificação e articulação de atores chaves para a sustentabilidade de uma intervenção de natureza preventiva (mapa de *stakeholders*), 3- busca de articulações multidisciplinares e intersetoriais, 4- delineamento de uma estratégia e modelo de intervenção e aplicação em caráter piloto da mesma através de processos de negociação e estabelecimento de consensos (SILVEIRA, 2007, p.126).

Quanto à distribuição espacial dos crimes de homicídios registrados em Belo Horizonte, o referido *survey* demonstrou que os mesmos não ocorriam de forma homogênea por toda a cidade. E ainda, que 19,7% do total deles ocorreram em apenas seis aglomerados urbanos: Cafezal, Morro das Pedras, Morro do Papagaio, Pedreira Prado Lopes, Taquaril e Cabana do Pai Tomás (CRISP, 2002).

FIGURA 1- Distribuição espacial dos crimes de homicídio em Belo Horizonte, no período de 1995 a 2001.



Fonte: SILVEIRA, 2007, p.128.

Esses aglomerados acima citados apresentavam, segundo Silveira (2007), as seguintes características comuns:

Se localizarem em áreas acidentadas geralmente em encostas de morros onde a ocupação ocorreu sem planejamento^{1/}, o que dificulta o acesso de transporte coletivo, caminhão de coleta de lixo, caminhão de mudança, viaturas de polícia e ambulâncias, etc. ^{2/} além de originar construções inseguras, frequentemente ameaçadas na sua integridade principalmente no período de chuvas^{3/}. A distância entre as construções é pequena. ^{4/} O máximo aproveitamento do espaço origina construções estranhas, cheia de puxados e que tendem a crescer para o alto, com

cômodos mal ventilados e mal iluminados, quase sempre construídos precariamente para abrigar número de pessoas superior a sua capacidade^{5/}. As construções raramente possuem acabamento externo, o que inclui telhados^{6/}. Isto ocorre em parte por falta de recursos e em parte pela dificuldade de transportar material de construção por becos e vielas, ^{7/} o que gera uma paisagem monótona e árida de tijolo a vista, na qual é difícil estabelecer pontos de referência^{8/}. Estas localidades possuem ainda acesso mais precário a serviços como abastecimento de água, luz elétrica, esgoto, transporte coletivo etc. ^{9/}Do ponto de vista sócio demográfico chama atenção o maior percentual de analfabetos do que o restante da cidade, maior percentual de trabalhadores no setor informal da economia, e maior percentual de jovens. ^{10/} Nas áreas estudadas aproximadamente 67% das pessoas de sexo masculino têm idade menor ou igual 29 anos, ao passo que o percentual para a totalidade de Belo Horizonte é inferior a 56%.^{11/} Quanto às mulheres, 60% tem idade inferior a 29 anos contra 50% para a média geral. ^{12/} No que diz respeito aos chefes de domicílios em Belo Horizonte como um todo, incluindo as favelas aproximadamente, 60% dos responsáveis pelo domicílio são homens. ^{13/} Entretanto, quando se compara a concentração desses responsáveis por idade, verifica-se que nos aglomerados 70% deles tem idade igual ou menor que 49 anos, enquanto no restante do município esse percentual é de 60% ^{14/}. Quando se analisa a escolaridade dos chefes de domicílio, constata-se que os responsáveis nos aglomerados estão fortemente concentrados em uma faixa de baixa escolaridade. ^{15/} No caso das mulheres chefes de domicílio a situação é mais grave, já que 68% delas têm até quatro anos de estudo, contra 59% dos homens. ^{16/} No que diz respeito à renda dos responsáveis pelos domicílios, 81% dos homens ganham até três salários mínimos, o que também vale para 94% das mulheres chefiando lares. ^{17/} Para a totalidade da cidade, esses valores são 40% e 58% para homens e mulheres respectivamente. ^{18/}De qualquer forma, em todos esses locais, a principal queixa das comunidades é falta de espaço para lazer (praças, campos de futebol, centros culturais ou comunitários). ^{19/} Os poucos existentes, muitas vezes estão deteriorados ou ocupados por marginais locais ²⁰ (SILVEIRA, 2007, p. 129).

Foi mantida na íntegra a descrição que Silveira (2007) faz das áreas que foram selecionadas para a intervenção, exatamente pela precisão com que a autora sintetiza os vários relatórios que as descrevem. Na realidade, os fragmentos **1, 2, 3 4, 5, 6, 7, 8 e 9** dão um retrato das fragilidades das políticas públicas de infraestrutura das áreas com as maiores taxas de criminalidade da cidade de Belo Horizonte, no período considerado. Em seguida, os fragmentos que **10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17** traçam com clareza o perfil socioeconômico dessa população. É a partir dele que se elaborou o perfil de vitimização dessa população, como se verá mais à frente.

Fica claro, na formulação e nos objetivos do Projeto Controle de Homicídios que sustenta o Programa Fica Vivo, que a intervenção proposta não incidiria sobre indivíduos, mas, sim, nas áreas em que se constata um alto índice de homicídios. Isso evidencia a superação das concepções tradicionais sobre o crime, entendido como um desvio de cunho individual, moral. Por isso, o procedimento inicial foi a escolha, por definição estratégica, das áreas que sofreriam a intervenção. O modelo pressupunha e escolha de unidades geográficas pequenas

que poderiam ser comparadas a outras áreas do mesmo porte, e nas quais fosse possível aplicar os critérios de intervenção para redução das taxas de homicídio.

4.2 Metodologia de implantação do programa

Com essa plataforma mais coesa do ponto de vista científico, formou-se um grupo de trabalho envolvendo várias agências públicas sistema de justiça, e segurança pública, das políticas sociais e da universidade. A composição inicial, que se manteve pelo período de aproximadamente um ano, contava com representantes do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, das Polícias Civil e Militar, da Polícia Federal, do Ministério Público, da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP), da Prefeitura de Belo Horizonte (Secretarias de Saúde, de Assistência Social, dos Direitos de Cidadania e de Cultura). Esse grupo utilizou métodos quantitativos e qualitativos para a avaliação, identificação, análise de programas de intervenção. Surge dele, grupo de estudos, o Programa Fica Vivo, inicialmente chamado Programa Controle de Homicídios. O objetivo inicial foi o de analisar os problemas relacionados à criminalidade, em especial os homicídios, tendo como referência a troca de informações entre as diversas agências participantes (SILVEIRA, 2007; ALVES, 2008).

Na análise de alguns estudiosos do Fica Vivo, sugere-se que os procedimentos metodológicos para a implantação do programa tenham sido inspirados, de certa forma, em estratégias de intervenção modelada no Projeto “Operação Cessar Fogo”, adotado em Boston, no ano de 1996, e que apresentava as seguintes características:

foi uma estratégia de intervenção sistemática e orientada, utilizando o conhecimento desenvolvido por uma rede de colaboradores para enfrentar a violência contra a juventude, com utilização de arma de fogo.^{1/} Com o Departamento de Polícia de Boston Contra a Violência Juvenil (*Boston Police Department's Youth Violence Strike Force*) em seu núcleo, a “Operação Cessar Fogo” coordenou o trabalho dos organismos de segurança pública e justiça criminal na cidade.^{2/} A operação contou com a colaboração do clero, assistentes sociais, educadores, acadêmicos e especialistas em gangues.^{3/} Os dados de inteligência da polícia ajudaram a identificar potenciais “pontos quentes” de atuação das gangues.^{4/} A polícia, a promotoria, a vigilância e oficiais de condicional, em seguida, executam um plano de intervenção.^{5/} Eles informavam aos membros de gangues da área de conflito em foco que deveriam concordar com um pacto de não violência, caso contrário seriam submetidos à análise policial intensa, incluindo “medidas enérgicas”, não importando o quão leve fosse a infração. ^{6/} O descumprimento ao “cessar fogo” ou a posse de armas ou munições resultava numa punição rápida e severa. ^{7/} O advogado do Distrito Policial da Cidade e o procurador do Estado se encarregavam de deter infratores que poderiam ser submetidos às leis federais, bem como condenações locais. ^{8/} Um componente da “Operação Cessar Fogo” foi a operação “Vida

Noturna” (Night Life), na qual agentes visitavam casas de presos em liberdade condicional, **9/** considerados de alto risco, para impor toques de recolher e outros termos de liberdade condicional. **10/**

O que parece pela descrição do fragmento **1** é que, nesse caso norte americano, o programa contava desde de seu nascedouro com uma rede de colaboradores com certa coesão sistêmica, o que não parece ser o caso de Belo Horizonte, em que esta rede estava, então, sendo construída em etapas de decisões sucessivas, sem predominância do vetor de contenção, típico do controle social imediato. O fragmento **3** descreve a inclusão nesse tipo de setores que portam saberes diferentes e inserções diferentes, como é caso do clero e de especialistas em gangues. Os fragmentos **4,6,7,8 9 e 10** descrevem os objetivos do projeto Cessar Fogo, sendo que um deles foi identificar, com apoio da inteligência policial, “pontos quentes da atuação das gangues” (*hotspots*). Outro objetivo era reduzir o uso de armas de fogo e a ação das gangues. E ainda, nesse mesmo objetivo, indicam-se, claramente, quem são os responsáveis pela execução do plano de intervenção: “a polícia, a promotoria, a vigilância e os oficiais da liberdade condicional”. Esses têm papel bem definido: informam os líderes das gangues sobre a obrigatoriedade de cumprimento do pacto da não violência e, assim sendo, possuem instrumentos institucionais para punir os que não cumprem. Na mira dos agentes responsáveis pela intervenção estão os presos em liberdade condicional. A esses se aplicam toques de recolher, tentando evitar sua circulação pelas ruas da cidade durante a noite.

No Programa Fica Vivo, como veremos mais adiante, a condução da intervenção é pensada em outros termos, assim como os projetos previstos têm a missão de criar redes de proteção, para além das ações de contenção. Embora não seja essa a preocupação do Projeto da cidade de Boston, parece que ele teve impacto conforme a descrição abaixo:

Nos dois anos seguintes após a criação da “Operação Cessar Fogo”, não houve homicídios entre pessoas menores de 17 anos e o número de homicídios por arma de fogo entre as idades de 17 e 24 caiu 64%. **1/A** “Operação Cessar Fogo” representou uma mudança na estratégia de segurança pública, de reativa para proativa.**2/** A realização do programa e inovação foi reconhecida (...) como um modelo para o país.**3/** (...) contou (...) com um grupo de pais, de ativistas negros e “Boston Streetworker” – um grupo de divulgação de serviços sociais, constituído por servidores públicos.**4/** A polícia escolar colabora tentando acabar com a violência juvenil. **5/** As pesquisas da Universidade de Harvard e da John F. Kennedy School of Government, que investigaram o tráfico de armas, os jovens infratores e vítimas de violência armada, serviram como base para a estratégia de intervenção da “Operação Cessar Fogo” **6/**. A prefeitura também trabalhou com outra frente para prevenir a violência juvenil, oferecendo oportunidades de educação e emprego aos jovens. **7/** (VIVA RIO, BOAS PRÁTICAS, PROJETO COAV).

Esses resultados, evidentemente, geraram entusiasmo. Entretanto, deveriam ser confrontados com estudos que permitiriam aferir a efetividade da “operação” como a responsável, em seus dois anos de existência, pelo fim dos homicídios entre jovens menores de 17 anos e pela redução do número de homicídios com arma de fogo. Outros dados são importantes nessa crítica sobre a efetividade da “operação”, como, por exemplo, o que se descreve no fragmento **4**, isto é, a participação da comunidade, de ativistas negros e divulgadores sociais. Tudo isso pode ter influência nos resultados. O fragmento **6** revela a inclusão de um elemento que agrega saberes e conhecimentos em uma área que carece desse tipo de empreendimento. No caso de Boston, parece que a produção científica das duas universidades deu sustentação às estratégias da operação.

Um segundo passo da metodologia de implantação do programa belorizontino é a formação de um o grupo de trabalho e a sua atuação já na perspectiva de constituição de uma rede de proteção. Segundo os registros, na primeira reunião desse grupo foram apresentados os dados do *survey* de vitimização e o Mapa de Violência de Belo Horizonte. Discutiu-se o cenário da violência no município. Foi consensual entre os participantes a convicção de que o principal problema a ser enfrentado seria o do homicídio, questionando-se, entretanto, a qualidade das informações produzidas com base nos dados das polícias, questão reconhecida até por elas mesmas. Por esse motivo, avançaram acordos de aperfeiçoamento no tratamento dos dados disponíveis no próprio ambiente policial, firmando-se compromisso de reapresentação, pelas polícias, de seus números e conhecimentos sobre homicídios nas “áreas quentes” georreferenciadas. Outro tópico de avanço verificado foi referente à Secretaria Municipal de Saúde, igualmente compromissada em melhorar seus próprios dados acerca do mesmo problema (SILVEIRA, 2007).

Para Beato (2006), a experiência de Boston destaca a importância da ação do sistema de justiça sobre os criminosos contumazes e aponta para a centralidade que o problema das gangues tem em relação aos homicídios.

A segunda reunião do grupo de trabalho ocorreu em abril de 2002, contando com os mesmos agentes participantes. A Polícia Militar apresentou detalhamento dos crimes ocorridos nas áreas apontadas como críticas para homicídios. A reunião culminou em um amplo consenso sobre o problema alvo, ou seja, os homicídios, como já evidenciado na primeira reunião e,

mais precisamente, os relacionados aos jovens participantes de gangues ou com alguma espécie de envolvimento com a criminalidade. Também se revelou, ali, a necessidade de ampliar e aperfeiçoar o diagnóstico.

Dentre esses jovens estão aqueles que cumprem medidas socioeducativas. Apesar de toda a transformação que se deu na forma de tratá-los, conforme estabelecido no ECA, ainda pesa sobre eles muitos estereótipos e preconceitos que dificultam a realização de políticas que visem à sua ressocialização.

É importante lembrar que na reunião precedente e, também, nessa segunda, houve alguns dissensos. Já no nível, digamos, linguístico ou ideológico, anotaríamos divergências nos termos “classificatórios” adotados pela PBH e a PMMG. Enquanto a primeira instituição apontava o jovem em conflito com a lei como um sujeito de direitos (provavelmente o direito de se autofirmar como sujeito moral, econômica e culturalmente emancipado e não, obviamente, ser “refém” das culturas violentas...), a segunda se valia de termos como “marginal” ou “ladrãozinho”, para indicar tais pessoas. A mencionada divergência se coloca em relação a duas posturas distintas, uma “postura de controle”, por parte das polícias, e a “postura de acolhimento”, no que diz respeito aos técnicos sociais (SILVEIRA, 2007; ALVES, 2008).

Evidenciava-se, ali, a necessidade de mecanismos conciliatórios em benefício da trajetória constitutiva da nascente política preventiva. Aliás, a própria noção de prevenção encontrava, com esse exemplo, um problema conceitual de grande relevância. De um lado, os técnicos da PBH enfatizavam a necessidade de fortalecer os programas sociais, reduzir a pobreza e a exclusão social; de outro, os policiais que afirmavam a necessidade de medidas mais eficazes de controle repressivo, principalmente no que dizia respeito ao que consideravam ser um imperativo da política: a prisão dos homicidas e infratores contumazes. Efeito deste último sentido era a recorrente “queixa” de policiais acerca de suas próprias condições de trabalho, quase sempre tematizadas por eles como complexas em razão de um inelutável e permanente confronto armado, numa espécie de guerra entre o bem e o mal, ou seja, entre policiais e criminosos⁹. Contudo, a despeito dessas diferenças, houve boa superação e algum consenso entre os membros dos grupos, que naturalmente já se distinguiam, em relação à sugestão do

⁹ Essa espécie de autorrepresentação é discutida em: BARRETO JÚNIOR, Jésus Trindade. *Pedagogia da mediação de conflito versus razão persecutória*, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), FAE/UFMG.

CRISP, no sentido do estabelecimento um modelo de intervenção com duas frentes: uma de repressão e prevenção ao crime, chamada Intervenção Estratégica, a ser implementada pelas polícias e demais agências da área de justiça criminal, e outra de mobilização comunitária e proteção social (SILVEIRA, 2007). Observe-se o relevante sentido simbólico das percepções assentadas, de um lado, no dogmatismo positivista do direito penal e, de outro, nas concepções da democracia participativa.

4.3 Desenvolvimento da fase de planejamento de ações

Alves (2008) destaca que a aludida divergência entre os números apresentados pelas polícias se deveu à ausência, naquela época, de bancos de dados integrados, bem como da dificuldade de se obter informações junto àquelas instituições. Porém, mais adiante, considera que o problema teria sido solucionado quando o CRISP passou a coletar os dados diretamente na fonte e processá-los na forma de relatórios, que eram disponibilizados a todas as instituições.

Essa questão, entretanto, mereceria investigação mais profunda, uma vez que ainda agora o sistema de defesa social do Estado constrói e executa, em etapas, diversos e complexos projetos que objetivam alinhar e sistematizar as informações provindas de todos os seus integrantes e parceiros, existindo um programa governamental estruturador dedicado justamente à melhoria da gestão de informações.

No tocante às dificuldades relacionadas às informações sobre o público destinatário da intervenção, os jovens de 14 a 24 anos, envolvidos ou vítimas da criminalidade, a alternativa encontrada foi produção conjunta de dados pelos técnicos da prefeitura de Belo Horizonte, das Secretarias de Saúde, Assistência Social, Cultura e Educação, além das informações que já haviam sido disponibilizadas pela URBEL, no “Plano Global Específico”. Assim foram coletados dados dos programas: Atenção à Saúde (dados referentes à internação e mortes por causas externas, e ainda, dados de gravidez adolescente), Bolsa Escola (dados de ocorrências nas escolas), Liberdade Assistida (programa de acompanhamento de medidas socioeducativas), Miguilim (programa que trabalhava com meninos e meninas moradores de rua), Arena da Cultura (programa de oficinas em comunidades de favelas). Cria-se, a partir do levantamento desses dados, a oferta de infraestrutura social, como alternativa de

enfrentamento à violência urbana, elemento essencial para a intervenção pretendida (ALVES, 2008).

A questão do dissenso quanto à representação dos jovens configura-se, conforme Alves (2008), no grande desafio do programa, repercutindo na associação das ações preventivas e ações repressivas estratégicas, seja do ponto de vista conceitual, seja no tocante às condutas a serem empreendidas pelos diversos atores envolvidos. Nesse sentido, os desafios de compreensão das lógicas entre posturas “de acolhimento” e posturas “de controle”, são evidentes em todas as avaliações realizadas, se tornando ainda mais explícitas com a efetiva chegada do programa na comunidade, uma vez que os conflitos entre polícia e população local aparecem em diversos relatos (SILVEIRA, 2007; ALVES 2008; CORRÊA, 2008).

Com vistas a melhorar as relações da Polícia com a comunidade, bem como para se elaborar as informações sobre a área onde a primeira intervenção seria efetivada, houve a capacitação dos policiais envolvidos no programa, a partir de um curso denominado “Estudos Técnicos”, ministrado pelo CRISP, com as seguintes características:

A capacitação seguia os princípios de Polícia Comunitária, estudando as características gerais da comunidade local, além da análise das estatísticas criminais, dos equipamentos e Políticas Sociais existentes na comunidade. Foram feitos cursos com estes policiais e os mesmos foram colocados em contato com a comunidade para melhor conhecê-la e ganhar sua confiança. Assim, eles poderiam realizar um geoprocessamento minucioso e um policiamento permanente da área, conseguindo, inclusive, diminuir o tráfico de drogas na região. Os Estudos Técnicos representam uma formação especializada dentro da Universidade. Estes estudos representavam a formação em análise criminal e preparação para atuação na solução de problemas locais de criminalidade e violência urbana (ALVES, 2008, p.132).

Nesse contexto, de um lado os técnicos da PBH enfatizavam a necessidade de fortalecer os programas sociais, reduzir a pobreza e a exclusão social, de outro, os policiais enfatizavam a necessidade de medidas mais eficazes de controle, principalmente no que diz respeito à prisão dos homicidas e infratores contumazes. Surge, daí, a partir da mediação do CRISP, a ideia de um modelo de intervenção com duas frentes: uma de repressão e prevenção ao crime a ser implementada pela Polícia e demais agências da área de justiça criminal e outra de mobilização comunitária e proteção social¹⁰.

¹⁰ Coube ao CRISP um papel central neste processo de elaboração e implementação do projeto de controle de homicídios de Belo Horizonte, uma vez que a mobilização era mais fácil por intermédio de uma instituição neutra no processo político. Além disso, como o CRISP já tinha antecedentes de colaboração com as polícias no desenvolvimento

Em maio de 2002 acontece a terceira reunião, que foi precedida por diversos encontros setoriais organizados no âmbito das secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura. Ocasões em que os atores do processo cotejaram novos dados, acolheram depoimentos de experiências pessoais de suas áreas de atuação e organizaram cadastros para os fins administrativos de início da implantação do programa. Com este acúmulo de conhecimentos e sentidos, confirma-se o público jovem como alvo do emergente programa, especialmente com foco no fenômeno da crescente afirmação das gangues como espaço de multiplicação e potencialização da violência (SILVEIRA, 2007).

Ainda de acordo com Silveira (2007), o trabalho da Secretaria Municipal de Saúde, referente à apresentação de dados sobre as mortes por agressões, homicídios e suicídios foi de grande impacto e fortaleceu a definição dos objetivos escolhidos. De fato, sendo essas as principais causas de óbitos entre jovens entre 10 e 19 anos, como também a principal causa de internações de adolescentes masculinos entre 10 e 16 anos, firmou-se no grupo a convicção quanto à necessidade de ações multissetoriais para reduzir o fenômeno nas áreas gravemente afetadas.

Tal posicionamento significou, naquele momento, confirmar e consolidar a convicção de que o problema de segurança pública não é de corte exclusivamente policial/penal, entendimento já amplamente defendido por autores como Beato (1998); Soares (2000); Kahn (2002), dentre outros. Além disso, fica cada vez mais patente que o problema não é passível de enfrentamento apenas com medidas repressivas, o que implica na necessidade de se compartilhar responsabilidades com outras agências públicas e, ainda, com a comunidade da área destinatária das intervenções.

Restava definir qual daquelas áreas seria escolhida para sediar o piloto. O grupo haveria de escolher entre o Morro das Pedras, o Alto Vera Cruz e a Barragem Santa Lúcia. O Morro das Pedras já se elevava como espaço muito recomendado quando, segundo Alves (2008), surge um fenômeno conjuntural que passou a distingui-lo ainda mais. Foi cenário de uma chacina que atingiu 05 jovens, evento que mobilizou a comunidade local, a imprensa e a opinião pública, produzindo consequências graves como o fechamento de equipamentos públicos, creches, escolas e centros de saúde.

de projetos de segurança pública, a utilização de bases de dados mapeadas, e de técnicas de geoprocessamento foi inicialmente desenvolvida pelo Centro e por pesquisadores da universidade.

Assim, aquela comunidade foi indicada para recepcionar a primeira experiência do intitulado Programa Controle de Homicídios, denominação posteriormente modificada para Programa Fica Vivo, em decorrência de pressão dos próprios moradores que viam na primeira expressão uma sentença carregada de estigmas.

4.4 O Morro das Pedras¹¹

Conforme Beato (2005), qualquer um dos seis aglomerados identificados como *hotspots*, no estudo realizado pelo CRISP em 2002, poderia ter sido escolhido como área de intervenção piloto. Entretanto, conforme mencionado, o próprio pesquisador confirma que a escolha recaiu sobre o aglomerado Morro das Pedras porque foi cenário de um crime particularmente grave, que o deixou em destaque.

O aglomerado Morro das Pedras surgiu com o início da construção da cidade em 1897, em torno de uma pedreira, que supostamente teria fornecido o material para a construção da sede do governo estadual. Em 1922 a Vila São Jorge surge como primeira referência do local. Posteriormente, em 1931, ergue-se a Vila Leonina nos arredores da estrada do sanatório, atual Hospital de Madre Teresa. A partir desse período começam a surgir nos arredores os bairros de classe média que terminaram por compor o quadro de contrastes que, ainda, marca o local.

Na ocasião da implementação do programa, o aglomerado era, como ainda é hoje, composto por sete vilas: Vila Pantanal; Vila Antena, Vila Leonina, Vila Santa Sofia, Vila São Jorge, Vila São Jorge II e Vila São Jorge III, perfazendo um total de 23.179 habitantes segundo o IBGE/CEURB 1996, 19.734, segundo a pesquisa amostral para o PGE/2000, e 15.822 segundo o Censo IBGE 2000 (SILVEIRA 2007, p. 146).

Conforme Silveira (2007), o perfil sócio demográfico do Morro das Pedras apresenta muitas características associadas às comunidades socialmente desorganizadas e violentas. Ali se observa grande percentual de jovens, baixos níveis de escolaridade, grande densidade demográfica, baixa renda e, ainda, um percentual significativo de pessoas que residem há

¹¹ Ver SILVEIRA, 2007.

menos de 5 anos em algumas vilas, o que pode ser detectado nas Vilas Antena, Pantanal e Santa Sofia.

A experiência dialógica com os moradores do Morro das Pedras, segundo Silveira, revelava uma população consciente de sua trajetória comunitária como lugar historicamente sujeito a indivíduos envolvidos em atividades ilícitas, especialmente relacionadas ao tráfico de drogas, ou a partir dele. Contudo, afirmavam que até ali (anos 2000), a violência era muito menos perceptível, tanto quanto o número de jovens cooptados por ela. Deixam entender que a violência explode ali quando a venda de drogas se torna um verdadeiro negócio, incorporando número crescente de pessoas, particularmente jovens. A disputa por nacos nesse mercado e os conflitos em torno da definição do monopólio territorial dos pontos de venda tornam-se motivo de conflitos trágicos, particularmente de homicídios. Grande parte dos entrevistados situa o agravamento da situação em 1998/1999. Para a autora, a maior parte dos homicídios ocorridos no Morro das Pedras está associada a ações de gangues lá existentes (SILVEIRA, 2007).

4.5 Intervenção

As ações seguintes foram as de instrumentalização do planejamento e da intervenção. Assim, a partir daquele momento, as informações já coletadas foram agregadas outras, acerca de peculiaridades da área escolhida, o que permitiu aperfeiçoamento do diagnóstico existente sobre o Morro das Pedras.

Além disso, também foi realizado um levantamento das entidades (do âmbito público ou privado, com inserção social) que existiriam naquele aglomerado, o qual apontou a existência, em tese, de 87 denominações atuando na área, sugerindo uma aparente capacidade organizativa da comunidade. Entretanto, essa percepção inicial, após investigação mais detida, não se sustentou, evidenciando-se que dessas 87 entidades a maioria nem mais existia e as poucas que se mantiveram tinham dificuldades em mobilizar a comunidade. Além disso, ficou patente, a partir de entrevistas com diretores de algumas destas associações, que o tema da segurança pública não fazia parte das suas prioridades, o que aparentemente estava

relacionado ao medo que tinham dos infratores locais, à desconfiança da Polícia, e à eleição de outras prioridades (SILVEIRA, 2007).

Sobre essa mesma questão, da necessidade de aperfeiçoamento do diagnóstico da área escolhida para intervenção piloto, Alves (2008) afirma que além dos mapeamentos existentes de lideranças locais, a Administração Regional Oeste da prefeitura ofereceu um levantamento sobre o qual a UFMG, por meio do curso de Psicologia Social, agregou outro levantamento que fizera junto às associações comunitárias do Morro das Pedras. Essa experiência, contudo, constatou que as informações eram insuficientes ou inconsistentes, o que se verificou quando os pesquisadores do CRISP, na tentativa de checar os dados, não obtiveram confirmação. Alves (2008) menciona a existência, no Morro das Pedras, de 150 entidades.

Consenso entre as autoras é em relação à desestruturação da rede de proteção social comunitária. Percebeu-se que boa parte das instituições existia apenas para captar recursos, carecendo, ainda, de legitimação por parte das pessoas da comunidade. Dessa forma concluiu-se que mais relevante do que o diagnóstico era a necessidade do estabelecimento de relações com pessoas de referência local (SILVEIRA, 2007; ALVES, 2008).

Nesse momento era consenso entre os membros do grupo de trabalho a necessidade da entrada da comunidade no processo. Alves (2008) destaca como aspecto emblemático dessa inserção, a mudança do nome do programa, que passa a ser denominado Fica Vivo, em substituição ao anterior Programa Controle de Homicídios, como resultado de uma negociação entre a comunidade e o Estado.

Visando a entender as características da comunidade destinatária, a primeira estratégia utilizada foi a realização de um novo e efetivo mapeamento das entidades e lideranças, com o intuito de lhes oferecer um curso de formação. Para além do curso de formação, a demanda primeira era descobrir quem de fato exercia liderança comunitária. Frente à dificuldade de identificar no interior da comunidade quais lideranças realmente gozavam de legitimidade e credibilidade foram utilizados, como referência, os moradores que já haviam participado do trabalho com a URBEL, no mapeamento das áreas de risco da comunidade. A partir daí realizaram-se discussões de questões sobre a violência local, sobre as demandas da comunidade, identificando-se as pessoas e projetos de referência existentes na área. Surge,

assim, a primeira instância participativa do programa, o Fórum Comunitário, que servia como base de negociação entre o Estado e a comunidade (ALVES, 2008).

Vale destacar, dentre as ações mencionadas, as implicações decorrentes dos Fóruns Comunitários, tendo em vista que a realização desses implicou no surgimento de espaços de negociação das demandas e conflitos locais. Tendo em vista que as questões discutidas nos fóruns não se restringiam às demandas do programa, houve a necessidade de se qualificar essas demandas como forma de não se perder de vista seu foco e objetivos. Nesse sentido, decide-se pela realização de um curso denominado Curso de Gestão Local e Solução de Problema, que inicialmente foi coordenado pelo CRISP, depois pela Consultoria F & F, e atualmente é realizado pela OSCIP Pacto. Tanto a comunidade como os técnicos são unânimes em apontar a importância desse curso para a compreensão dos objetivos e da metodologia do programa, uma vez que além de ser um espaço de aprendizagem o curso se configurou numa oportunidade das propostas locais com vistas à prevenção da criminalidade, surgindo, a partir daí, um instrumento considerado fundamental para o programa: o Plano Local de Prevenção à Criminalidade, também denominado Plano Local de Segurança Pública Coordenada (SILVEIRA, 2007; ALVES, 2008).

As primeiras versões deste Plano Local foram inspiradas no Plano Global Específico¹² e trazia dados socioeconômicos, levantamentos de entidades e projetos locais, como diversas iniciativas isoladas que se agrupavam em um mesmo instrumento. Além de propostas novas, para a acolhida dos jovens e integração destes na comunidade, trazia ainda a possibilidade de atender às demandas locais por maiores investimentos em proteção social para os jovens, através da implementação de atividades tecnicamente dirigidas para a juventude. As oficinas para jovens surgem como alternativa, e o Plano Local servia de instrumento para mapear e planejar tanto os interesses dos jovens como os possíveis atores locais responsáveis pela interlocução e oferta de serviços através das oficinas. Estaria, assim, o Plano Local legitimado pela comunidade para selecionar oficinas e “oficineiros”, o que, com certeza, trouxe disputas por prestígio e por recursos, como veremos.

¹² O Plano Global Específico é um instrumento organizado pela prefeitura para planejar intervenções urbanísticas na área de vilas e favelas (ALVES, 2008).

Sob a coordenação do CRISP, esses cursos locais utilizaram a metodologia do Banco Mundial, objetivando criar um método de mapeamento das demandas e propostas técnicas de solução compartilhada para elas. Além dessa metodologia, deu-se grande ênfase às estatísticas criminais da região. Como forma de manter o interesse dos participantes, houve necessidade de optar por um modelo alternativo de curso, que pudesse agregar conteúdos de relevância específica para a comunidade e perspectivas de uma atuação em rede. Mesmo com a inserção de novos conteúdos, a metodologia utilizada na realização do curso o tornava ainda muito complexo para o trabalho com a comunidade, o que ensejou, por fim, sua assunção pela OSCIP Pacto, formada por ex-técnicos que trabalharam no Fica Vivo. O conhecimento do programa, assim como a facilidade de inserção na comunidade, contribuiu para que, a partir dali, os Cursos de Gestão Local produzissem Planos Locais de Prevenção¹³, que contavam com o apoio da comunidade na consequente execução.

Apesar do aspecto organizativo das demandas e de planejamento das estratégias que o Plano Local tenta atingir, os Fóruns Comunitários continuam caracterizados como espaços de muitas queixas e acusações ao Estado, principalmente em relação à atuação das polícias (SILVEIRA, 2007; SILVEIRA, 2008). Nesse sentido, seguem dois relatos:

Eu vou ser sincero com você, eu moro em favela também. É tanto que eles me deram esse negócio lá perto da minha casa. O negócio é o seguinte, se eu tiver de passar a mão em cabeça de gente aí eu peço pra sair. Igualzinho, teve uma época que a gente trocou de comandante aqui da Companhia e eu até falei isso, por que? Porque o nosso serviço passou a ser um serviço repressivo, nós começamos com a repressão, e só prendendo, só prendendo, dando tiro, tomando tiro e aquele negócio todo. Aí troca e o cara chega aqui e não sabe de nada “ah vai ser assim agora, vocês vão fazer contato, bater papo com não sei quem”. Tô fora! Como é que um cara que eu dou um tiro na casa dele eu vou chegar na casa dele e vou bater papo? – Policial do GEPAR (SILVEIRA, 2007, p. 217).

A comunicação interna está ruim: as pessoas acham que o Programa Fica Vivo é da polícia. A imprensa só noticia as coisas ruins: aqui só vêm entrevistar a gente para os programas policiais, os homicídios, os cadernos de polícia dos jornais – Líder comunitário (ALVES, 2008, p. 137).

O passo seguinte foi a realização de uma reunião do grupo de trabalho dedicada ao planejamento da intervenção, tendo sido apresentado pela PMMG um documento intitulado “Comunicado - Grupo Controle de Homicídios” que teria o objetivo de buscar uma aproximação com os moradores do Aglomerado Morro das Pedras. No entanto, os termos do

¹³ É por meio dos Planos Locais que a CPEC/SEDS define um orçamento para investimento em projetos prioritários, utilizando como critérios a busca da cobertura dos fatores de risco, elencadas pelo diagnóstico qualitativo, com a avaliação e legitimação da comunidade.

comunicado foram considerados excessivamente intimidatórios e, além disso, colocava a população numa posição passiva, contrariando, portanto, o objetivo do programa relacionado ao envolvimento da comunidade, razões que implicaram na sua rejeição (SILVEIRA, 2007).

Alves (2004) também faz referências sobre tal comunicado, destacando que a comunidade rejeitou completamente um texto proposto pelo Grupo de Intervenção Estratégica, que avisava sobre as consequências de se cometer homicídios, destacando que o texto sequer foi reproduzido, pois as pessoas da comunidade ameaçaram deixar o programa caso ele fosse distribuído.

4.6 O Programa e suas fases

A implantação das ações se deu a partir de dois grupos. O primeiro, chamado Grupo de Proteção Social, visava a oferecer suporte social e oportunidades para os jovens, os quais podiam optar por participar de atividades diversas, que variavam de cursos preparatórios para a profissionalização, até oficinas culturais, de esporte e educação sexual. A diversidade das ofertas teria como princípio a necessidade de comunicação com os jovens, através de ações que tratassem dos problemas vivenciados por eles. Ao mesmo tempo, em que se construíam referências com este grupo, se produzia uma cobertura para os fatores de risco, que se relacionavam aos problemas enfrentados por estes jovens (ALVES, 2008).

Na primeira fase de Implantação do programa as estratégias de mobilização comunitária ocorreram a partir da disponibilização de cursos de formação, realização de fóruns comunitários, de campanhas de comunicação, eventos coletivos do tipo “ação cidadania” e palestras nas escolas, tudo com o objetivo central de introduzir a discussão do tema da violência urbana na agenda comunitária. A partir desse novo contexto o Fica Vivo avança em relação à proposta inicial e a intervenção pretendida passa a exigir a presença dos técnicos do programa na área, com vistas à composição de grupos objetivando o mapeamento da rede comunitária, como também para estabelecer o Fórum Comunitário, que como já mencionado, configurou-se em arena para discussão de ideias e interesses (ALVES, 2008).

Conforme Silveira (2007), nessa primeira fase, as ações da proteção social foram bastante tímidas, tendo em vista a escassez de recursos e por ausência de uma estrutura física que pudesse sediar o programa e ser referência para a comunidade. As oficinas realizadas e outras atividades de mobilização comunitária foram financiadas com recursos do município e de organizações não governamentais. Como ocorreram de forma pulverizada e patrocinadas por agências públicas e ONGs diversas, não foi possível haver a determinação do número exato de jovens atendidos pelas mesmas (SILVEIRA, 2007).

O segundo grupo, responsável pela intervenção estratégica, foi composto pelas Polícias Civil, Militar e Federal, Ministério Público Estadual, Poder Judiciário representado pelos Magistrados da Infância e Juventude, Tribunal do Júri, Varas Criminais de Tóxicos, de Execução Penal e de Combate ao Crime Organizado e, após 2003, pela Secretaria de Estado de Defesa Social. As primeiras ações desse grupo consistiram na realização de reuniões que objetivavam o compartilhamento de informações sobre os infratores que atuavam nas áreas; reflexão conjunta acerca das condições ensejadoras para expedição de medidas como mandado de prisão, busca e apreensão, interceptação telefônica e quebra de sigilo; organização das ações das polícias para cumprimento dos mandados expedidos; e discussões entre Promotores e Juízes responsáveis pelos procedimentos, com vistas a tornar mais célere o exercício das funções decorrentes das ações efetivadas (SILVEIRA, 2007).

No contexto da intervenção estratégica, foi implantado o Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco – GEPAR¹⁴, composto por militares especializados em policiamento comunitário. Suas ações consistem em implantação de atividades rotineiras e sistemáticas de policiamento comunitário nas áreas de risco, visando a uma maior aproximação com comunidade e, consequentemente, a construção de um ambiente de mútua cooperação. Além disso, o GEPAR é um fator de dissuasão pela simples presença cotidiana no ambiente (PEIXOTO, 2008).

As ações mais visíveis da Intervenção Estratégica junto à comunidade são as da Polícia Militar, por meio do GEPAR, que estaria voltado para um policiamento de natureza preventiva e de repressão qualificada. Por outro lado, parte das confusões em torno da atuação

¹⁴ A institucionalização do GEPAR se deu por um Plano de Emprego, que posteriormente foi transformado em instrução normativa da PMMG.

da polícia no programa tem origem nos primórdios do GEPAR no aglomerado, novidade que gerou muita expectativa e desconfiança da comunidade (SILVEIRA 2008).

4.7 Expansão do Programa Fica Vivo

A primeira parte deste capítulo concentrou-se na descrição, a partir da definição do problema a ser enfrentado, metodologia e ações implementadas, criação e implementação piloto de uma intervenção.

Os problemas, limitações, necessidades de adequação da metodologia e das ações, próprios de qualquer iniciativa piloto, também foram observadas na experiência inicial do Programa Fica Vivo.

Nesse mesmo momento, a política estadual passava por uma transição eleitoral, assim, na última reunião do grupo de trabalho do ano de 2002, decide-se apresentar à equipe de transição do futuro Governo Estadual, os resultados do programa e a possibilidade de sua expansão, ficando, tal incumbência, a cargo dos representantes do CRISP e da então Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos. O novo Governo Estadual, eleito para o período 2003/2007, estabelece, então, a criação de um grupo de trabalho para discussão e apresentação de propostas para a área de segurança pública, sendo convidados para integrar o referido grupo, diversos membros já participantes do grupo de estudos do Projeto Controle de Homicídios, fato que favoreceu a inserção do programa na agenda governamental (ALVES, 2008).

4.8 Institucionalização do Programa

O Programa Fica Vivo foi institucionalizado pelo Governo Estado de Minas Gerais, ainda com o nome “Programa de Controle de Homicídios”, por meio do Decreto n.º 43.334, de 20 de maio de 2003, com objeto assim definido:

[...] reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão, nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem, contando, para sua execução, com a ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral (MINAS GERAIS, 2003).

A partir daí foi formalizada a participação de representantes dos diversos órgãos já envolvidos, por meio de uma Coordenação Geral, além da ampliação do número de atores, passando então, o programa, a contar com a participação de setores das Políticas Sociais, como a Secretaria de Estado da Educação – SEE e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE. Dessa forma, o programa abria o debate sobre a questão das políticas de proteção social voltadas à prevenção da criminalidade. É nesse contexto que se cria, dentro da estrutura da SEDS, a Superintendência de Prevenção à Criminalidade – SPEC, que passa a ser responsável pela execução direta do Programa Fica Vivo (ALVES, 2008).

Conforme Alves (2008), apesar de as primeiras formulações da intervenção do Fica Vivo, com a característica de um programa social, datarem ainda de 2002, a proposta inicial do programa foi trabalhada e detalhada no ano de 2003, para a formulação do Plano de Trabalho e do Projeto Básico¹⁵, que gerou o convênio do Governo do Estado com o Ministério da Justiça, proporcionando a expansão do programa, sendo que esse convênio representou, de fato, a institucionalização do Fica Vivo, que passa a ter recursos próprios e uma proposta sistematizada.

Assim, uma experiência sem propriedade institucional, configura-se em um programa sob a chancela, financiamento e supervisão da Secretária Estadual de Defesa Social, contando, também, com financiamento do Ministério da Justiça, proveniente do Fundo Nacional de Segurança Pública, que aprovou o projeto de expansão do Fica Vivo e destinou ao programa aproximadamente 5 milhões de reais, com vistas a sua implantação em outras áreas da cidade (além do Morro das Pedras) que igualmente apresentavam altos índices de homicídios, prevendo pagamento de oficinas, contratação de técnicos, mobiliário, equipamento, viaturas para o GEPAR e Polícia Civil. A partir de 2004 o programa passa a contar com recursos próprios do Governo do Estado de Minas Gerais, que foram da ordem de 2,5 milhões de reais

¹⁵ Ver Alves, 2008.

naquele ano, 5 milhões de reais em 2005 e 7 milhões de reais em 2006 e 2007 (SILVEIRA 2007; ALVES 2008).

A partir da leitura do projeto que financiou a expansão do programa em Belo Horizonte e região metropolitana, a partir de 2003 (SEDS, 2003, em projeto aprovado junto ao Ministério da Justiça), e de outros documentos escritos pelos operadores do programa, subtendem-se os seguintes fatores de risco:

Vulnerabilidade social (entendida enquanto precariedade de indicadores como taxa de inserção no mercado formal de trabalho, nível de escolaridade, acesso local a serviços essenciais, taxa de mortalidade, gravidez na adolescência, padrão de acabamento das moradias etc.). Presença de grande número de grupos jovens sem supervisão adequada de adultos e envolvidos em gangues. Baixa capacidade da comunidade se exercer controle social e mobilizar recursos externos a ela (SILVEIRA, 2007, p. 142).

4.9 Profissionalização do Programa: construindo as redes de proteção

No primeiro semestre de 2003 ocorreu a profissionalização do programa. Começam a ser criadas, no Morro das Pedras, oficinas destinadas a funcionar como espaço de interlocução com os jovens. É contratada uma técnica oriunda da comunidade local e, portanto, ali ambientada, para articular as ações de proteção social no plano local. É nessa época que se inicia a implantação de algumas ações de proteção social. Dá-se a materialização das expectativas surgidas nos mencionados fóruns das comunidades e outros encontros com lideranças comunitárias, por meio da inclusão dos jovens nas oficinas, em outras ações de inclusão produtiva e, ainda, no Programa de Liberdade Assistida (SILVEIRA 2007; ALVES 2008).

Esses fóruns produziram debates e reflexões importantes. Foi a partir deles que houve encontros entre os parceiros implicados na ação de prevenção de homicídios. Iniciam-se, a partir daí, as oficinas.

4.10 Das oficinas à criação dos Núcleos de Prevenção

Da criação do projeto piloto, em 2002, à expansão do Programa Fica Vivo, muitas alterações ocorreram em relação à proposta inicial. As mais relevantes, discutiremos a seguir.

No Morro das Pedras, as primeiras oficinas foram implantadas no primeiro semestre de 2003 e, em junho de 2004, é inaugurado o primeiro Núcleo do Fica Vivo, em instalações cedidas pela Sociedade Cruz de Malta, o que permitiu ampliação do número de profissionais e uma referência física do programa dentro da comunidade (SILVEIRA, 2007).

O Núcleo de Prevenção à Criminalidade se insere nas localidades como um equipamento público de base local. Os Programas ali desenvolvidos compõem a estrutura de atendimento público e, a partir de um trabalho de articulação, contribui na construção/fortalecimento de uma rede de proteção social.

Para Elias (1994), a noção de redes sociais impõe a interdependência sociedade/indivíduos. Segundo ele:

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (ELIAS, 1994 p.35).

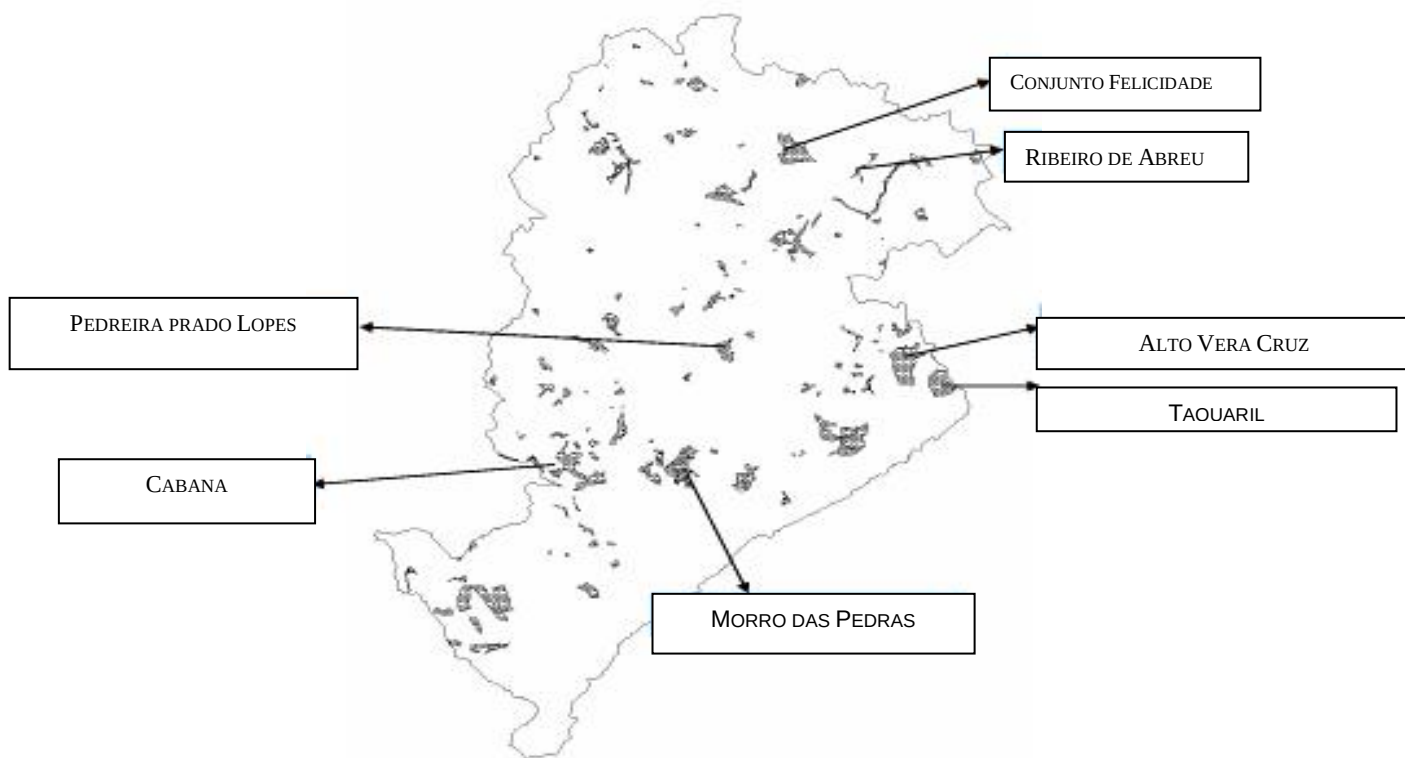
Elias propõe os conceitos de dependência, interdependência, rede de funções, contexto social e estrutura, com o objetivo de demarcar que as ideias de indivíduo e de sociedade são estreitamente articuladas por um processo interativo mais amplo e complexo. Ao refletir a relação indivíduo/sociedade, entende o social (o todo) como um conjunto de relações. Desse modo, a sociedade pode ser percebida como uma rede de indivíduos em constante relação, sugerindo a ideia da interdependência. Para o teórico:

Uma rede de relações sociais produz “fenômenos reticulares” por meio de diferentes funções sociais que, na sua divisão, produzem indivíduos iguais e diferentes. Pela rede humana móvel de relações ocorrem diferentes formas de auto regulação da sociedade, que modelam indivíduo e sociedade no tempo e no espaço. “Desse modo, o *continuum* da sociedade humana é uma ‘máquina de motor perpétuo’, uma regularidade e um ritmo de mudança que, por sua vez, são mais fortes do que a vontade e os planos das pessoas individualmente consideradas” (ELIAS, 1994. p.21).

Segundo Elias (1994), o conceito de rede permite focar a análise não nos atributos individuais ou na estrutura social – aqui entendida como um conjunto de normas, papéis e valores culturais que orientam a conduta dos indivíduos, mas nos processos interativos (conjuntos de relações que ocorrem num dado momento). Nesse sentido é que se faz extremamente relevante a discussão de Programas focados na prevenção à criminalidade, especialmente o Fica Vivo.

Os dados a seguir referem-se aos quatro primeiros períodos de expansão do programa. Embora o programa Fica Vivo tenha sido implementado no Morro das Pedras em 2002, o Núcleo de Referência só foi inaugurado naquela localidade, em maio de 2004 (SEDS, 2011). Nas outras comunidades as inaugurações desses núcleos se deram da seguinte ordem: Pedreira Prado Lopes, em Setembro de 2004 (Região Noroeste), Cabana do Pai Tomáz e Ribeiro de Abreu, em Outubro de 2004 (Região Oeste), Alto Vera Cruz e uma área adjacente, o Taquaril, em Julho de 2005 (Região Leste), Conjunto Felicidade (Região Norte), em Novembro de 2005 (SEDS, 2011).

FIGURA 2 – Mapa das áreas do município de Belo Horizonte, dentre as consideradas *hotspots*, que receberam as intervenções do Fica Vivo até 2005



Fonte: PEIXOTO, 2008, p. 91

Diversos outros núcleos foram inaugurados após essa primeira fase de expansão e serão descritos do capítulo seguinte, que tratará dos mais recentes dados acerca do Fica Vivo.

O Núcleo de Referência é uma proposta para incluir a comunidade, em especial as crianças e adolescentes, no Sistema de Proteção Social (Projeto Resumo Fica Vivo–DPSJ/SPEC, 2003). Trata-se de um equipamento de base local, situado dentro da comunidade, com as seguintes atribuições:

articulação dos parceiros da região; articulação dos grupos de trabalho; acompanhamento e encaminhamento dos jovens envolvidos direta ou indiretamente com a violência; cadastramento geral dos usuários do programa; levantamento das demandas dos usuários do programa, para construção de oportunidades; acompanhamento das oficinas, bem como sua articulação com as outras áreas do programa; Coordenação de fóruns comunitários; desenvolvimento de ações para jovens pais e agressores domésticos; levantamento, juntamente com os coordenadores das oficinas, os jovens que demandam atendimentos e acompanhamentos regulares (ALVES, 2008, p.142).

O Núcleo se tornou um espaço de referência para estabelecer a articulação com o sistema de proteção social existente, mesmo que precário e, ao mesmo tempo, acolher as demandas específicas dos jovens (ALVES, 2008).

Em 2006, os chamados Núcleos de Referência passaram a ser denominados Núcleos de Prevenção à Criminalidade – NPC's e se dividem em Núcleos de base local e Núcleos de base municipal, conforme a natureza dos programas a serem por eles desenvolvidos. Os Núcleos de base local visam à execução dos programas de prevenção primária, em localidades marcadas pela criminalidade de forma mais determinante. Além do Programa Fica Vivo é também desenvolvido nos Núcleos de base local o Programa Mediação e Cidadania. Por sua vez, os Núcleos de base municipal visam à execução dos programas de prevenção secundária, Programa Central de Apoio às Penas e Medidas Alternativas e, também, de prevenção terciária, o Programa e Reintegração Social de Egressos. Todos os programas são diretamente executados pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade/SEDS. Os Núcleos de Prevenção à Criminalidade de base municipal são alocados em áreas centrais dos municípios, próximos aos Fóruns, às Varas de Execução Criminal, aos Juizados Especiais, com vistas à facilitar o acesso do público em execução de penas e medidas alternativas ou o egresso do sistema prisional, uma vez que estas pessoas são encaminhadas pelo Judiciário para o acompanhamento pelos respectivos programas (SPEC, 2009).

4.11 O Programa Fica Vivo dentro do Núcleo de Prevenção

Retornando à discussão do Programa Fica Vivo, os atendimentos nos Núcleos, em relação a esse programa, são destinados aos jovens na faixa etária de 12 a 24 anos e visam favorecer a construção de rotas alternativas, que não o envolvimento com a criminalidade. O trabalho é realizado em rede e tem por objetivo incluir na pauta de discussão o tema da prevenção à criminalidade.

As ações de atendimento referentes ao Fica Vivo são realizadas por meio dos seguintes instrumentos: Oficinas, Atendimentos Psicossociais, Projetos Locais, Multiplicadores e Grupos de Jovens. Para que seja dado início aos atendimentos é preciso que se estabeleça um espaço de escuta, orientado pelas diretrizes da política de prevenção à criminalidade. A partir daí são definidas alternativas de atendimento e/ou encaminhamento, que poderão ser realizadas pelo próprio programa ou pela rede de proteção social. O acolhimento poderá ser feito por técnicos, estagiários eicineiros (SPEC, 2009).

Uma vez definidos os princípios do Programa Fica Vivo, sua implantação deverá passar pelos seguintes procedimentos:

- a) Elaboração de relatório de dados sobre a criminalidade no Estado de Minas Gerais; b) Definição pelo colegiado de Defesa Social da área/ município de implantação da política de prevenção à criminalidade; c) Formação, pela Polícia Militar, do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco – GEPAR; d) Estudos técnicos da área de implantação; e) Implantação do Núcleo de Prevenção à Criminalidade de base local; f) Levantamento do patrimônio sociocultural da área de implantação; g) Apresentação do Programa para comunidade local; h) Seleção de projetos para oficinas; j) Divulgação das oficinas; k) Realização das oficinas; l) Capacitação permanente dos icineiros; m) Início dos atendimentos psicossociais, acolhimentos e encaminhamentos; n) Elaboração de projetos locais pelos técnicos com a comunidade; o) Avaliação e Monitoramento do Programa e acompanhamento das equipes técnicas: Monitoramento dos números de homicídios das áreas onde o Programa atua e, ainda, acompanhamento das metas pactuadas; Acompanhamento e supervisão Metodológica do trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas, através de visitas, reuniões, capacitações e relatórios (SPEC, 2009).

4.12 Breve Descrição dos demais Programas de Prevenção desenvolvidos pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade/SEDS

Além do Fica Vivo, outros três programas são executados pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado da Defesa Social, por meio dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade. São eles: Programa Mediação e Cidadania, O Programa Central de Penas Alternativas – CEAPA e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp (SPEC, 2009).

4.12.1 Programa Mediação e Cidadania

O Programa Mediação e Cidadania, anteriormente denominado Programa Mediação e Conflitos, instituído pela então Superintendência de Prevenção à Criminalidade/SEDS, em 2005, visa a desenvolver ações de articulação comunitária por meio do envolvimento dos indivíduos, famílias e instituições locais, no intuito de prevenir conflitos potenciais ou concretos, evitando que esses se desdobrem em ações violentas e/ou delituosas. Suas ações são orientadas pela identificação de situações de violações de direitos, restaurando-os e integrando as pessoas e comunidades na perspectiva de impedir novas violações. O programa se estrutura em Mediação Atendimento, Mediação Comunitária, Ações e Projetos Temáticos Locais e Projetos Institucionais, referindo-se, esse último eixo, às atividades realizadas pelo Programa Mediação e Cidadania, na perspectiva intersetorial, destacando-se, nessa frente de atuação, o Projeto Mediar, realizado em parceria com a Polícia Civil de Minas Gerais (SPEC, 2009).

4.12.2 Programa Central de Penas Alternativas – CEAPA.

O Programa Central de Penas Alternativas – CEAPA tem por objetivo o acompanhamento das penas e medidas alternativas à prisão, buscando possibilitar o caráter educativo da pena/medida e contribuir com a promoção da cidadania junto a seus usuários, não se limitando ao acompanhamento da execução, mas investindo em intervenções de minimização

das vulnerabilidades sociais do público, por intermédio de ações promotoras da cidadania e emancipação, visando à redução dos estigmas sociais. O CEAPA desenvolve, com o auxílio de instituições parceiras especialistas nas diversas áreas de ocorrência de delitos, Projetos Reflexivos Temáticos, que consideram a violência contra a mulher e intrafamiliar, uso de drogas, delitos de trânsito e de meio ambiente, os quais configuram-se em alternativas para ao cumprimento de pena/medida (SPEC, 2009).

O programa CEAPA foi inicialmente implantado, em setembro de 2002, nos municípios de Contagem, Ribeirão das Neves e Juiz de Fora e, nesse primeiro momento, era gerido pela extinta Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Minas Gerais. Ainda em sua fase de implantação, recebia aporte financeiro do Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, entretanto, em 2003, o Estado de Minas Gerais, por intermédio da SEDS, assumiu integralmente o programa. Em 2005 iniciou-se a expansão das Centrais para os municípios de Uberlândia e Montes Claros, seguindo-se, em 2006, para Belo Horizonte, Santa Luzia, Betim, Ipatinga, Governador Valadares e, em 2007, Uberaba. O programa se encontra em funcionamento, atualmente em 11 municípios no Estado de Minas Gerais (SPEC, 2009).

4.12.3 O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema prisional – PrEsp tem por objetivo qualificar as condições de inclusão social do egresso do sistema prisional, com a realização de ações dirigidas aos usuários e seus familiares, na busca de garantir ao egresso o exercício de sua cidadania, a partir do atendimento psicossocial e jurídico, aumento do nível de escolaridade, capacitação profissionalizante, dentre outras ações, operando, para tanto, em três dimensões: na conscientização da sociedade acerca da importância do acolhimento do sujeito egresso do sistema prisional, como estratégia de redução da violência e prevenção à criminalidade; no favorecimento das condições de acesso aos direitos sociais e, ainda, em atividades, realizadas em grupo, que visam ao incremento do capital social dos indivíduos participantes (SPEC, 2009).

O Programa foi criado em 2003, a partir do decreto 43.295, de 29 de abril de 2003, tendo início suas atividades no segundo semestre de 2004, primeiramente em três municípios, com expansão, em 2006, para mais oito municípios, estando presente hoje em 11 localidades: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba e Uberlândia (SPEC, 2009).

5 ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES

Conforme destacado no capítulo referente à metodologia, este trabalho foi integralmente construído a partir de pesquisa documental. Um dos objetivos desta dissertação é a análise das avaliações até agora realizadas sobre o Programa Fica Vivo, como forma de entendermos as implicações do programa.

Tendo em vista a natureza das avaliações, decidimos, dentre as diversas pesquisas e outras produções acadêmicas consultadas ao longo da construção deste trabalho, nos atermos às avaliações do Programa Fica Vivo realizadas por Andrea Maria Silveira e Betânia Totino Peixoto, pesquisas vinculadas ao Programa de Doutorado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais. Como se sabe, pesquisas realizadas no âmbito do doutorado permitem tratar com maior profundidade e rigor metodológico as temáticas escolhidas – no caso a avaliação de um programa social. Por essas especificidades escolheu-se, mesmo encontrando apenas dois estudos no âmbito do doutorado, analisar o que as autoras puderam desvendar sobre a tentativa de se controlar o homicídio pela comunidade organizada.

Procedeu-se, inicialmente, uma caracterização das pesquisas na perspectiva de se compreender o processo de construção das ideias e das argumentações apresentadas pelas autoras no decorrer da investigação científica, como que estivéssemos no “rastro do pesquisador”, para identificar as suas tensões, os seus dilemas, os seus pontos de partida e, quem sabe, aquilo que não foi dito. Na sequência, busca-se (re)construir o Programa Fica Vivo, não pelos documentos “oficiais”, mas pelas percepções, ou melhor, pelas leituras e interpretações – provavelmente ressignificadas – das pesquisadoras sobre os seus objetos de estudo. Após, pretendeu-se identificar os pontos de interseção e divergência entre uma autora e outra – quer pelos resultados apurados, quer pelas constatações levantadas – para, ao final, explicitar os apontamentos que perpassaram pelas pesquisas, os quais, no entanto, não foram trabalhados, embora possam, também, influenciar na reflexão sobre a oferta do programa à comunidade.

5.1 Caracterização das pesquisas

As teses escolhidas para a análise nesta pesquisa intitulam-se: *“Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte”*, apresentada em 2007, pela pesquisadora Andrea Maria Silveira; e *“Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade”*, defendida em 2008, por Betânia Totino Peixoto.

Trata-se, a primeira tese, de uma pesquisa que resultou em 255 páginas, estruturadas em 7 capítulos, com duas partes bem distintas. Na primeira parte do trabalho são apresentados conteúdos associados ao fenômeno do homicídio; as estratégias e cenários para a prevenção criminal relacionada ao fenômeno; além do envolvimento comunitário como alternativa para controle da incidência de práticas criminais na coletividade. Na segunda parte foram trabalhados os conceitos e princípios das avaliações de programas sociais para, na sequência, serem explicitadas as hipóteses da pesquisa, a caracterização do objeto de estudo, o Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo no Morro das Pedras e, por fim, foram apresentados os resultados e as conclusões sobre o impacto do Programa Fica Vivo no tocante aos crimes de homicídios.

A segunda tese está escrita em 240 páginas, tendo sido a pesquisa estruturada da seguinte forma: Artigo 1: Violência Urbana: Uma análise Comparativa da Vitimização em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória; Artigo 2: Avaliação do Programa Fica Vivo no município de Belo Horizonte e Artigo 3: Avaliação Econômica do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras.

Nas duas pesquisas foram explorados os aspectos relacionados às categorias analíticas que pudessem dar uma dimensão de tempo, espaço, contexto, objetividade e outros elementos que marcam uma produção dessa natureza, sintetizadas no mapeamento apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2
Caracterização das pesquisas sobre o Programa Fica Vivo

Categorias	Andrea Silveira (2007)	Betânia Peixoto (2008)	Apontamentos
Justificativa	Avaliar a importância e a pertinência de programas de prevenção aos homicídios nos planos da segurança local em municípios onde esse seja um problema de saúde e de segurança pública.	Tônica da avaliação dos programas sociais – ausência na área de Segurança Pública.	Qual é o contexto nacional e/ou estadual que determina se dar ênfase na questão da avaliação? Pesquisas realizadas em contexto de disputa política: eleição (2007) e reeleição do executivo estadual (2008).
Objetivo da TESE	Verificar a ocorrência da redução dos homicídios no Aglomerado Morro das Pedras em Belo Horizonte. Verificar os impactos de um programa que fundamenta suas ações em pressupostos derivados da teoria da desorganização social e suas implicações em relação aos jovens.	Avaliar o Programa Fica Vivo em sete áreas do município de BH.	A avaliação como estratégia de melhoramento de políticas públicas em todas as suas dimensões: eficiência, eficácia, efetividade e impacto, Medidas das taxas de homicídio em áreas afetadas por intervenções do estado e índices de satisfação a partir dos usuários desse programa.
Territorialidade trabalhada	Morro das Pedras.	Morro das Pedras, Pedreira Prado Lopes, Alto Vera Cruz, Taquaril, Cabana de Pai Tomás, Ribeiro de Abreu e Conjunto Felicidade.	Por que a maioria foi implantada em 2005? Porque o Cafezal e a Barragem Santa Lúcia não foram contemplados pelo projeto se apresentavam números elevados de homicídios?
Ponto de partida	Jovens que ingressem em gangues que realizam o tráfico de drogas ilegais, pano de fundo da maior parte dos homicídios locais. Perda da capacidade comunitária de exercer o controle social para evitar que adolescentes e jovens se envolvam com a criminalidade.	Dados georreferenciados da Polícia Militar de Minas Gerais – apenas homicídios. Dados do Censo Demográfico 2000.	Pressões sociais, crítica da opinião pública, sentimento de insegurança e de abandono, pouca atenção dos poderes públicos, especialmente da área de segurança pública. Altas taxas de mortalidade de jovens por arma de fogo, notificação pelo SUS.
Método aplicado	Estudo quase experimental no qual se comparou o Morro das Pedras consigo mesmo, em momentos diferentes, no que diz respeito à ocorrência de homicídios, e comparou-se o Morro das Pedras com outras favelas violentas e o restante da cidade. Realizado estudo documental, entrevistas em profundidade com informantes-chaves e grupos focais para apreender a percepção dos atores locais sobre os resultados do programa.	Seleção da amostra por meio do pareamento por escore de propensão; modelo da diferença nas diferenças que permite medir o impacto em duas amostras que experimentaram a intervenção de um programa em períodos de tempo diferentes.	Ambos são estudos observacionais que se serviram do modelo quase experimental para constituir os grupos comparativos. O primeiro, entretanto, fez uso de procedimento qualitativo – quali- quanti.
Variável considerada	Variáveis contextuais, socioeconômicas, capital social, variáveis que determinam o homicídio, taxas de ocupação residencial, tamanho e densidade das vizinhanças, mobilidade, composição dos moradores por casa, idade média, níveis intergeracionais de controle social, taxa de homicídio.	Variáveis de risco, de proximidade, de exposição, de guardiões do risco, atratividade, vitimização, características da pessoa, <i>proxies, dummies</i> .	Não difere se criança, adolescente ou adulto. Caracteriza-se o contexto e as condições em que vítimas e perpetradores se encontram.
Série histórica considerada	2000-2006.	2000-2006.	Período em que o programa é implantado e desenvolvido.
Conceitos	Define o Programa Fica Vivo, como um programa de prevenção abrangente (compreensivo), localizado e comunitário.	Aglomerados subnormais	

Fontes: SILVEIRA, Andrea Maria. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PEIXOTO, Betânia Peixoto. *Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

Ambas as pesquisadoras declararam a utilização do método quase-experimental como procedimento de seus estudos avaliativos sobre o controle de homicídios em áreas deterioradas. Entretanto, é preciso esclarecer esse desenho de pesquisa para que não se camuflam vieses que não foram considerados por elas em suas análises. Lembrando que o termo quase-experimental é descrito magistralmente na obra de Campbell e Stanley (1969/1979)¹⁶ para designar um desenho de pesquisa que se aproxima do clássico estudo experimental, entretanto, não o realiza na sua plenitude, tendo em vista que por algum motivo, técnico ou circunstancial, não consegue constituir um grupo controle aleatoriamente, conforme se exige em estudos experimentais. Nesses, desde há muito, é o pesquisador quem processa a intervenção, é o interventor. Ele controla todo o experimento pessoalmente e decide tudo o que ocorrerá na intervenção. Como seu objetivo é avaliar os efeitos dessa intervenção, o desenho experimental exige que se tenha pelo menos dois grupos a serem comparados: o que recebe a intervenção e o que não recebe a intervenção. Assim, a intervenção só será considerada efetiva se de fato o grupo controle (que não recebeu a intervenção) mostrar efeitos contrários. No desenho clássico do estudo experimental, os sujeitos, as situações ou os casos que fazem parte da investigação, devem, por regra, ser escolhidos por meio de um sorteio (aleatório), para evitar o viés do pesquisador, ou seja, para que ele não escolha esses grupos a partir de sua subjetividade, de suas tendências. Entretanto, nem sempre essa forma aleatória de selecionar o grupo controle é possível. Para resolver esse problema os pesquisadores são obrigados a criar grupos controles pelo procedimento do pareamento, ou seja, eles definem as variáveis que servem como parâmetros para encontrar uma amostra, a mais parecida possível com o grupo que está sofrendo a intervenção. Por exemplo, se a área que vai sofrer intervenção é formada majoritariamente por uma população masculina, com baixo grau de escolaridade, com idade entre 14 e 30 anos, a área que servirá de controle terá que seguir as mesmas variáveis de gênero, escolaridade e idade. Só depois que essas escolhas forem feitas (aleatoriamente ou por pareamento) é que se começa o experimento, ou para usar o vocabulário do Programa FICA VIVO, só depois da seleção dos grupos (o caso e o controle) é que se começaria a intervenção. Mas não foi o que aconteceu com as duas avaliações.

Em primeiro lugar, quando as pesquisadoras começaram a avaliação, a intervenção já tinha sido iniciada por outros atores sociais (CRISP, PMMG, PCMG, MP, etc.) que não elas, o que

¹⁶ Campbell, D & Stanley, J. Delineamentos Experimentais e Quase-Experimentais de Pesquisa, SP: EDUSP, 1969/1979.

as afasta totalmente do modelo experimental clássico e, conseqüentemente, do seu correlato, denominado de quase-experimental, no qual o avaliador é também o interventor, o que não foi o caso. Nos dois estudos em apreço as pesquisadoras são observadoras de um evento pós-facto. Talvez o mais correto seria dizer que realizaram um “estudo observacional”, servindo-se de algumas estratégias dos estudos quase-experimentais. O que é um procedimento normal e muito usado em avaliações de projetos e de políticas públicas. Não há nenhum problema utilizá-los, desde que considerem o seguinte viés inicial: quem produziu a intervenção foram outros atores que utilizaram, é claro, métodos rigorosos, mas isso não os isenta de seus vieses pessoais, de suas vinculações ideológicas, de suas crenças acadêmicas.

Segundo Legal (2002), o design Quase-Experimental é uma aproximação do experimento verdadeiro, contudo, a escolha não é aleatória, e a variável independente, apesar de ter sido manipulada, não foi por você. Em boa medida, o método quase-experimental pode assumir dois modelos de estudo: 1º) Planejamento de medidas pré e pós-tratamento com grupo controle não equivalente; 2º) Planejamento de séries temporais.

Nessa perspectiva, Silveira (2007) apresenta a metodologia utilizada para a realização de sua avaliação do Programa Fica Vivo, da seguinte maneira:

O programa foi avaliado através de um estudo quase experimental no qual se comparou o Morro das Pedras consigo mesmo em momentos diferentes no que diz respeito à ocorrência de homicídios, e comparou-se o Morro das Pedras com outras favelas violentas e o restante da cidade. Foi realizado estudo documental, entrevistas em profundidade com informantes chaves e grupos focais para apreender a percepção dos atores locais sobre os resultados do programa. Utilizou-se ainda, o banco de dados do Survey de Vitimização realizado pelo CRISP em sete aglomerados violentos de Belo Horizonte, cinco dos quais contando com o Fica Vivo em 2005 (SILVEIRA, 2007, p. 4).

Assim, em seu modelo, o Morro das Pedras era controle dele mesmo. Inicialmente compararam-se dados sobre homicídio envolvendo jovens antes e depois da intervenção do Fica Vivo. Em seguida, compararam-se os mesmos dados só que com outras áreas violentas e não violentas que não haviam recebido nenhuma intervenção do Fica Vivo. Mediu-se a frequência de homicídio relacionando-a com tipos diferenciados de intervenção, tal como a autora descreve abaixo:

Inicialmente levantou-se o número médio de homicídios no Morro das Pedras, Favelas Violentas, Outras Favelas e Bairros de Belo Horizonte em vários períodos, desde 2000 até 2006. Os períodos foram divididos da seguinte maneira: 1- Janeiro

de 2000 até julho de 2002 – Período pré-instalação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras (meses 1 a 31). 2- Agosto a Dezembro de 2002 – Início da implementação do programa com ações de natureza exclusivamente policiais (meses 32 a 36). 3- Janeiro a junho de 2003 – Refluxo do programa em decorrência da necessidade de priorização de ações de defesa civil e proteção social com remoção de várias famílias do aglomerado após fortes chuvas que provocaram deslizamentos e soterramentos de barracos (meses 37 a 42). 4- Julho de 2003 a abril de 2004 – Retomada da implementação do programa, mas ainda em condições precárias devido à ausência de uma estrutura física local (Núcleo de Referência) e corpo técnico completo (meses 43 a 52). 5- Maio de 2004 até maio de 2007 – Fluxo contínuo e estável de ações a partir da instalação do Núcleo de Prevenção no Aglomerado com criação de referência física local para a comunidade e ponto de apoio para as atividades dos técnicos. Após este período ocorre aumento da oferta de oficinas para jovens.

Mediu-se a incidência de homicídios antes da implantação do programa, logo depois de sua implantação, durante uma catástrofe natural com consequências infraestruturais e, por fim, na retomada do programa com a volta à normalidade da situação local, considerando a criação do núcleo, o aumento do corpo de profissionais e, ainda, a implantação das oficinas. A tabela abaixo reflete as variações:

TABELA1
Médias de homicídios no Morro das Pedras, nas favelas violentas, favelas não violentas e bairros de Belo Horizonte, entre 2000 e 2006

Ano	2000	2001	2002	2002	2003	2003/04	2004/05	2005	2006
Meses	Jan/dez	Jan/dez	Jan/jul	Ago/dez	Jan/jun	Jul/abr	Mai/abr	Mai/dez	Jan/dez
Morro das Pedras	2,25	2,17	2,29	1,20	1,17	1,30	1,50	1,13	1,08
Favelas Violentas	3,75	1,58	4,57	5,20	3,83	4,60	6,17	3,50	3,00
Outras Favelas	8,33	7,83	9,57	13,20	12,67	10,80	12,00	9,88	10,92
Bairros	25,83	24,58	27,00	35,40	41,17	45,70	55,83	34,50	57,25

Fonte: SILVEIRA, 2007, p. 255.

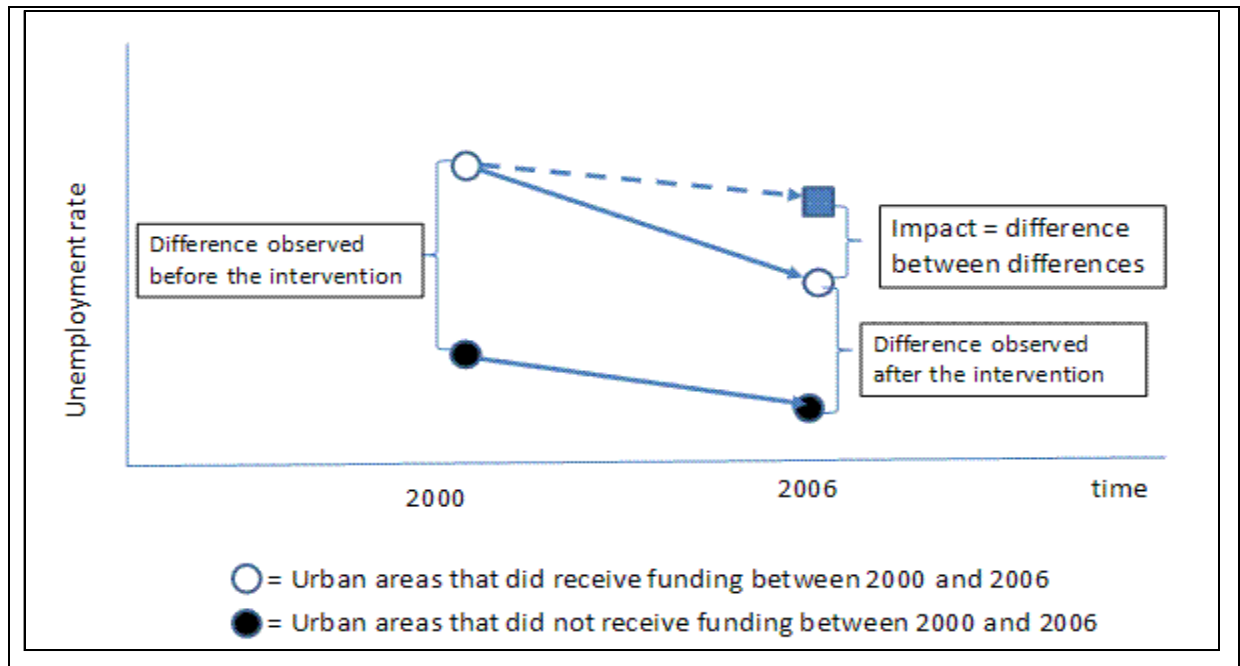
As médias no Morro das Pedras antes da implantação do programa entre 2000 e 2002, oscilaram entre 2,17 e 2,29. Após a implantação, ainda na segunda metade de 2002, apresentaram uma queda de 1,09. Decresceram um pouco mais no período subsequente, 0,03, mas aumentaram 0,23 justamente no período da catástrofe e um pouco mais ainda, 0,20, quando da implantação do núcleo. Uma pequena queda sucessiva vai ocorrer nos anos posteriores, 2005 e 2006. Será que esses resultados permitem dizer que a queda se deu em função do avanço do Programa no Morro das Pedras? Seguindo a lógica da tabela acima, quando a comparamos com o primeiro grupo controle, “favelas consideradas como *hotspots*”,

que não sofreram a intervenção do Fica Vivo, observa-se que ali também houve variações, inclusive, entre 2006 e 2007, verifica-se uma redução até maior em termos de valores médios, embora sejam de maior magnitude do que os do Morro das Pedras. Já quando se comparam os resultados do Morro das Pedras com os outros dois grupos controles (outras favelas e bairros) os números são alvissareiros. Dão a sensação de que o programa teve impacto. Entretanto, destaca Andrea Silveira, que as favelas violentas (o primeiro grupo controle), dentre as quais se encontra o Morro das Pedras, correspondem a aproximadamente 4% da área total do município, com uma população de aproximadamente 300.000 habitantes ou 14 % da população de Belo Horizonte, implicando em que as médias de homicídios, aparentemente baixas, sejam, ao contrário, bastante elevadas quando cotejadas com o tamanho da população e área ocupada.

A pesquisadora ressalta que para compreender as mudanças ocorridas no Morro das Pedras, a partir da implementação do Programa Fica Vivo, e afirmar que a redução dos homicídios naquela área se deu, em grande medida, por causa das ações implementadas pelo Programa, foram elaborados dois modelos estatísticos de regressão linear generalizado.

Betânia Peixoto, no estudo realizado, utilizou-se do Método da Diferença nas Diferenças, o qual produz um resultado eficiente, desde que o desfecho esperado possa ser medido antes e depois da implantação do Programa, no caso, o Fica Vivo, em duas ou mais amostras que receberam e não receberam o Programa. Foi isso que a pesquisadora fez, comparou o Morro das Pedras com as outras sete regiões que receberam o Fica Vivo e com outras regiões que não o receberam. Em seguida, em cada comparação ela mediu o antes e o depois, conforme o desenho abaixo.

FIGURA 3 - Método da Diferença nas Diferenças



FORTE: PEIXOTO, 2008.

O que faz o método? Permite comparar o caso com um de seus controles, em um determinado período, por exemplo, em 2000. Ele mede as taxas de homicídio em cada região que está sendo comparada antes da implantação do Fica Vivo, ou mesmo sem a sua implantação, exatamente nesse período. Uma vez medidas as taxas, calcula-se a diferença entre elas. Depois ele estabelece um período mais para frente, 2006, e faz o mesmo, mede a taxa de homicídios e calcula a diferença.

No eixo horizontal tem-se o tempo no qual se vai medir a taxa de homicídio, com dois pontos, um antes e um depois da implantação do Fica Vivo, por exemplo, em 2000 e 2006. No eixo vertical coloca-se a taxa de homicídio. Os quatro círculos no gráfico representam uma média, duas são medidas em 2000 e duas em 2006 respectivamente. Os círculos azuis representam as médias do caso que se quer estudar (Morro das Pedras, a primeira área geográfica que recebeu o Fica Vivo). Os círculos brancos representam as médias dos grupos controles (que podem ser as outras favelas que receberam o Fica Vivo posteriormente ou qualquer outra região da cidade que nunca recebeu o Fica Vivo).

O objetivo é calcular no final a diferença que existe entre as duas situações comparadas. Na figura acima, as taxas aparecem em queda, o que pode levar a crer que o programa teve um

impacto, mas no segundo caso em que o programa não foi introduzido, houve uma redução também, embora com taxas maiores que os do Morro das Pedras. O método da diferença nas diferenças mostra que a diferença apresentada não é interpretada como sendo resultado do impacto do programa. Ao contrário, ela pode ter ocorrido pelas diferenças de condições entre as duas comunidades. O Morro das Pedras ao receber o Fica Vivo já possuía um bom número de organizações comunitárias que tinham condições de participar na mobilização e na construção de uma rede de proteção, o que não acontecia com outras comunidades. Essa é uma diferença que não se pode negligenciar.

Preocupada com essas questões, Betânia Peixoto inclui um modelo mais sofisticado na sua interpretação, objetivando identificar como uma diferenciação dupla pode explicar o impacto de uma política, ela começa observando ao longo do tempo a mudança nos beneficiários. Novamente, ressalta-se que essa mudança não pode também ser interpretada como impacto da política pública, porque muitos outros fatores podem ter interferido nas mudanças observadas. O que autora faz, se aproveitando dessa “dinâmica natural”, é observar e calcular também as mudanças que ocorrem nas áreas não beneficiadas pelo Fica Vivo. E a partir daí, subtraindo a mudança observada ao longo dos dois períodos de tempo das áreas não beneficiadas pelo Fica Vivo, com as beneficiadas por ele, a autora conseguiu produzir uma estimativa do impacto do programa, que ela descreveu da seguinte maneira:

De forma geral, os resultados mostram que o programa gera impactos desejáveis e estatisticamente significativos sobre a taxa de homicídios de forma diferenciada em cada uma das favelas. Seu impacto mais expressivo é na favela Morro das Pedras – chega a 45 homicídios por cem mil habitantes a menos em relação ao resto do município por semestre. Nas demais áreas em que o Fica Vivo foi implantado os impactos são mais modestos em alguns casos inexistentes. Entretanto, em algumas destas áreas tínhamos poucos semestres de funcionamento do Fica Vivo, podendo não ter dado tempo suficiente para este mostrar seus resultados (PEIXOTO, 2008. p. 19).

5.2 Descrição do Programa Fica Vivo nas percepções das pesquisadoras

Dentre as inúmeras questões levantadas pelas pesquisadoras ao longo das investigações acadêmicas, uma, em especial, destacou-se: afinal, o que é o Fica Vivo?

Como explicita Andrea Silveira, a pergunta se faz necessária, vez que não há, de acordo com a pesquisadora, uma definição clara, consistente e precisa nos documentos, mesmo os oficiais,

que possibilite identificar, de pronto, o que seja o programa. Compete-nos, então, em boa medida, resgatar, nesta pesquisa, o que as pesquisadoras compreenderam ser o Programa Fica Vivo, a partir de suas leituras e ressignificações, as quais acabam por construir um retrato do que de fato encontraram em seus objetos de estudo.

Em função da enormidade de informações que transitam no interior do programa, selecionamos algumas categorias que no conjunto permitem identificar o que foi apreendido pelas pesquisadoras, em termos de marco teórico referencial, objetivos traçados, ações e estratégias estabelecidas, atores envolvidos, público alvo, espaços de socialização, estrutura requerida e outros fatores determinantes, que descrevam bem o desenho dessa proposta de intervenção.

No quadro a seguir estão mapeadas e organizadas as informações extraídas das teses em estudo, que podem sintetizar a leitura elaborada pelas pesquisadoras em relação ao Programa Fica Vivo.

QUADRO 3
Descrição do Programa Fica Vivo nas percepções das pesquisadoras

Categorias	Andrea Silveira (2007)	Betania Peixoto (2008)	Apontamentos
Fica Vivo - Iniciativa	CRISP	CRISP 2002 e Estado 2003	Agosto de 2002/articulação para eleições no Estado de Minas Gerais
Fica Vivo - Teoria	Comunidades desorganizadas têm dificuldades de exercer controle social informal e supervisão sobre seus jovens de forma a evitar que os mesmos se envolvam em ações de desordem e crime. A incapacidade dessa comunidade em se organizar e mobilizar recursos externos a ela dificulta a provisão de serviços públicos essenciais de qualidade, incluindo segurança.	Teorias de desorganização social e atividades rotineiras tendo desenho inspirado em experiências internacionais bem sucedidas, principalmente no “Ceasefire” implementado em Boston.	Ações capazes de fazer com que a comunidade retome o controle social sobre seus jovens. A relação entre o agressor, a vítima e as situações que favorecem o ato criminoso, redes de proteção social, diferentes perspectivas da ideia de prevenção.
Fica Vivo – Objetivo	Resgatar e impedir o ingresso de jovens nas gangues.	Alterar as condições sociais e institucionais que podem influenciar a atividade criminosa, por meio do fortalecimento da comunidade.	Empoderamento da comunidade de forma que essa consiga mobilizar recurso externo para aplicar em seu meio, com vistas à proteger adolescentes e jovens da cooptação do mundo do crime
Fica Vivo- Estratégias	Implementar ações de proteção social. Prover ações policiais de natureza repressiva e preventiva. Favorecer a mobilização e organização da comunidade em torno de seus para aumentar a coesão social.	Atuação policial repressiva e preventiva; Mobilização comunitária para a comunidade se autocontrolar; Individual, desenvolvendo estratégias de conscientização através de campanhas educativas.	Articular ações de contenção e de proteção social.

Fica Vivo – Atores das ações	Foi criado um grupo de trabalho em março de 2002, composto por técnicos do CRISP, técnicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (das áreas de educação, saúde, direitos humanos e assistência social), Ministério Público, Polícias, e Judiciário	PMMG, PCMG, MP, Judiciário Técnicos da Prefeitura, Oficineiros.	Além do GEPAR da PMMG e as oficinas o que mais foi oferecido pelos atores das ações?
Fica-vivo – Foco da ação	Adolescentes e jovens envolvidos com criminalidade, alguns, inclusive, do Programa Liberdade Assistida.	Adolescentes e jovens envolvidos com criminalidade, alguns, inclusive, do Programa Liberdade Assistida.	No capítulo da avaliação do impacto do Programa Fica Vivo os dados sobre o óbito de crianças e adolescentes vítimas de crimes de homicídios não aparecem. Já a participação do Programa de Liberdade Assistida se deu através do encaminhamento pela Justiça de jovens da comunidade cumprindo medidas socioeducativas àquele programa, onde recebiam assistência psicológica e social e eram integrados às oficinas de Comunicação do Fica Vivo, por meio da qual faziam a cobertura dos eventos na comunidade e produziam inserções para a programação da Rádio Comunitária local.
Fica Vivo – Coordenação e articulação das ações sociais.	Haveria um modelo de intervenção com duas frentes: uma de repressão e prevenção ao crime a ser implementada pela Polícia e demais agências da área de justiça criminal e outra de mobilização comunitária e proteção social. O grupo de Intervenção Estratégica foi composto pelas Polícias – Militar, Civil e Federal, Ministério Público e Judiciário (Magistrados da Infância e Juventude, Tribunal do Júri, Varas Criminais de Tóxicos, de Execução Penal e de Combate ao Crime Organizado) e pela Secretaria de Estado de Defesa Social. O grupo de Proteção Social e Mobilização Comunitária estaria sob coordenação Técnica da Secretaria de Cidadania da PBH e a segunda sob a coordenação do Ministério Público.	Grupo de mobilização comunitária: formado por representantes das agências públicas estaduais e municipais, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, organizações não governamentais – ONGs, e organizações privadas.	Que recursos o programa tem dirigido para fortalecer a rede de proteção social? Que papel o setor privado tem desempenhado nessa área?
Fica Vivo – Ações desenvolvidas: comunicação e mobilização social.	Ações de comunicação, proteção social e justiça criminal para combater o tráfico de armas, prender homicidas e ofensores contumazes.	Visam colocar o problema da violência em pauta na comunidade, divulgando o programa, orientando os jovens e fomentando um consenso da necessidade de uma “cultura de paz”.	Apenas 60% da comunidade do Morro das Pedras conhecia o Programa Fica Vivo, ou seja, 40% não sabia do programa- uma porcentagem considerável quando se pensa que a estratégia da prevenção passa também pelo acesso à informações pela comunidade. A autora identifica, inclusive, que a melhor alternativa para se promover essa ação seria a utilização de carro de som no interior da comunidade.

Fica Vivo – Ações desenvolvidas: Suporte social (oficinas)	Enfrentam no interior do programa o dilema de constituir-se enquanto espaço de transmissão de conhecimentos sobre habilidades específicas ou de constituírem espaço para uma atuação de natureza tutorial do oficineiro sobre o jovem, provendo supervisão, afeto, aconselhamento e monitoramento para além do espaço das oficinas.	Promovem projetos de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e treinamento profissional visando contribuir de forma preventiva ao controle da criminalidade. Estes projetos são chamados de “oficinas”.	Busca aproximar os meninos participantes das oficinas das boas regras da comunidade por intermédio dos oficineiros. São espaços de transmissão de valores. Em boa medida cumprem a função que deveria ser da escola.
Fica Vivo – Ações desenvolvidas: constituição de redes.	A capacidade de a comunidade gerenciar as situações de risco para violência e criminalidade baseada em um modelo de redes sociais com vários níveis de relação dentro e fora da comunidade, permitindo à mesma mobilizar os recursos necessários para tal.	As ações de constituição das redes de proteção buscam formar redes de apoio com parceiros, em que os indivíduos em situação de risco possam, espontaneamente, buscar ajuda ou serem encaminhados por outrem.	Quantas instituições ou entidades atendiam ou ofereciam serviços nas localidades em que o programa foi implantado? Houve uma articulação dessas forças? As comunidades que carecem dessas redes de relações seriam vítimas de “desinvestimentos”, o que aumenta o risco de crescimento do crime.
Fica Vivo – Ideia central.	O foco não é o indivíduo mas a população, é promover o máximo de benefício ao maior número de pessoas.	Fornecer apoio público e privado nas atividades de assistência aos usuários de drogas, vítimas de violência doméstica, testemunhas de crimes, ex-membros de gangues sob ameaça de morte, dentre outros.	Mudança de paradigmas da segurança pública: essa não apenas uma responsabilidade da polícia, mas da sociedade como um todo.
Núcleo Fica Vivo	Núcleo permitiu a ampliação do número de profissionais e uma referência física do programa dentro da comunidade.	Espaço físico dentro do aglomerado para abrigar membros do programa, oficinas e acolher seus usuários.	Que estrutura estava disponível? Eram dentro ou fora do aglomerado? Quem procura o núcleo? Qual o seu perfil? No caso do Morro das Pedras a autora identificou que o Núcleo funcionava em instalação localizada em uma das extremidades da comunidade, o que inviabilizava o acesso a de parcela das pessoas do próprio Morro das Pedras.

Fontes: SILVEIRA, Andrea Maria. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
 PEIXOTO, Betânia. *Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

De partida, constata-se que as autoras identificam o Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais como o propulsor da iniciativa, ao conceber estratégias que viabilizavam a redução dos crimes de homicídios, inicialmente no município de Belo Horizonte.

De igual maneira, apontam as pesquisadoras que o referencial teórico que orienta as ações e intervenções do programa está consubstanciado na teoria da desorganização social e, portanto, a retomada do controle pela comunidade das condicionantes que favorecem o cometimento do crime, em especial o homicídio, passa a ser a tônica da proposta.

Quanto aos objetivos do programa, uma das autoras aponta que o fundamental é o resgate e o impedimento do ingresso de jovens nas gangues (SILVEIRA, 2007). Já Peixoto (2008) declara que o essencial é alterar as condições sociais e institucionais que podem influenciar a atividade criminosa, por meio do fortalecimento da comunidade. Assim, as referidas pesquisadoras admitem percepções diferenciadas sobre o que de fato estima-se como resultado final do Programa Fica Vivo.

As questões das estratégias centrais para a implantação do programa nas áreas escolhidas estão bem definidas. De um lado, as autoras em apreço identificam no programa ênfase nas ações de natureza policial, nas suas dimensões repressiva e preventiva. De outro, elas destacam as ações que ensejam mobilização comunitária enquanto pressuposto para o provimento da proteção social. Como consta no quadro síntese, uma das pesquisadoras identificou no programa, como estratégia, *o foco no individual, para o desenvolvimento de estratégias de conscientização através de campanhas educativas* (SILVEIRA, 2007), o que não foi destacado pela outra pesquisadora (PEIXOTO, 2008).

Constata-se, também, que não há dúvidas para as autoras quando se trata de identificar os atores responsáveis pela realização das atividades estabelecidas pela coordenação geral do programa, como está bem explicitado no corpo das teses, ao se referenciar, no campo das intervenções estratégicas, o grupo formado pelo Ministério Público, pela Polícia Civil, Polícia Militar e Poder Judiciário, distinguindo-se, no campo da proteção social, o envolvimento dos Técnicos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dos Oficineiros.

Os adolescentes e jovens, antes participantes de gangues ou algum outro tipo de envolvimento com a criminalidade, especialmente os oriundos do Programa Liberdade Assistida, são considerados, tanto para Andrea Silveira quanto para Betânia Peixoto, como público-alvo do Programa Fica Vivo. Dito de outra forma, para elas, é em torno desses indivíduos que se articula uma rede de proteção no âmbito da comunidade, para que não venham a se inserir, novamente, no universo do crime, representado, principalmente, pelo tráfico de drogas. Tendo em vista a pertinência com a questão cerne da discussão, mais adiante mostrar-se-á como os adolescentes que hoje cumprem medidas socioeducativas vêm se distribuindo nos atos da criminalidade.

O exercício da coordenação e articulação dos trabalhos na comunidade está bem definido para a pesquisadora Andrea Silveira, ao identificar, na leitura que fez do Programa Fica Vivo, que tal papel estaria a cargo do Ministério Público, à frente dos atores responsáveis pelos aspectos de prevenção e repressão ao crime, e do papel da Secretaria de Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, na coordenação técnica da frente associada à proteção social e atividades de mobilização comunitária. Essas definições não aparecem tão explicitamente na descrição que a pesquisadora Betânia Peixoto faz do programa, indicando, talvez, o fato de os próprios papéis – no caso o da coordenação e articulação – não estarem bem definidos, ou a falta de consenso entre os participantes, acerca quem teria competência para o exercício de cada atividade.

No campo das ações desenvolvidas, que engloba as atividades relacionadas à comunicação e mobilização comunitária, suporte social (oficinas) e constituição de redes, ambas as pesquisadoras identificaram a necessidade de prover conhecimento, informação e espaços onde se possam transmitir valores em torno da cultura da paz, apontando nessa categoria analítica, dilemas referentes às oficinas, consideradas carro chefe das ações de proteção social:

de constituir-se enquanto espaço de transmissão de conhecimentos sobre habilidades específicas ou de constituírem espaço para uma atuação de natureza tutorial do oficineiro sobre o jovem, provendo supervisão, afeto, aconselhamento e monitoramento para além do espaço das oficinas (SILVEIRA, 2007, p. 4).

Por fim, ambas descrevem os Núcleos Fica Vivo como o espaço onde acontece e se consolidam as ações e intervenções do programa no campo da proteção social, tornando esse *locus* um ponto de referência para a comunidade atendida, embora, em alguns casos, apresentem-se pouco estruturados e localizados nas extremidades da comunidade, dificultando o acesso para determinada parcela dos moradores aos bens e serviços ali disponibilizados.

5.3 Resultados e constatações

Passamos nesta etapa da pesquisa a enfatizar o que as autoras das teses identificaram como resultados do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo, gerido pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Nesse sentido, o Quadro 4, abaixo.

QUADRO 4
Resultados e constatações sobre o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo, Belo Horizonte-MG, evidenciados nas teses de Andrea Silveira e Betânia Peixoto

Categorias	Andrea Silveira (2007)	Betânia Peixoto (2008)	Apontamentos
Resultados	A pesquisa verificou redução importante e sustentada dos homicídios no Aglomerado do Morro das Pedras ao longo do período estudado, redução essa que pode ser atribuída aos efeitos específicos do programa. A replicação do programa em cenários que compartilhem variáveis contextuais semelhantes às da experiência original apresenta boas probabilidades de redução da incidência de homicídios.	Fica Vivo gera impactos sobre a taxa de homicídio de forma diferenciada em cada uma das favelas.	Não considerou a capacidade de mobilização das comunidades – ver descrição dos aglomerados. Não mencionou os demais atores MP, PCMG, Juizado, prefeitura. Como estavam articulados? Havia reuniões? Ajustes? Um representante para atuar junto à comunidade? Participavam das reuniões? Como a comunidade participava? Não menciona se as forças locais, como, por exemplo, líderes religiosos, comerciantes, direção de escolas, presidente de time de futebol se envolveram ou foram envolvidos? Não analisa quantas, quais, que conteúdo e que pessoas foram alcançadas com a realização de campanhas preventivas sobre a violência. Não analisa como foi e em que medida se deu a participação do setor privado no programa.
Constatação I	Percepção da comunidade de melhoria da qualidade de vida local.	Maior impacto no projeto piloto	Por que no projeto piloto? O que contribuiu?
Constatação II	Redução dos tiroteios, assaltos/roubos a coletivos.	Demais áreas os impactos são mais modestos.	Por que? Rede inexistente ou frouxamente articulada? Interferência do Estado? Quais as diferenças em relação ao projeto piloto? O que determinou resultados menos expressivos?
Constatação III	Redução da violência nas escolas.	Alguns casos a redução das taxas de homicídios não são estatisticamente significantes.	Será que o programa por si só conseguiu reduzir a violência nas escolas? Será que a própria escola não programou ações que reduziram a incidência de fenômenos de violência na escola?
Constatação IV	Redução das restrições ao livre trânsito pela comunidade.	Reconhecimento de áreas que precisavam ser desobstruídas dentro das comunidades, melhoramento das vias de acesso	Tomada de consciência de que o território estava sendo ameaçado por grupos criminosos, retomada do estado em suas funções vitais.
Constatação V	Redução de eventos violentos	Redução desigual dos homicídios em áreas diferentes.	Percepção de que existem fatores externos que interferem nos resultados.
Constatação VI	Melhoria da imagem da comunidade.	Segurança à noite e da presença de policial na sua vizinhança; da	Baseada na diminuição dos noticiários negativos apresentados

		qualidade do trabalho dos policiais e dos serviços públicos.	pela imprensa.
Constatação VII	Aumento de eventos recreativos e festivos organizados pela comunidade.	Indicadores de satisfação da população em aspectos do programa que afeta a infraestrutura da comunidade.	O aumento dos eventos recreativos e festivos não constitui indicadores de retomada do espaço e do controle social da comunidade?
Constatação VIII	O programa apresentou resultados modestos no que diz respeito ao aumento da capacidade de organização e mobilização local para interferir em questões de desordem e crime.	Fatores intervenientes que afetam o resultado e dificultam identificar se o programa por si só mudou a realidade.	Será que está associada à questão da capacidade de mobilizar para receber investimentos, sobretudo, financeiro? Pois a pesquisa indica inclusive que houve um aumento de eventos recreativos e festivos organizados pela comunidade.
Constatação IX	As ações de natureza policial são importantes para a redução dos homicídios, principalmente no curto prazo.	A presença da polícia e dos procedimentos de segurança ajudam a conter o avanço das ações criminosas.	Como fica a atuação da Polícia após a participação inicial e quais os impactos com a sua presença no programa? Há o indicativo de que ela tem sido um ponto de dissenso no programa.
Constatação X	Necessidade de aprimorar o desempenho policial de forma a reduzir a violência de sua abordagem e favorecer a colaboração e participação da comunidade nas ações de prevenção.	Falta preparação ao policial para lidar com a nova configuração produzida pelo Fica Vivo.	Seria somente o aprimoramento do desempenho policial que favorecia a colaboração e participação da comunidade nas ações de prevenção?
Constatação XI	As oficinas para jovens, carro chefe das ações de proteção social, mostraram-se bem aceitas pela comunidade	Redes de proteção ainda que frágeis aparecem como possível estratégia para conscientizar a população local de seu papel na facilitação do ato criminoso.	Quais são os adolescentes e jovens atendidos nas oficinas? Todas necessitam da cobertura do programa?

Fontes: SILVEIRA, A. M. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
 PEIXOTO, Betânia. *Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

No quadro 4, pode-se observar concordâncias entre as autoras. Um consenso que podemos evidenciar nas duas avaliações é que o Programa Fica Vivo reduziu o número de homicídios no Morro das Pedras.

Também no que diz respeito à gradação dos impactos do programa, nas diferentes áreas de implementação, evidenciamos similaridades nas duas pesquisas. Peixoto (2008) afirma não ser o mesmo homogeneo nas favelas analisadas, uma vez que a redução da taxa de homicídios não é igual em todas as áreas tratadas. Ressalta que o Morro das Pedras, área piloto de implantação, é o local onde o impacto do Fica Vivo se apresenta mais efetivo. De acordo com a pesquisadora, o efeito do programa no Morro das Pedras é robusto, persiste ao longo do tempo, mas não se deu de maneira uniforme. Na primeira expansão, quando o programa foi implantado no Morro das Pedras, o impacto em termos de redução de homicídio é expressivo, tendo sido evitados cerca de 22 homicídios por cem mil habitantes por semestre em relação ao resto do município. Quando o Fica Vivo é expandido para mais locais este impacto diminui,

mas continua existindo em grande magnitude. No segundo e terceiro períodos de expansão são evitados em torno de 19 e 9 homicídios por cem mil habitantes por semestre, respectivamente. No último período de expansão, que ocorreu após sete semestres de implantação, o impacto aumenta e ultrapassa a magnitude inicial, são evitados cerca de 34 homicídios por cem mil habitantes por semestre em relação ao resto do município.

Quanto aos resultados apresentados por Silveira (2007) nesse sentido, embora a pesquisadora tenha se concentrado na avaliação do Programa Fica Vivo em relação ao Morro das Pedras, para chegar aos resultados dessa área, ela se utilizou de um modelo metodológico, como vimos anteriormente, que considerou, para comparação com os dados do Morro das Pedras, dados de favelas violentas que receberam o programa, de outras favelas que não receberam o Programa e de bairros.

Com base na análise desses dados a autora afirma que a comparação das médias permite verificar que embora a queda dos homicídios no Morro das Pedras tenha sido a mais acentuada, nas outras favelas violentas, a partir da implementação do programa nesses locais, no período entre dezembro de 2004 e julho de 2005, também houve queda nas médias de homicídios, ainda que nessas outras áreas, essa diminuição só tenha se dado a partir de maio de 2005. Nas outras favelas que não receberam o programa e nos bairros, não se verificou tendência de redução nos homicídios, tendo, ao contrário, ocorrido nesses últimos, aumento das médias.

No tocante à apresentação de hipóteses que objetivam explicar os bons resultados do Programa evidenciados no Morro das Pedras, a análise das duas avaliações indicam uma aparente divergência. Silveira (2007) afirma evidenciar entre moradores, lideranças, diretores de associações comunitárias e gestores locais do Morro das Pedras, pouco avanço organizativo e pouca disposição da comunidade para interferir nos problemas locais relacionados à desordem e ao crime. Além disso, segundo a pesquisadora, não foram evidenciados, a partir do advento do Fica Vivo, avanços no que concerne às associações de moradores, embora a implementação do Programa tenha injetado recursos na comunidade e trazido outros aportes cognitivos, por meio da presença e disponibilidade constante de técnicos e outros atores externos para ajudar na identificação de oportunidades e constituição de redes. Estas associações, conforme a pesquisadora, se mantiveram, de forma geral, com as

mesmas e acomodadas lideranças e com os já conhecidos problemas de sustentabilidade, falta de orientação estratégica e de capacidade de agregação e mobilização.

Nesse sentido, Peixoto (2008), por sua vez, afirma que o impacto do Fica Vivo aumenta com o tempo, ao contrário do que é verificado em outros trabalhos empíricos sobre avaliação de programas sociais. Para ela, o efeito tempo positivo por ser devido às particularidades do Fica Vivo, tendo em vista que o programa está voltado para a articulação e criação de uma rede de proteção social, que afasta o jovem da criminalidade, dando suporte e oferecendo alternativas de inserção social. Assim, como a formação e articulação dessa rede demoram um tempo para se consolidar, quanto mais tempo de implantação, melhores os resultados esperados.

Assim, quando essa rede já existe, mas está desarticulada, parte da função do programa é a sua articulação, entretanto, quando a rede é inexistente, o programa tem que mobilizar atores para a sua formação, demorando, dessa forma, mais tempo para iniciar o autocontrole social e, portanto, para se evidenciar o impacto em termos de redução dos homicídios. A pesquisadora atribui parte dos bons resultados evidenciados no Morro das Pedras ao maior tempo de implantação do Fica Vivo naquela área em relação às demais, em função de ali existir um maior número de aparelhos públicos locais, além de várias iniciativas privadas. Nesse sentido, os dados referentes ao Fica Vivo no Morro das Pedras implicariam num exemplo do efeito tempo positivo. Portanto, para Silveira (2007), o Morro das Pedras não apresenta uma rede social favorável, ao passo que para Peixoto, foi justamente uma possível maior qualidade da rede social evidenciada no Morro das Pedras, em relação às outras áreas, um dos fatores que contribui para a consecução dos melhores resultados ali percebidos.

Além das já mencionadas não foram observadas outras correspondências entre os resultados apresentados nas pesquisas realizadas por Silveira (2007) e Peixoto (2008), provavelmente pelo fato de que a primeira pesquisadora, ao se concentrar na área de intervenção piloto tivesse o intuito de analisar outros elementos decorrentes da implantação do Fica Vivo, que não especificamente a redução de homicídios, ao passo que Peixoto (2008), ao realizar a pesquisa em um número maior de localidades teve por objetivo analisar, especificamente, os impactos gerados pelo programa no tocante ao número de homicídios e como isso se deu em cada uma das áreas pesquisadas. Entretanto, ambas as pesquisas apresentam, a partir das

peculiaridades de seus objetivos, resultados extremamente relevantes para a percepção do Programa Fica Vivo.

Assim, podemos evidenciar que os resultados do Programa Fica Vivo apresentados nas pesquisas analisadas vão ao encontro do que discutimos ao longo deste trabalho, onde também constatamos que embora uma política pública dessa natureza, necessite caminhar pela ideia de formação de redes, parece ser a construção dessa articulação o grande desafio do programa.

5.4 Outras Considerações

Tentamos nesta fase da pesquisa identificar pontos que não foram trabalhados pelas autoras cujas teses foram analisadas, mas que podem, eventualmente, contribuir para a compreensão desse mosaico, como é propósito desta investigação.

QUADRO 5
Considerações

Categorias	Andrea Silveira (2007)	Betânia Peixoto (2008)	Apontamentos
Contexto político	Início do 2º mandato do Governo Aécio Neves 2007-2010.	Início do 2º mandato do Governo Aécio Neves 2007-2010.	O programa reflete um dos aspectos das ações estruturantes da política de segurança pública do Estado de Minas Gerais.
Escola	Líderes comunitários, gestores e oficineiros mostram que depois do programa houve redução da violência na escola.	Escola é uma instituição que ainda não mostrou tudo o que pode fazer nesse programa.	Faliu no processo de manter o controle das crianças e dos adolescentes. A redução da violência em meio escolar pode estar sendo promovida por outros programas que adentraram o sistema de ensino: PROERD, Bolsa Família, Escola Aberta, etc.
Trabalho/formação	O insucesso dos programas pode ser motivado pela falta de recurso para formação continuada dos agentes envolvidos em todo processo.	A heterogeneidade do impacto do programa entre as áreas também pode advir da diferença na gestão local. Existem diferenças na formação, vocação e habilidade individual dos atores participantes das equipes técnicas do Fica Vivo em cada área.	O programa tem se preocupado com a formação dos atores para atuar de forma qualificada nas ações com vistas à reduzir o homicídio, com a mobilização da comunidade?
Organização das Associações	Frágil e sem estrutura e baixa organização.	Fortalecer as organizações para que essas sejam as protagonistas das mudanças esperadas.	A baixa capacidade de organização das associações impede, provavelmente, investimentos externos à comunidade.
Oficinas	Instrumentos que ajudam na construção de redes de proteção.	São ações de suporte social que promovem projetos de educação, lazer, saúde, esporte e formação profissional, visando a contribuir de forma preventiva para o controle da criminalidade.	São espaços de transmissão de valores. Em boa medida cumprem a função que deveria ser da escola.

Oficineiros	Fazem o papel de mediadores entre as propostas do programa e os adolescentes/jovens participantes da comunidade.	Membros da comunidade, indivíduos próximos aos adolescentes, alguém que tenha legitimidade junto aos participantes do programa.	De fato esses oficinairos sustentam a expectativa de não serem apenas professores de uma arte ou ofício, mas tutores ou mentores para os jovens, provendo orientação, afeto e identificando situações de risco que possam exigir encaminhamento para outros programas ou projetos, mediando conflito dentro e fora das oficinas.
O Programa Fica Vivo	O Fica Vivo, por meio de ações que aumentam o controle social formal, que favorecem o controle social informal e o apoderamento da sociedade, oferece suporte social e supervisão aos jovens, e mobiliza recursos externos à comunidade, com o objetivo de reduzir a ocorrência de homicídio.	O Fica Vivo se situa entre os programas de prevenção da criminalidade de maior retorno para a sociedade.	Como o modelo se consolidou em torno do pacote oficinas-GEPAR, a flexibilidade para introduzir outras ações se mostrou reduzida, o interesse em participar do Fórum também se reduziu. Algumas lideranças queixaram-se ainda de não poderem introduzir novas ações, de não haver representação da comunidade na Coordenação Geral que se reúne mensalmente, e de não terem acesso à prestação de contas dos recursos utilizados no programa.

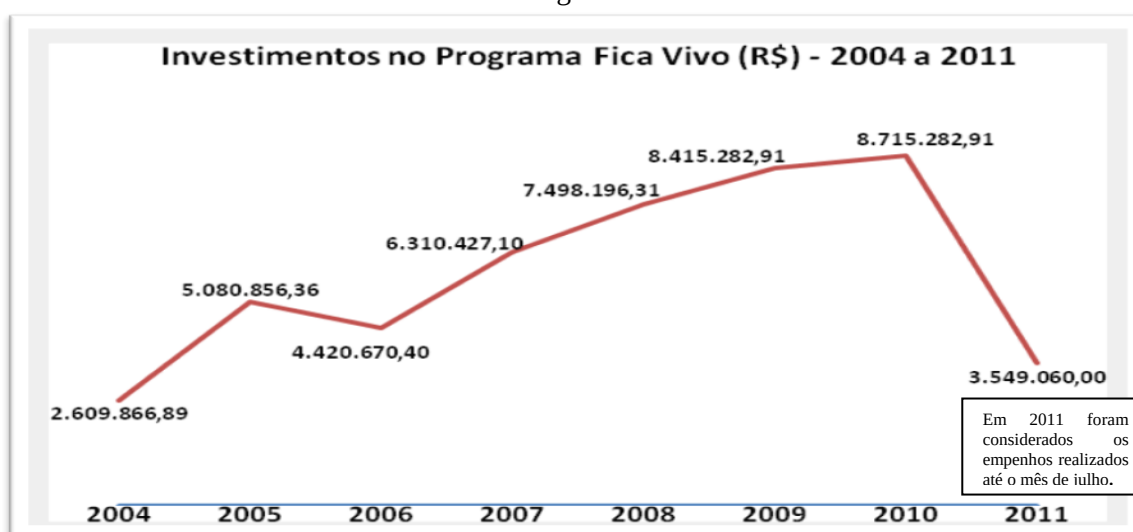
Fontes: SILVEIRA, A. M. *Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PEIXOTO, Betânia. *Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

Como dito anteriormente, o programa emerge em um contexto político em transformação. Ao ler as avaliações produzidas por Peixoto e Silveira verifica-se que o Fica Vivo, ao ser incorporado pelo Estado, se transforma em uma das ações estruturantes da política de segurança pública de Minas Gerais. Seu incremento pode ser visto no orçamento que foi lhe foi até agora destinado.

GRÁFICO 3

Investimentos no Programa Fica Vivo – 2004-2011



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento/ Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças/SEDS, 2011.

O investimento do Estado no Programa Fica Vivo é evidente. Entre 2004 e 2005, ele dobra de valor. Tem uma queda em 2006, mas volta a crescer, vigorosamente, a partir de 2007. Vale ressaltar que o decréscimo evidenciado nos investimentos referentes ao ano de 2011, conforme o gráfico apresentado, é decorrente do fato de que, em razão do limite de prazo para a conclusão desta pesquisa, foram considerados apenas os empenhos realizados até julho de 2011.

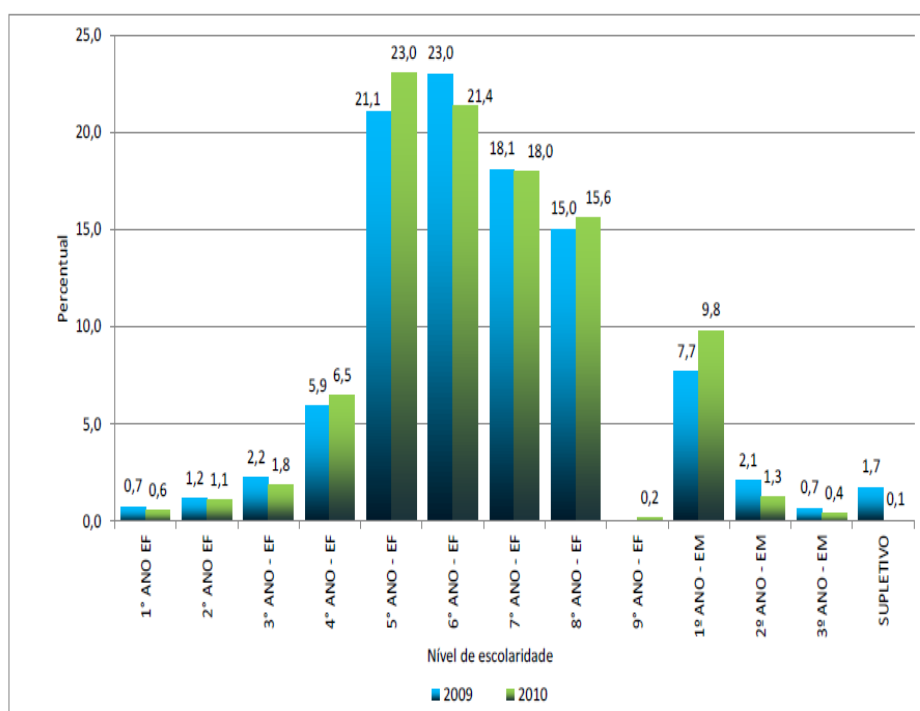
Pode-se inferir, a partir desses dados, que o programa se mantém sustentável desde sua institucionalização, ocorrida em 2003, quando naquela ocasião, conforme mencionado, foram destinados ao programa, pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, aproximadamente 5 milhões de reais.

Um dos aspectos relevantes, que não foi diretamente tratado na avaliação, mas que aparece indiretamente, sobretudo, na fala dos atores que foram entrevistados pelas pesquisadoras supracitadas, é o papel da escola. Há uma percepção dos agentes que atuam em campo de que a violência nas escolas que estão nas áreas do Fica Vivo apresentou uma queda a partir da intervenção do programa. Entretanto, não houve comprovações categóricas se esse efeito foi decorrência específica do Programa Fica Vivo, da intervenção de outros programas destinados ao espaço e à comunidade escolar ou de iniciativas internas das próprias escolas.

Nesse contexto da escola, aspecto tão relevante para este trabalho, vale ressaltar a questão da escolaridade dos jovens que de alguma maneira fazem parte do público alvo do Fica Vivo, adolescentes e jovens que já cumprem medidas socioeducativas, dentre eles os que estão na Liberdade Assistida. Embora não tenha sido possível desagregar os dados da escolaridade desses adolescentes, entende-se importante apresentar como essa população está distribuída em termos de escolaridade.

GRÁFICO 4

Distribuição dos adolescentes entrevistados por nível de escolaridade, Belo Horizonte, 2010



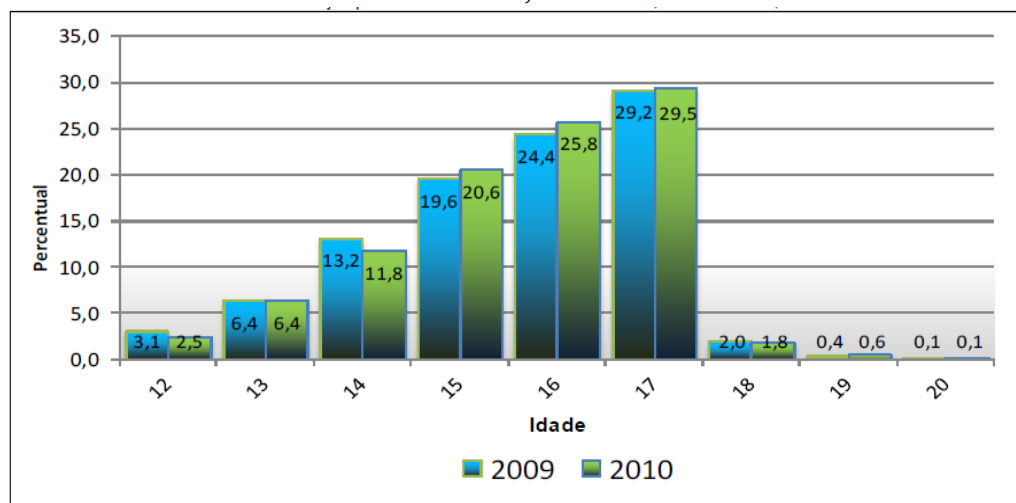
Fonte: GME/SUASE/SEDS. Elaboração: DIP/SUASE/SEDS.

Os dados acima se referem ao levantamento feito, entre 2009 e 2010, em Belo Horizonte, com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Em termos de distribuição de anos de estudos há uma forte concentração de adolescentes entre o 5º e 8º anos. Mais de 60% do total de adolescentes. E há ainda um percentual de adolescentes em conflito com a lei que cursam ou cursaram o ensino médio. Esses jovens já tiveram ou têm passagem pela escola. Isso nos faz retornar aos estudos anteriormente apresentados sobre a relação da escola com os adolescentes em medidas socioeducativas. Bem ou mal, eles têm passagem pela escola, resta saber o que ela tem feito por eles.

Esse dado reforça a ideia de que é preciso incentivar mais estudos sobre a relação das escolas com as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Nas avaliações ora analisadas sobre o Fica Vivo, não se evidenciou uma discussão mais intensa sobre o papel da escola, embora haja registros de que docentes e educadores participaram quando da implantação do programa, participação essa que não nos oferece subsídios para afirmar ou negar qualquer alteração nas representações que as escolas fazem dos adolescentes em medidas socioeducativas.

Todas as vezes que se analisam dados de escolaridade, a questão da idade dos adolescentes se torna um indicador importante para se medir decalagem entre idade e série. Esse é um indicador, como se já demonstrado neste trabalho, de desigualdades entre adolescentes de diferentes camadas sociais. Essa decalagem indica que há problemas no desempenho escolar, na frequência escolar e assim por diante. Nesta pesquisa é relevante indicar em que faixa etária tem se concentrado o maior número de adolescentes em conflito com a lei. O Gráfico 5, abaixo, apresenta um panorama dessa situação, entre 2009 e 2010.

GRÁFICO 5
Distribuição percentual das idades dos adolescentes em medida socioeducativa, Belo Horizonte, 2009-2010



Fonte: GME/SUASE-SEDS; SEPI/TJMG, DOPCAD-PCMG, 2009-2010.

Pode-se verificar que a concentração se dá entre adolescentes de 14 a 17 anos, juntos somam mais de 80% da população que vem cumprindo medidas socioeducativas em Belo Horizonte. Há pouca diferença entre 2009 e 2010, o que significa dizer que ainda precisa se avançar muito no que tange às redes de proteção para esses adolescentes.

Retornando a um dos motes do Fica Vivo, esses adolescentes encontram-se dentre aqueles em relação aos quais a comunidade desorganizada não conseguiu exercer controle social. São esses os adolescentes mais vulneráveis à cooptação da violência e do crime. Somando-se a isso, o fato de que eles têm passagens pela escola, como visto no gráfico 4, fica evidente que também ela, a escola, falha na dimensão da proteção social.

Alguns dos pontos nefrágicos do programa, assinalados pelas duas pesquisadoras nas suas avaliações, dizem respeito à formação, ainda carente de aprimoramento, em relação aos agentes que atuam no Fica Vivo, especialmente os oficineiros, e, também, no tocante ao baixo potencial das organizações sociais para dar suporte ao programa. Cabem, então, algumas reflexões nesse sentido: há investimentos do Estado na capacitação dos profissionais que atuam no Programa e, em havendo recursos financeiros para tal finalidade, como estão sendo empregados? A opção por selecionar oficineiros próximos desses adolescentes, de preferência da própria comunidade, tem de fato se constituído num auxílio ou, ao contrário, é prejudicial à execução do programa?

Como dito anteriormente, o Fica Vivo difunde novos paradigmas. Por vezes, ao lembrar que ele se espelha em modelos já desenvolvidos em sociedades como a norte-americana, esquece-se que naquela realidade, em especial, há um grande investimento da filantropia que envolve recursos da iniciativa privada nessas ações. A crítica que surge nas duas avaliações sobre as quais esta dissertação se baseou apontam para a fragilidade das organizações comunitárias para captação de recursos externos, objetivando investi-los na própria comunidade, com vistas a reduzir o homicídio entre os jovens. Entretanto, se esquece que essa captação faz parte de um longo aprendizado decorrente do processo histórico experimentado, por exemplo, pela sociedade norte-americana, na qual já está introjetado o entendimento de que captar recursos tem implicações relacionadas tanto ao captador quanto ao doador.

Outro ponto que parece essencial na avaliação das pesquisadoras é a proliferação de oficinas. Essas, embora não tenham sido foco exclusivo de suas pesquisas, aparecem como um componente importante para criação da rede de proteção. Acompanhando o quadro de evolução dessas células, apreende-se que elas conferem um novo significado ao Fica Vivo.

TABELA 2
Evolução do Programa Fica Vivo – 2004-2011

Ano	Número de Centros	Número de Técnicos	Oficinas	Jovens atendidos
2004	05	10	100	2.214
2005	10	20	210	4.814
2006	19	38	456	11.645
2007	21	51	548	13.293
2008	24	56	649	15.124
2009	27	59	648	14.469
2010	27	59	640	14.446
2011	27	59	639	13.594

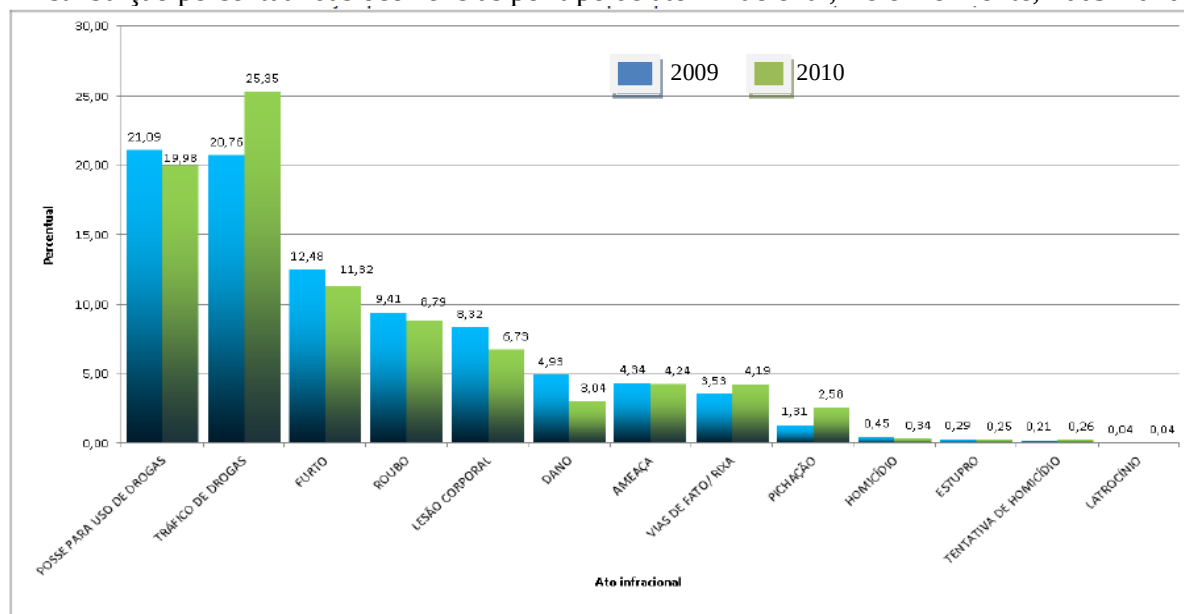
Fonte: Núcleo de Promoção Social da Juventude/CEPC

É impressionante o crescimento do contingente de jovens atendidos nesses aproximadamente oito anos de programa. Observando-se os números acima, percebe-se que o Fica Vivo teve grande expansão desde a sua origem. Mais de quatorze mil adolescentes estão envolvidos nesse processo. Sem dúvida isso requer, no futuro, uma pesquisa orientada no sentido de se conhecer o perfil dos adolescentes e jovens que atualmente compõe o programa, tendo em vista que certamente não estamos falando mais de um programa voltado apenas a adolescentes envolvidos com criminalidade ou os da Liberdade Assistida, mas sim de um programa com novos pressupostos, destinatários e profissionais absorvidos pela expansão mencionada.

Para finalizar essas interpretações das avaliações do Fica Vivo, retoma-se o seu ponto central: a redução de homicídio. Ao apresentarem o Fica Vivo, Silveira e Peixoto reforçam, como dito anteriormente, o lema que o inspirou: a desorganização da comunidade que a torna incapaz de exercer o controle social sobre os adolescentes e os jovens. A ausência desse controle em territórios dominados pelo crime organizado, especialmente pelo tráfico de drogas, acaba sendo um dos fatores de risco que afeta diretamente essa população juvenil. O uso de arma de fogo associado ao tráfico é o que está na base dos homicídios, segundo os formuladores do programa. Assim, avaliar como impacto do programa a redução do homicídio é muito relevante, entretanto, é necessário um olhar mais vasto, que possa alcançar outros elementos, nem sempre tão evidentes, mas nem por isso de menor importância na complexidade relacionada aos fenômenos sociais.

Tendo em vista o acesso aos diversos documentos que viabilizaram esta pesquisa, chamou-nos especial atenção os dados recentes que demonstram a distribuição de adolescentes em medidas socioeducativas e os delitos por eles cometidos, conforme o Gráfico 6, a seguir:

GRÁFICO 6
Distribuição percentual das ocorrências por tipo de ato infracional, Belo Horizonte, 2009-2010



Fonte: GME/SUASE-SEDS; SEPI/TJMG, DOPCAD-PCMG, 2009-2010. Elaboração: DIP/SUASE-SEDS

Nos dados coletados entre 2009 e 2010, sobre atos infracionais cometidos por adolescentes em conflito com a lei, os homicídios por eles praticados vêm diminuindo. Infelizmente não foi possível desagregar esses dados para se observar o percentual de homicídios nas áreas do Fica Vivo, eles se referem aos atos cometidos por adolescentes em Belo Horizonte, não havendo distribuição por áreas específicas. Por outro lado, o mesmo gráfico indica que a posse e o tráfico de drogas praticados por adolescentes são os delitos com maiores indicadores. No caso do tráfico, que já se encontrava num patamar preocupante, aumentou de 2009 para 2010 em quase 6%. O furto e o roubo formam, depois do tráfico, os outros delitos mais praticados. Assim, uma questão que podemos levantar é a necessidade de se repensar a relação tradicionalmente estabelecida entre homicídio e tráfico de drogas. Não se pretende questionar aqui, as possíveis conexões entre esse dois atos, mas fica patente que ela não se dá na mesma proporção. Assim, o que as pesquisas futuras precisam ajudar a compreender é como os programas de proteção podem fazer frente ao tráfico de drogas. O que quer dizer esse aumento de atos implicando diretamente os adolescentes? Como essa atividade está associada

ao crime organizado e a formação de gangues? Esses, talvez, possam ser novos focos das ações, que deverão considerar, efetivamente, os processos interativos entre os jovens, a família, a escola, as instâncias religiosas, os projetos sociais, conforme o conceito de rede defendido por Elias (1994).

CONCLUSÕES

Na fase preambular de uma conclusão faz-se necessário mencionarmos, brevemente, o arranjo político que propiciou a institucionalização e expansão de um programa com a natureza do Fica Vivo, que já havia se mostrado promissor na sua intervenção inicial em 2002, razão pela qual foi, em 2003, institucionalizado pelo Estado de Minas Gerais, conforme aqui estudado.

O ano de 2003 promove uma virada política no desenho executivo e bases ideológicas da segurança pública no Estado de Minas Gerais. Inaugura-se, a partir dali, uma política pública voltada para a definição de estratégias sistêmicas para o desempenho das organizações governamentais e não governamentais, com responsabilidade na construção e implementação de instrumentos eficazes na prevenção e repressão à violência e à criminalidade (BARRETO JÚNIOR; ROCHA, 2010).

É, então, criada a Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS¹⁷ e surgem Leis Delegadas, publicadas em janeiro de 2003, as quais reafirmam a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Defensoria Pública como órgãos autônomos da administração direta que devem trabalhar tecnicamente alinhados, inovando-se ao tratar a Secretaria de Estado da Defesa Social como articuladora e responsável por estabelecer mecanismos de integração operacional entre esses entes públicos e a sociedade civil.

Ressalte-se, portanto, que além da articulação entre os órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social, o novo arranjo institucional objetivou, ainda, a aproximação com o Poder Judiciário, Ministério Público e, repita-se, com a sociedade civil, tendo em vista a já reconhecida importância da coparticipação de todos esses entes na construção, desenvolvimento e implementação de ações referentes à segurança pública. É preciso observar que esse poder de articulação traduzia, na edição dessa nova política, uma renúncia à ideia conservadora de que o crime viesse a ser enfrentado unicamente pelo aparato repressivo, o que deveria pressupor uma capacidade do poder público em instrumentalizar a organização popular com a força de investimentos na própria capacidade autopoiética, como também na

¹⁷ Ver SAPORI, 2007.

formação de infraestrutura capaz de dotar suas entidades representativas com real força de intervenção proativa junto aos entes estatais.

Nesse sentido, dentro do novo arranjo institucional da segurança Pública em Minas Gerais, a partir de 2003, houve a inserção, na estrutura da SEDS, de uma unidade organizacional exclusivamente destinada à execução de projetos de prevenção social do crime e violência, a então denominada Superintendência de Prevenção Social da Criminalidade – SPEC, responsável pela execução direta dos programas de prevenção, inclusive, do Fica Vivo. Observou-se que esta superintendência tinha competências muito claramente vocacionadas para atuar em diálogo permanente com as forças externas ao aparelho policial-penal como um todo. Em outras palavras, essa superintendência pode ser interpretada, em sua base constitutiva, como uma porta de entrada para os movimentos sociais e para as ações coletivas. Não pode ser outra a conclusão quando se observa a formação dos núcleos do Fica Vivo, cuja existência estaria a depender, em grande intensidade, da efetiva energia dos movimentos comunitários em se engajar e assumir o protagonismo das intervenções mitigantes do fenômeno da violência nos *hotspots*.

Contudo, isso não nos autoriza conclusões muito positivas quanto à efetividade dessa decisão fundante. De fato, as duas importantes pesquisas avaliativas aqui em foco, como também a própria insuficiência de dados técnicos sobre as fases executivas do programa, revelam incertezas sobre os seus méritos. Não há segurança acerca de afirmação categórica sobre o peso real do Fica Vivo nos dados de redução dos homicídios nos pontos de intervenção.

Ainda que fosse essa a vontade, não há base empírica suficientemente sólida para dimensionar-se adequadamente a quantidade e a qualidade da intervenção como elemento dissuasório do crime contra a vida. Com efeito, um só cenário seria desafiador dessa intenção: o elevado número de prisões acontecidas contemporaneamente ao Fica Vivo. Este dado que, de 2003 a 2011 praticamente ultrapassa o dobro (22.000 para mais de 49.000 pessoas custodiadas até este último ano) põe na mesa uma indagação necessária: quais dos fatores contribuíram mais para que as estatísticas de homicídios observadas nos *hotspots* mostrassem reduções pontuais? O alto aprisionamento do período ou a implantação dos núcleos? Não há elementos para uma resposta segura, na medida em que o sistema público sequer tem os dados, devidamente estratificados, sobre quais os moradores das áreas de intervenção

engrossaram o número de aprisionamento. Esse exemplo, em que dois termos de uma questão não encontram interpretação segura, mostra que o problema de avaliar as próprias consequências de um programa muito bem construído em sua natureza conceitual, ética e política, ainda é um dilema existencial no campo da ação da máquina estatal e da sociedade civil.

A relação entre o tráfico de drogas e os homicídios, que o senso comum traduz como relação de causa e efeito, também suscita dúvidas importantes. Os dados mostram que os números de homicídios não acompanham o aumento das atividades do tráfico nas áreas do programa. Nota-se, inclusive, no mesmo período, a elevação estatística de outros delitos, como o furto, o roubo, as ameaças e lesões corporais, em lapso temporal correspondente ao declínio nas taxas de homicídios.

Dimensões dessa envergadura colocam em destaque a necessidade de se encarar o programa sob os imperativos de fortalecimento da rede social. Quando se tomam variáveis como adolescentes e escola, por exemplo, não se tem notícia de agendas proativas capazes de pesar os elementos de junção entre educação e superação das culturas da violência. O Fica Vivo, pelas pesquisas e documentos levantados, não dirige ações para a composição de pautas virtuosas que, segundo um plano pedagogicamente sustentado, consiga firmar a escola como um dos pontos inflexão reversiva das tendências de sedução criminal verificadas entre jovens. Também a família, como elemento de socialização primária, não aparece como espaço de junção aos demais vetores do programa.

Nesse sentido, a interface entre escola e programa, por exemplo, pouco aparece, senão na cessão de espaços para realização de oficinas, utilização muito simplória para o grande potencial educacional do Fica Vivo. Além disso, a escola pouco sabe dos frequentadores do Programa, e o Programa, por sua vez, não acompanha a vida escolar de seus participantes. Em outras palavras, não existe mínimo referencial teórico, no campo da pretensa rede de defesa social, que seja capaz de dar suporte a um diálogo prático entre escola e prevenção criminal. Como, portanto, falar em rede quando não se encontra um único item de agenda organizada e esclarecida entre escola e programa?

Ponto interessante é aquilo que observamos como uma espécie de foco “obsessivo” do programa. Tem-se a impressão de que o Fica Vivo, talvez ainda afetado pela influência das culturas repressivas como elemento central das políticas de segurança pública, lance atenção quase que absoluta sobre o jovem autor dos atos infracionais/criminais, ficando um tanto quanto ausente de ações ou busca de conhecimento sobre adolescentes (e até crianças) vítimas que morrem em conflitos no seio das comunidades. O saber construído e estruturado sobre o fenômeno da vitimização é, segundo a literatura, um forte recurso para orientação de ações interventivas, na linha do que se tem proposto pelas ideias de prevenção social da criminalidade.

Retornando, agora, às conclusões deste trabalho, percebemos, a partir da discussão das bases principiológicas do Programa Fica Vivo, da pesquisa envolvendo os documentos produzidos em sua decorrência e, especialmente, com base na análise das avaliações apresentadas nas teses elaboradas sobre o programa que, apesar dos problemas apontados, houve avanços significativos na sua estrutura e proposta.

As avaliações indicam que o Fica Vivo é, sem dúvida, uma iniciativa de muita relevância dentro dessa nova perspectiva de enfrentamento da criminalidade violenta envolvendo a juventude. Entretanto, ele carece do aporte de muitas técnicas para que ganhe em eficácia. Se, por um lado, ele nasce de um projeto político plural, que aponta para a superação de paradigma conservador, por outro lado ele é deficitário como ação política, especialmente porque não acolhe métodos de capacitação e estimulação da sociedade civil, para que suas representações se mobilizem em rede e empenhem seus poderes na construção de novos modelos de convivência capazes de “competir” com a sedução criminal.

Assim, a despeito dos avanços destacados, evidenciamos algumas questões que merecem atenção. Como se depreende dos diversos documentos pesquisados, especialmente das teses analisadas, evidencia-se, ainda, a fragilidade de um elemento central para a maior eficiência do programa: a rede de proteção social, cuja timidez foi destacada desde o início de sua implementação, se constituindo, ainda hoje, como um desafio de natureza político-pedagógica.

De fato, as pretensões apontadas pela nova política pública no campo da segurança coletiva, a partir de 2003, carecem de respostas em termos de uma articulação eficiente entre os próprios entes do poder público, o que é ainda mais notável no campo da sociedade civil, que não se acha adequadamente instrumentalizada, do ponto de vista político-ideológico e do ponto de vista técnico-operacional.

Quanto ao objetivo central do Fica Vivo, a redução do número de homicídios, as avaliações indicam a relevância no programa nesse sentido, entretanto, nelas não se evidencia a discussão dessa redução frente a uma análise conjuntural e estrutural que considere outros elementos como auxiliares desse resultado positivo.

Assim uma discussão muito importante na contemporaneidade parece-nos merecer mais atenção dos gestores do Programa. Trata-se, conforme já discutido, do entendimento da necessária relação dialógica entre repressão e prevenção. Nesse sentido, investir em prevenção social do crime e, concomitantemente, fomentar a modernização do sistema de justiça criminal, ao contrário de ser, em tese, contraditório, nos parece uma boa perspectiva para o enfrentamento mais eficaz da criminalidade violenta. Nesse sentido, o Professor Naldson Ramos da Costa, da Universidade Federal do Mato Grosso, assim se manifesta em recentíssimo artigo para a Revista Carta Capital eletrônica, na coluna do Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

[...] O debate sobre as causas e formas de redução da criminalidade já produziu ideias nem sempre convergentes nas agendas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Muitos (policiais e sociólogos) reconhecem que os homicídios no Brasil têm causas multifatoriais, sendo influenciadas por múltiplas variáveis. Parte considerável da produção teórica passa pelo debate acerca da prevenção e da eficácia da punição. Sabe-se também que os homicídios não têm relação direta com a pobreza e desigualdade social.

A corrente da punição acentua o papel das instituições coercitivas – Polícias, Ministério Público, Poder Judiciário e o Sistema Carcerário – quando bem planejadas, gerenciadas, com atores comprometidos com metas claras, o controle da variável homicídio reduz sensivelmente, ao lado de outras. Este seria o caso de São Paulo que reduziu sua taxa de homicídios nos últimos anos para 10,47 por 100 mil/habitantes.

Outra corrente não desconsidera o papel das instituições coercitivas, mas ressalta o papel da lei do desarmamento, da maior mobilização da sociedade civil, da modernização da polícia com investimentos em inteligência e formação policial, do combate à corrupção policial e o crime organizado, do PRONASCI, do programa de redução da miséria, dos programas de combate às drogas e armas, e o papel da filosofia de polícia comunitária na redução conflitos nos espaços onde atua de forma planejada.

A exclusão pura e simples de uma das correntes de pensamento pode levar o debate para o plano ideológico de defesa intransigente de posições políticas. [...] Investir em prevenção social do crime e modernização do sistema de justiça criminal não nos parece algo excludente e contraditório. Acentuar unilateralmente uma das explicações para a redução dos homicídios

corre-se o risco de não obter bons resultados. Este é o caso de Mato Grosso, cuja taxa de homicídios se mantém elevada (32/100 mil/hab) na população geral e de 47 a cada 100 mil habitantes entre os jovens.[...] <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/homicidios-no-brasil-%e2%80%93-da-punicao-a-prevencao>

Assim, um dos pontos a serem discutidos diz respeito a não percepção, quando da elaboração deste trabalho, da interseção entre os Programas de Prevenção, especialmente o Fica Vivo, e as demais ações do Sistema de Defesa Social também desenvolvidas pela SEDS. O mesmo se aplica às ações das polícias militar e civil, além daquelas relacionadas ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Judiciário. Na verdade, quando se dá uma ação preventiva, é de se concluir que ela deixe um legado de cunho pedagógico, uma lição sobre as questões intrínsecas de um ato violento que, numa plataforma de interpretações e sentidos (que haveria de ser o próprio Fica Vivo), inclusive com o aporte das diversas disciplinas das ciências sociais e humanas, seja capaz de apreender variáveis criminológicas que façam parte de um “menu” passível de apreensão racional em termos de conhecimento sobre o ambiente psíquico, cultural, social, político e econômico da criminalidade e da violência. Eis o sentido de uma prevenção multifacetada, efetivamente pensada e executada em rede.

Quanto à primeira das organizações citadas no parágrafo anterior, há de se destacar que a partir de 2003 foram construídas 2 Casas de Albergados, 4 Hospitais Penitenciários, 4 Centros de Apoio, 07 Centros de Remanejamento (CERESP), 05 Complexos Penitenciários, 16 Penitenciárias e 94 Presídios, além de 26 unidades APAC e 82 CURAR. Desde 2004, ano da primeira assunção, 91 Cadeias Públicas foram assumidas pela SUAPI, desonerando, portanto, a PCMG dessa que não era sua função constitucional. Atualmente estão sob a custódia da SUAPI 40.229 presos, da PCMG 7.327; da APAC 1.644 e da CURAR 1.644. Também o número de servidores da SUAPI cresceu sobremaneira, ressaltando especialmente os Agentes de Segurança Penitenciária que correspondem à aproximadamente 15.000 servidores.

Assim, o número de presos no estado de Minas Gerais, que era de aproximadamente 22.000 no ano de 2003, hoje ultrapassa a casa das 49.000 pessoas, o que, embora carecendo de estudos mais profundos, indica fortes indícios da repercussão desses dados numa eventual redução de crimes violentos, impactando, inclusive, nos números do Programa Fica Vivo.

No que diz respeito à relação com a Subsecretaria de Estado de Atendimento às Medidas Socioeducativas - SUASE, que tem apresentado ações importantes, conforme destacado, também não detectamos interface entre as ações dessa Subsecretaria e o Programa Fica Vivo, o que dificulta, por exemplo, associar a diminuição dos homicídios cometidos por menores submetidos a medidas socioeducativas, em supervisão pela SUASE, e sua ocorrência nas áreas de intervenção do Fica Vivo.

A inclusão da prevenção social da criminalidade na agenda governamental, com a aproximação da sociedade civil como elemento de intervenção, é um dado importantíssimo de nossa realidade política. Em que pese esta constatação, é preciso evoluir nas dimensões técnicas de amarração da rede, aprimorando os pontos de ligação entre as múltiplas organizações do poder público e, dessas, com as da sociedade civil organizada, que devem ser estimuladas por intermédio de estratégias sistêmicas que deem efetividade à inclusão da juventude nos direitos que lhe são inerentes no plano legal. Para tanto, o equipamento público precisa ser estruturado à luz da adequada correspondência entre termos complexos que afetam essa categoria da existência humana, permitindo-nos conhecer, interpretar e ressignificar as razões da violência e as possibilidades de superá-la como obstáculo que é à emancipação moral, política e econômica de nossos jovens.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Espaços de Juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 209-218.
- ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Juventude, violência e vulnerabilidade social em América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002. v. 1. 192 p.
- ALVAREZ, Marcos Cesar; SALLA, Fernando Afonso; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica*. Justiça & História, Porto Alegre, v.4, n.8, p.173-199, 2004.
- ALVES, Márcia Cristina. *Programas de Prevenção à Criminalidade: dos processos sociais à inovação da Política Pública. A experiência do Fica Vivo!* 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.
- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida *et al.* Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, v. 8, número especial, p. 11-20, 2003.
- AMPARO, Deise Matos do *et al.* *Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção*. Estudos psicológicos. vol.13 n.2 Natal: Maio/Aug. 2008.
- ANDRADE, Keli Rodrigues. Violência conjugal: Uma análise exploratória das potencialidades dos surveys de vitimização. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.81-94, Out./Nov./Dez. 2008.
- ARAÚJO, Maria Carla de Ávila. *Vivências Escolares de Jovens de um Bairro da Periferia de Belo Horizonte: Um estudo exploratório de marcas de violência na constituição de suas identidades*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG. *Adolescência, Ato Infracional e Cidadania: a resposta está no ECA. Basta querer realizar*. Brasília: ABONG, 1999.
- BACELLAR, Dinah Manhães. *A criminalização de adolescentes no município de Marília, (1991-2001)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2006.
- BARRETO JÚNIOR, Jésus Trindade. *Pedagogia da mediação de conflitos versus razão persecutória: uma discussão sobre a lógica, o ethos e as perspectivas emancipatórias do policial de investigação criminal em Minas Gerais*. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BARRETO JÚNIOR, Jésus Trindade; ROCHA, Geórgia Ribeiro. O arranjo institucional de governança colegiada: aspectos estruturantes da política pública de Integração do Sistema de Defesa Social. In: PEREIRA JÚNIOR, Edmilson Antônio; SILVA, José Francisco da; MARON, Juliana (Orgs.). *Um toque de qualidade: Eficiência e Qualidade na Gestão do Sistema de Defesa Social*. Belo Horizonte: Gráfica Andorinha e Editora Ltda. 2010, p. 267-293.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Belo Horizonte: reflexos nas políticas de segurança*. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

BAYLEY, David. *Padrões de Policiamento*. São Paulo: Edusp, 2001.

BEATO FILHO, Cádio Chaves. Crime and Social Policies in Latin American Urban Centers. In: Joseph Tulchin. (Org.). *Society Under Law*. 1 ed. Baltimore / Maryland: The John Hopkins University Press/ Woodrow Wilson Center Press, 2007, p. 90-125, 2006.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves (Coord.), et al. *Diagnóstico das condições Sócio-Econômicas e padrões de Criminalidade no Alto Vera Cruz/Taquaril*, Belo Horizonte: CRISP/SEDS, 2004b.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública-FIOCRUZ*, Rio de Janeiro, v. 17, n.5, p. 1163-1171, 2001.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves, et al. *Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública* - Grupo Gestão da Informação, 2004.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves, et al. *Programa Fica Vivo: ações simples, resultados efetivos*. Informativo. CRISP. Belo Horizonte, Ano 1, n.5, fev, 2003.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Crime and Violence diagnosis and information*. Working papers, Washington. DC, 1(35135) p.1-45, 2005.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Estudo de Caso: “Fica Vivo” Projeto Controle de Homicídios em Belo Horizonte*. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial. 2005. 32p.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; et al. Segurança cidadã no Brasil: experiência em curso em Belo Horizonte. In: *Seguridad Ciudadana en Las Américas-Proyecto de Investigación Activa*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2007.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability*, 1998.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; PEIXOTO, Betânia Totino Peixoto; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, Oportunidade e Vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 19, n. 55, p.73-89, Jun., 2004a.

BEATO FILHO, Cláudio Chave; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. *Crime, police and urban space*. Centre for Brazilian Studies Working Papers, University of Oxford / CBS, v. 1, n. CBS65-2005, p. 1-37, 2005.

BEATO FILHO, Cláudio; RAMOS, Silvia; ZACCHI, José Marcelo; OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de; PASCHOAL, Janaína; BLANCO, Antônio Carlos Carballo; KAHN, Túlio. *Das políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*. São Paulo: ILANUD, 2002, p. 77-87.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability*, 1998.

BECKER. Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL, Glaucíria Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; ABREU, Domingos. Da unificação do comando da segurança pública à integração das polícias no Ceará. In: BARREIRA (Org.). *Questão de Segurança: Políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 183 p. (Coleção Antropologia da Política).

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNPS e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 de fev. 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 de jul. 1990 (retificado no D.O.U de 27.9.1990).

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 01 de jul. 2005.

BRITO, Leila Maria Torraca de. *A Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Rio de Janeiro, vol. 23, n.2, p.137-138, abr./jun. 2007.

BUCHER, Richard. A abordagem preventiva. In: _____. (Org.). *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*, São Paulo: EPU, p. 55-67, 1988.

CÂMARA, Paulo Sette. Defesa Social e Segurança Pública. In: LEAL, César Barros; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (Orgs.). *A violência multifacetada: estudos sobre a violência e a seguridade social*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 459 p.

CAMPBELL, D & STANLEY, J. *Delineamentos Experimentais e Quase-Experimentais de Pesquisa*, São Paulo: EDUSP, 1969/1979.

CANO, Ignacio. *Introdução à avaliação de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CANO. *Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime*. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 3, n.5, p.136-155, 2006.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Ferederico. Homicídio e violação dos direitos Humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo v.17, n.º 47, 2003.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: *Família, sociedade e subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CAUREL, Ana Lúcia. *Representação social da escola para o adolescente infrator*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2003.

CAVALCANTI, Rafaela Satiro Souza. *Transpondo o muro: interferências da violência extramuros no cotidiano escolar*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

CEPAL. *Adolescencia y juventud en America Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos en el comienzo de un nuevo siglo*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Serie población y Desarrollo; n. 9).

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHIAVENATO. Idalberto. *Teoria Geral da Administração: abordagens prescritivas e normativas da administração*. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais e Humanas*. Petrópolis: Vozes, 2006. 144 p.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Rio de Janeiro: VOZES, 2007, 312p.

COLOMBO, Maristela. *A construção do delinquente juvenil: um estudo sobre o adolescente infrator na cidade de Marília*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2001.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves Cordeiro. *Violência na Escola e Medidas Socioeducativas. Desvio entre intenções e resultados: um estudo de caso no Mato Grosso do Sul*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

CORRÊA, Ana Carolina Utsch Corrêa. *Desafios e revisões do programa Fica Vivo à luz dos seus anos de existência*. 2008. 70 f. Monografia (Graduação em Administração Pública) –

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.

COSTA, Paulo Roberto da. *Multiplicando os Pontos de Vista sobre a violência nas escolas* : estudo comparativo do clima escolar em duas escolas públicas de Belo Horizonte. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

COUTO, Karine Gusmão. *Violência e Escola*: O que pensam professores, alunos e policiais sobre a intervenção policial na instituição escolar. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CRISP/UFGM. *Survey sobre Vitimização em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: CRISP/UFGM, Relatório de Pesquisa, 2002.

DAYRELL, Juarez. *A escola faz a juventude?* Reflexões em torno da socialização juvenil. 2007. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/acervo.php>>. Acesso em: 26 out. 2010.

DAYRELL, Juarez; Nonato, Brécia França; Dias, Fernanda Vasconcelos; Carmo Helen Cristina do. Juventude e Escola. In. SPOSITO, Marília (coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira*: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009. (vol. 1). P. 57-126.

DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana Batista. *Juventude e Escola*: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no ensino médio. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife 2007.

DIAS NETO, Theodomiro. *Segurança urbana*: o modelo da nova prevenção. São Paulo: Revista dos Tribunais/Fundação Getúlio Vargas, 2005. 159 p.

DIAS, Maria Delfino Farias. *Adolescentes infratores e não infratores*: uma análise comparativa através do CBL e YSR, 1999. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1999.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAGUNDES, Helenara Fagundes; MOURA, Alessandra Ballinhas. Avaliação de programas e políticas públicas. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 8 n.1 p. 89-103. jan./jun. 2009.

FALCONER, Andrés Pablo. *A promessa do terceiro setor*: um estudo do papel das instituições sem fins lucrativos e de seu campo de gestão. São Paulo: Centro de Estudos de Administração do Terceiro Setor, 1999.

FERREIRA, Helder; ARAÚJO, Herton Ellery. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 291-318.

FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2009. 408 p.

GARCIA, Lucas Miranda. *Eficiência em Órgãos Públicos: Uma Proposta de Indicadores*. 2008. 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Sociedade Civil no Brasil: Movimentos Sociais e ONGs*. São Paulo: Nômadas, p.141-151, 2005.

GONÇALVES, Liana Lemos. *A Vez e a Voz de Adolescentes em Prestação de Serviço à Comunidade na UFRGS: ato infracional e educação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, p. 101-138, 2002.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. O perfil religioso dos estudantes da PUCRS. 2º parte. *Revista Teocomunicação*, Porto Alegre, v.30, p. 107-127, 2000.

HAWKINS, J. David; CATALANO, Richard; MILLER, J.Y. *Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: implications for substance abuse prevention*. *Psychological Bulletin* 112, p. 64-105, 1992.

ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA - IHA - *Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes*. UNICEF/SEDH/PR, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002.

INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade Social das Empresas: Contribuição das Universidades*, v. 1, São Paulo: Peirópolis, 2002.

IPEA. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília : Ipea, 2009.

KREPPNER, Kurt. Developing in a developing context: Rethinking the family's role for children development. In L. T. Winegar & J. Valsiner (Orgs.), *Children's development within social context*. Hillsdale: Lawrence Elbaum Associates, 1992, p. 161-179.

KREPPNER, Kurt. *The child and the family: Interdependence in developmental pathways*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.16, p. 11-22. 2000.

LEÃO. Geraldo Magela Pereira. *Juventude, pobreza e trabalho: o que podem os jovens esperar das políticas públicas? VII Reunião Antropológica do Mercosul. GT 25 Ciudadanía, exclusión y diversidad sociocultural: niños y jóvenes en contextos de socialización*. Porto Alegre, 2004.

LIMA, et al. *Experiências de violência Intrafamiliar entre adolescentes em conflito com a lei*. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*. v.16 n.2. São Paulo ago. 2006.

LOIOLA, Elizabeth Regina; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: Tânia Fischer (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 53-68. Makron Books, 1994.

MENESES, Keyla da Silva. *Violência pela e para a Adolescência pelo Olhar de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, João Pessoa, 2006.

MINAS GERAIS, Secretaria Municipal dos Direitos de Cidadania. Conselho Municipal de Defesa Social. *Aglomerado Morro das Pedras: Um pouco de história, memória de um lugar*, 2002, mimeo.

MINAS GERAIS, SEDS – *Diretoria da Promoção Social da Juventude, Relatórios de Atividades do Programa Fica Vivo*, 2004, 2005, 2006.

MINAS GERAIS. Lei Delegada n.º 180, de 20 de janeiro de 2011. *Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências*. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2011.

MINAS GERAIS. Lei Delegada n.º 56, de 29 de janeiro de 2003. *Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Defesa Social e dá outras providências*. Belo Horizonte, 29 de jan. 2003.

MINAS GERAIS. *Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo*. Sistematização da Metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo. Belo Horizonte, jun. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244 p.

MOSER, Caroline; SHRADER, Elizabeth. 1999. *Criminalidade, Violência e Pobreza Urbana na América Latina: Rumo a uma Estrutura Integrada*. LCSES. The World Bank.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Direito do Terceiro Setor. *RDTs*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 11-38, Jan./Jun. 2007.

PEIXOTO. Betânia Totino. *Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade*. 2008. 240 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RIBEIRO, Ludimila; CRUZ, Marcos Vinícius Gonçalves da; Batitucci, Eduardo Cerqueira. *Políticas Públicas Penitenciárias: a gestão em Minas Gerais*. In: XXVIII Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

RIBEIRO, Ludmila; PATRÍCIO, Luciane. Indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas municipais de segurança pública: uma reflexão a partir de um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, Ano 2, Edição 3, p. 6-29, Jul./Ago. 2008.

RIBEIRO, Ruth. *Droga, Juventude e Desvio*: Um estudo exploratório dos significados atribuídos ao uso e ao tráfico drogas, por jovens de escola pública de Belo Horizonte. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

RUA, Maria das Graças. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. 2v. Brasília: CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. p. 731-752.

SANDER, Benno. *Gestão da educação na América Latina*: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

SAPORI, Luís Flávio. *Segurança Pública no Brasil*: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SAPORI, Luís Flavio; ANDRADE, Scheilla. A Integração das Polícias em Minas Gerais: Institucionalização e Legitimidade. In: PEREIRA JÚNIOR, Edmilson Antônio; SILVA, José Francisco da; MARON, Juliana (Orgs.). *Um toque de qualidade*: Eficiência e Qualidade na Gestão do Sistema de Defesa Social. Belo Horizonte: Gráfica Andorinha e Editora Ltda, 2010. p. 295-308.

SÁ-SILVA, Jacson Ronie ; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANE, João Felipe. *Pesquisa Documental*: pistas teóricas e metodológicas, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I, n. I, jul. 2009, p. 1-14.

SÊDA, Edson. *A criança e seu direito*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia 6ª Região. 1996.

SILVA, Heronilza Nascimento Castro e. *“O beco dos sem heróis”*: delinquência juvenil, identidade e representações sociais na periferia de Natal. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

SILVEIRA, Andréa Maria. *Prevenindo homicídios*: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVEIRA, Silvana Dellamora. *Matizes da Significação do Ato Infracional da Adolescência Feminina em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa no Programa do Programa de Serviço à Comunidade da UFRGS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVERMAN, David. *Interpretação de Dados Qualitativos*: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 376 p.

SIMÕES, Kátia Silva. *O Começo*. Revista do Programa Fica Vivo 2010-2011, Belo Horizonte: Gráfica Andorinha e Editora Ltda, p. 10-19, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. *A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas*. Dossiê Crime Organizado – Revista de Estudos Avançados. v.21 n.61, set/dez 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. *Escola e Manifestações da Violência*. Disponível em < http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/escola_e_manifestacoes_violencia.doc > Acesso em: 18 ago. 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. In: NOVAIS, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. *Novas Políticas de Segurança Pública: alguns exemplos recentes*, 2002.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Violência, Crime e Políticas de Segurança no Brasil Contemporâneo. In: ____ . *Políticas de Segurança Pública no Estado de São Paulo: Situações e Perspectivas a partir das Pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 13-32.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. *A instituição escolar e a violência*. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. São Paulo, v. 104, 1998, p. 58-75.

SPOSITO. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Juventude e Contemporaneidade, nº 5/6 São Paulo: Anped, 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE – SPEC/SEDS. *Prevenção Social à Criminalidade*. A experiência de Minas Gerais, 2009.

TAKASHIMA, Geney. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Silvio (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, Brasília: Unicef, 1994, p. 77-92.

VIVA RIO. Boas Práticas. Projeto COAV. Disponível em < http://www.vivario.org.br/publique/media/guia_de_boas_praticas_coav.pdf > Acesso em 30 jul. 2011.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Ursula, Amais Livraria e Editora, 1995.

ZACCHI, José Marcelo. Prevenção da Violência: Avanços e Desafios na Ordem do Dia. In BEATO FILHO Claudio; RAMOS, Silvia; ZACCHI, José Marcelo; OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de; PASCHOAL, Janaína; BLANCO, Antônio Carlos Carballo; KAHN, Túlio. *Das políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*. São Paulo: ILANUD, 2002, p. 31-41.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ZALUAR, ALBA. *Democratização inacabada: fracasso da segurança pública*. Dossiê Organizado – Revista de Estudos Avançados. v.21 n.61, set/dez 2007. P. 31-49

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. São Paulo: FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCWARTZ, Lilia (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR. Violência e Crime. In: MICELI, S. (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumaré - ANPOCS, Vol. 1, 1999.